

1975/ Nº 4-8

# conjuntura brasileira

ano 1 - numero 4 - mar/abr 1975 - 6 ff

## INDICE

economia	pags. 2 a 15
política nacional	pags. 16 a 23
movimento sindical	pags. 24 a 28
movimento estudantil	pags. 30 a 32
repressão	pags. 33 a 40

## publicações consultadas para este número

jornal o estado de são paulo	revista exame
jornal do brasil	revista banas
jornal o globo	revista indústria e desenvolvimento
jornais argentinos	revista conjuntura economica
revista veja	revista dirigente industrial
revista visão	revista dirigente rural

ASSINATURAS - 6 meses : U\$ 5  
- 1 ano : U\$ 10  
DE APOIO - 6 meses : U\$ 8  
- 1 ano : U\$ 15

ENDEREÇO : conjuntura brasileira  
c/o Michel THERY  
29, rue Meslay  
Paris 75003 - France

em paris cb tambem é vendido na librerie portugaise- 33, rue gay lussac

40 p 88 21

# AGROPECUÁRIA — balanço em 1974

Conjuntura Econômica  
Fevereiro 1975

## PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção agropecuária nacional, após dois anos seguidos de modestos resultados, cresceu cerca de 8,5% em 1974, taxa que, nos últimos dez anos, só foi ultrapassada em 1965 (13,8%) e 1971 (11,4%).

Esse resultado se deveu, exclusivamente, ao comportamento do conjunto de lavouras, com crescimento da ordem de 12,4%, as quais representam pouco mais de 2/3 do valor total da produção agropecuária. Os produtos animais e derivados mantiveram-se estacionários (tabela I).

Tabela I Produção agropecuária 1973 e 1974

Especificação	% de variação	
	1973	1974
Agropecuária	3,5	8,5
Lavouras	3,2	12,4
Produtos Animais	4,3	0,0

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

## PRODUÇÃO DAS LAVOURAS

Aquela taxa global (12,4%) foi particularmente influenciada pela recuperação da safra cafeeira (+ 45%) e, de modo não menos importante, pelo substancial acréscimo da produção de soja (+ 53%). Excluindo-se o café, as demais culturas teriam crescido, em conjunto, apenas 7,7% e, se também se deixasse de considerar a soja, a taxa geral cairia para somente 3%.

A tabela II contém informações inéditas cedidas pela Fundação IBGE. Nela destacam-se, além das culturas já citadas, mais o trigo (+ 36%), milho (+ 16%), laranja (+ 22%) e fumo (+ 20%).

Vários fatores, notadamente as boas condições do tempo e/ou preços estimulantes, foram as causas do sucesso produtivo dessas culturas. Contudo, lavouras, muito importantes como as do amendoim (- 22%), algodão (- 12%), mandioca (- 12%), cacau (- 11%), banana (- 6%), cana-de-açúcar (- 4%) e arroz (- 3%) acusaram acentuadas quedas.

É interessante recordar que no ano de 1973 a produção de trigo cresceu 161% (em 1972, houve grande frustração da safra); a de soja 48%; laranja 17%; tomate 10%; cana-de-açúcar 6%; batatinha 5% e arroz e milho, 3%. Naquele ano, decresceram as safras de amendoim (- 36%), café (- 24%), banana (- 5%), fumo (- 2%) e mandioca (- 2%).

Apesar do desempenho mais equilibrado das principais lavouras em face do crescimento global, excluída, naturalmente, a invulgar expansão do trigo, as atividades agrícolas em 1973 se processaram em condições climáticas comparativamente mais adversas, sendo de destacar, entretanto, que tiveram grande estímulo dos preços. Também durante o ano de 1973 o confronto entre preços recebidos pelos agricultores e preços pagos por insumos necessários ao processo de produção se mostrou favorável aos primeiros. Em 1974, ao contrário, a

relação de trocas foi amplamente desfavorável à agricultura. É de se supor que, além de dificuldades várias, essa inversão tenha retido ponderável parcela da renda gerada pelo crescimento das lavouras no ano que passou.

Tabela II Produção das principais lavouras 1973 e 1974 — (em toneladas)

Produtos	Anos		% de variação 1974/73
	1973	1974	
Algodão	2 238 306	1 958 758	- 12
Amendoim	562 714	438 943	- 22
Arroz	6 699 882	6 482 920	- 3
Banana (1 000 cachos)	370 297	348 719	- 6
Batatinha	1 556 798	1 672 508	7
Cacau	184 192	164 616	- 11
Café em coco	...	...	45
Cana-de-açúcar	99 746 438	95 919 176	- 4
Feijão	2 096 433	2 238 012	7
Fumo	252 614	304 095	20
Laranja (1 000 frutos)	25 537 727	31 160 642	22
Mandioca	28 218 880	24 714 631	- 12
Milho	14 947 600	17 284 203	16
Soja	5 135 238	7 876 209	53
Tomate	984 155	1 034 956	5
Trigo	2 011 050	2 742 430	36

Fonte: Fundação IBGE (exclusive café). Dados provisórios, sujeitos à retificação.

## PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS

Até o momento, faltam informações oficiais definitivas sobre a produção de origem animal e derivados. Segundo notícias de diversas fontes e opiniões de técnicos especializados no assunto, pode-se admitir que não tenha evoluído essa produção no ano de 1974. Os dados da Fundação IBGE relativos à produção industrial de carnes revelam que a de bovinos caiu cerca de 13%, presumindo-se que os abates tenham idêntico comportamento; considere-se que os abates de bovinos representam, em valor, cerca de 70% da totalidade dos animais abatidos no País. Assim, mesmo que se considere o acréscimo no abate de suínos (no máximo de 3%) e de aves (6%, aproximadamente), a taxa global de abate acusaria sensível baixa, calculada próxima de - 8%.

No que concerne ao leite, sua distribuição no mercado interno foi extremamente irregular durante todo o ano, registrando-se, ainda, importações. Na melhor das hipóteses, a produção leiteira cresceu a um ritmo não superior a 4%, quando, no mínimo, deveria expandir-se 7%, para atender à demanda interna. Quanto à produção de ovos, supõe-se que evoluiu de forma semelhante à de aves.

Combinando todos esses dados hipotéticos de produção com uma variação positiva do rebanho (+ 4%), chega-se a resultado que indica não ter crescido, no ano de 1974, a produção brasileira de origem animal e derivados.

# O MINIFUNDIO NO NORDESTE

ESP-9/3/75

O Nordeste tem 794.063 minifúndios — com uma área total de 17 milhões de hectares — dos quais 210 mil têm área variando de 10 a 25 hectares. O confinamento do agricultor ou de sua família a tão pouca terra cria grandes problemas à agricultura, pois, entre outras coisas, os minifundiários só plantam para comer, não têm condições de se expandir nem de obter crédito bancário e, num só lote, praticam uma multiplicidade de culturas. Interessado em acabar com esses problemas e promover uma mais justa distribuição da terra, o Ministério da Agricultura elaborou um plano de extinção dos minifúndios — cuja minuta está com o ministro Alysso Paulinelli — que convenceria alguns minifundiários a vender suas pequenas propriedades e adquirir glebas maiores na Amazônia; as áreas liberadas formariam, então, médias propriedades, que o governo considera ideais. A repórter Divine Carvalho, da Sucursal do Recife, entrevistou técnicos e agricultores e aqui analisa o plano.

**I**nviável. Com esta palavra, o técnico Geraldo Medeiros de Aguiar, do Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene define a idéia de se extinguir os minifúndios no Nordeste. Medeiros de Aguiar garante que é impossível desenvolver a agricultura nordestina sem tocar na estrutura fundiária, e inviável tentar acabar com o minifúndio sem antes resolver o problema do latifúndio.

— Ambos são nocivos, é verdade, e apesar de apresentarem problemas distintos, estão intimamente ligados, porque o minifúndio é uma reserva de mão-de-obra para o latifúndio. Se o Ministério da Agricultura resolver comprar ou desapropriar os minifúndios, seus proprietários vão deixar o Nordeste em busca de terras na Amazônia ou Mato Grosso. É uma ilusão pensar que isso poderá acontecer. O que esses minifundiários sem terras vão provocar será apenas uma maior inchação nas principais capitais. Com isso aumentará o número de desempregados, de subem-

pregados e de marginais também.

## "CELEIRO DO RECIFE"

Os minifúndios, em Pernambuco, estão localizados no Agreste, zona de transição entre o Litoral-Mata e o sertão. Ali, segundo o Censo de 1970, vivem um total de 1.495.215 pessoas, das quais 1.006.654 na zona rural. Apesar de considerados o "celeiro abastecedor do Recife", nos minifúndios só se cultiva banana, caju, manga, mandioca, milho, algodão e sisal. Sua vegetação característica é a caatinga, o que leva seus moradores a dizer que a "terra é nua, quente e esteril".

José Francelino, Nascimento é um minifundiário. Há quatro anos ele tem uma propriedade no agreste Meridional, mas diz que não precisa dela para viver. Os 600 hectares que possui hoje foram formados com compras sucessivas de sete pequenos lotes, "Os que vivem do minifúndio não têm para onde correr. Não podem ter crédito, porque não conseguem cadastros bancários, uma vez que o único bem a ser citado como aval é a terra. Então eles passam a vida plantando para comer e como não têm técnica nem dinheiro, usam o solo até torná-lo esteril".

Todos esses problemas se multiplicam, segundo Francelino, quando morre o chefe da família. Então, uma propriedade de 10 hectares é dividida entre os vários filhos. "Assim, o processo de formação de minifúndios nunca chega ao fim".

Na verdade, os proprietários de minifúndios têm uma vida de qualidade inferior à dos trabalhadores que não têm terra. Passam a vida plantando culturas de subsistência e se alugam na época da colheita da cana-de-açúcar nas usinas, descendo do Agreste para a Zona da Mata e ganhando o apelido de "corumbás".

Manipulando essas informações, o técnico Geraldo Medeiros de Aguiar acredita ser impossível acabar com os minifúndios sem alterar os latifúndios e, menos ainda, sem um estudo aprofundado das classes sociais no Nordeste, separando-as por

problemas e condições econômicas. "O erro começa logo no início", diz Aguiar. "O governo federal e seus órgãos desenvolvimentistas partem para elaborar uma política generalizada de desenvolvimento, como se para o Nordeste fosse necessário um plano global e mais nada".

## OFERTA DE EMPREGOS NÃO É SUFICIENTE

Segundo Geraldo Medeiros de Aguiar, para desenvolver a agricultura nordestina será necessário aplicar um programa de cinco pontos: a necessidade do mercado para os produtos agrícolas; mudança constante das técnicas atualmente utilizadas; disponibilidade local de insumos e equipamentos; incentivos de produção para os agricultores e um bom esquema de transportes.

Esses pontos, assim como o diagnóstico dos problemas da agricultura nordestina, estão num relatório pedido à Sudene pelo Ministério do Interior mas nunca enviado, devido ao teor de suas revelações. O documento diz que a população economicamente ativa do Nordeste cresceu 17,6 por cento na década de 60, enquanto a população total aumentou 27,8%. A oferta de empregos na região não tem sido suficiente para absorver essa mão-de-obra excedente, apesar dos programas e projetos governamentais. Em consequência, aumentaram o desemprego e o subemprego regionais.

Cerca de 20 por cento da força de trabalho nordestina, em 1970, encontravam-se na condição de subempregados; desse total, 49% correspondiam ao setor agrícola. Os técnicos da Sudene informam no relatório que a lei 4.504, que criou o Estatuto da Terra, trouxe o elemento básico para a efetivação da reforma agrária no Brasil; mas "a prodigalidade e versatilidade das leis agrárias têm contribuído para que se cometam sérias distorções dos objetivos preconizados pelas mesmas".

Com o sistema de incentivos fiscais — conhecido como sistema 34/18 — o governo permitiu a aplicação de até 50 por cento do imposto de renda devido por pessoas físicas e juri-

dicas em projetos agropecuários, agroindustriais ou industriais. "Configurava-se então o conflito de objetivos entre o Estatuto da Terra e o 34/18, pois enquanto o primeiro preconizava o acesso à propriedade da terra por meio do desmembramento do latifúndio, o mecanismo dos artigos 34/18 dava margem ao fortalecimento da grande propriedade. Aos grandes proprietários, que sempre mantiveram suas terras inexploradas por terceiros, foi possível utilizar em seu benefício recursos que bem melhor função econômico-social poderiam desincumbir".

## COMO EMPREGAR

Os técnicos da Sudene asseguram ainda que o número de novos empregos apresentados pelo projeto aprovados como incentivos fiscais não é real. São numerosos, dizem, "os casos de dispensa e/ou mesmo expulsão de família das terras beneficiadas pelos artigos 34/18, suficientes para contestar a criação daqueles empregos".

Outra distorção na agricultura, segundo os técnicos que fizeram o relatório, é a execução do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste — Proterra, que "beneficia apenas os grandes proprietários". Por causa disso, em 1980 o Nordeste terá um excedente de 641 mil famílias, cerca de 3.205.000 pessoas. Necessariamente, terão que ser deslocadas da região. O Relatório diz:

— Os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, em cujas terras devolutas poderiam ser assentadas cerca de 630 mil famílias, são as mais visadas pelos grupos empresariais do Nordeste, Centro-Sul ou Sul do País, agravando-se a cada passo a situação das áreas liberáveis e o problema social. Não é diferente na área da Sudam (Amazônia Legal), onde há empresas estrangeiras que dominam vastas áreas naquela região e a área média dos projetos aprovados é de 34 mil hectares.

Os recursos liberados para os projetos agropecuários pela Sudene até maio de 1974 atingiram o total de 1,8 bilhão de cruzeiros. Investindo esse dinheiro, os empresários pretendem ofertar empregos permanentes e temporários para cerca de 22.500 pessoas. Calculando a aplicação em projetos de assentamento de lavradores, os técnicos da Sudene concluem que aqueles recursos seriam suficientes para assentar 106 mil agricultores, criando-se 240 mil empregos efetivos.

## A agricultura está mal alimentada

Visão, 24 de março de 1975

Para Paulinelli, três são os grandes papéis que o setor rural deve desempenhar nos próximos anos:

"Primeiro, alimentar o brasileiro. O Governo tem encarado como prioridade

o abastecimento interno por duas razões: porque somos hoje o oitavo ou nono mercado do mundo, potencialmente muito grande e ainda não explorado, e porque é necessário melhorar as con-

dições de alimentação do povo. Na média, segundo os levantamentos de que dispomos, o consumo de calorias e de proteínas, no Brasil, ainda é muito pequeno. Estima-se que a alimentação

média do brasileiro dê apenas para uma produção — em termos de trabalho inteligente e com toda a potencialidade — de quatro horas por dia. Estamos na metade, portanto, do excedente que se tem de dar além da manutenção do corpo humano. Vai ser necessário, portanto, realizar um grande esforço para produzir mais alimentos, a custos mais baixos, de tal forma que todas as regiões tenham um abastecimento conveniente.

"Segundo, gerar excedentes exportáveis, que têm grande importância na atual conjuntura brasileira. Temos de fazer divisas para aliviar o balanço de pagamentos.

"Terceiro, elevar o padrão de vida no meio rural e ampliar o mercado interno. Uns 44% da população ainda vivem diretamente da atividade rural, e estima-se que mais uns 20% dela dependam indiretamente. Mais de 60%, portanto, dependem da agricultura, e uma boa parte dessa população ainda consome muito pouco. É preciso lembrar que a agricultura é o setor que distribui renda mais rapidamente, pela forma como ocupa mão-de-obra."

A gravidade da deficiência alimentar do brasileiro se revela, em primeiro lugar, no próprio meio rural. Preocupado com a subnutrição no campo e com suas repercussões na eficiência das pequenas propriedades, onde é maior a deficiência alimentar, o ministro Paulinelli recomendou prioridade para estudos sobre o assunto. Embora ainda não haja um diagnóstico satisfatório das condições de nutrição dos grupos de baixa renda na agricultura, algumas pesquisas realizadas nos últimos anos indicam situações particularmente graves no Nordeste, em Minas (Vale do Jequitinhonha) e mesmo em São Paulo (Vale do Ribeira).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o homem deve ingerir 3 mil calorias por dia. Com um consumo de 1.800, o adulto pode perder cerca de 30% de sua força muscular e 15% da precisão de movimentos. Estudos realizados na Zona da Mata, em Pernambuco, indicam que 70% das famílias da região dispõem de uma dieta que, em muitos casos, fica abaixo das 1.700 calorias. Como os Índices de mecanização, no Nordeste, são praticamente nulos nas propriedades de até 50 hectares (existem, na região, mais de 680

mil propriedades com essas dimensões), uma elevação de produtividade se dará em função de um melhor aproveitamento da terra e do trabalho humano, isto é, de uma força que se encontra, em muitos casos, 30% abaixo do que poderia ser.

Em regiões do Ceará e de Sergipe, onde técnicos do Ministério da Agricultura pretendem realizar, de abril deste ano até 1978, uma experiência de assistência técnica e de melhoria de padrões alimentares, foram produzidas, em 1972, 44.347 toneladas de algodão, 59.606 de milho e 60.374 de feijão. No caso dos agricultores dessas áreas, comer bem poderá significar, segundo os técnicos, uma produção adicional de 13.304 toneladas de algodão, 17.881 de milho e 18.102 de feijão, mantidas constantes as demais condições. Mas é preciso notar que, em melhores padrões de saúde, o agricultor estará mais preparado para a mudança das "outras condições".

Não só das deficiências de saúde, mas também de educação, se compõe o quadro da pobreza agrícola. Em estudo recentemente publicado (VISÃO, 10-3-75), o economista Cláudio Contador observou que a simples alfabetização pode operar significativas mudanças nos padrões de produtividade do pequeno agricultor.

Apesar de tudo isto — da baixa educação, da má saúde e do atraso tecnológico —, o crescimento da produção agrícola brasileira tem-se mantido, a longo prazo, em padrões razoáveis. No último ano, sem contar a pecuária, a produção aumentou cerca de 15% (entre 8% e 9%, com a pecuária incluída). Foi uma boa "performance", considerando-se que a agricultura nacional deve expandir-se, para cumprir o papel que lhe atribuem os planejadores, a uma taxa anual da ordem de 7%.

Boas safras são oportunidades de se ganharem alguns pontos na luta contra a inflação. O efeito das boas safras, no entanto, é parcialmente anulado pela deficiência da comercialização, considerada, pelo ministro Alysso Paulinelli, "o gargalo do processo produtivo brasileiro". Ou, como afirmou a VISÃO o engenheiro agrônomo Ney Araújo, presidente da Associação Brasileira de Produtores de Semente:

"Não adianta tentar implantar um sis-

### Investimento em Indústria e Agropecuária (1975/9)

Discriminação	Cr\$ bilhões de 1975
<b>Indústria (Investimento Total Estimado)</b>	<b>300</b>
Indústrias básicas (total estimado inclusive setor privado)	254
— Siderurgia e Metalurgia	90
— Material de transportes	43
— Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações	36
— Química	59
— Minerais Não-Metalicos, Celulose e Papel	26
Indústrias Básicas — Investimentos Coordenados pelo Governo (inclusive em Extração Mineral)	108
<b>Agropecuária</b>	<b>105</b>
Gastos do Setor Público (inclusive Governos Estaduais)	56
Gastos do Governo Federal	42
Apoio Financeiro Oficial (Só Recursos Novos)	49
Fonte: II PND	

### Integração Nacional: Recursos para o Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste (1975/1979)

Discriminação	Cr\$ bilhões de 1975
Incentivos fiscais	15
PIN e Proterra	19
Programas regionais prioritários	39
Transferência da União aos estados e municípios (FPE, FE, FPM e fundos vinculados)	38
Apoio financeiro oficial (novos recursos a serem aplicados no período)	54
<b>Total</b>	<b>165</b>
Fonte: II PND	

tema moderno de produção agrícola se tal sistema é frustrado, posteriormente, por problemas de secagem, armazenagem, transporte, crédito, etc".

## ALGODÃO

Visão, 10 de fevereiro de 1975

# Nova safra, na mesma crise

Até princípios de janeiro, nem 1 quilo de algodão da nova safra do Sul do país, que se inicia em fevereiro, havia sido vendido no pregão da Bolsa de Mercadorias de São Paulo: não há compradores no mercado interno nem no externo. Enquanto isso, 120 mil toneladas (ou 100 mil, segundo cálculos mais otimistas) continuavam em mãos de produtores e comerciantes, sem qualquer perspectiva.

A economia algodoeira da principal região produtora (cerca de 65% da safra total), refletindo o que acontece em termos nacionais, vive dias críticos. Todo o sistema atravessa os primeiros tempos de uma depuração que, certamente, empurrará muita gente para fora do banco — fala-se de quedas já consumadas, na lavoura e no comércio —, enquanto outros vão saindo por iniciativa e com re-

ursos próprios, como a Anderson Clayton, que deixa o mercado após quarenta anos de operações ininterruptas: estão à venda suas doze últimas usinas de beneficiamento, em São Paulo e no Paraná.

### Urgência nas soluções

Sob esse aspecto, Almeida Prado não arrisca considerações analíticas. Afirma, apenas, que "tudo precisa estar acertado até 15 de fevereiro, quando as usinas começam a enfardar as primeiras remessas de algodão". Pelo visto, a única saída será a liberação de crédito maciço pelos bancos oficiais e particulares, embora o Governo tenha estendido os prazos para pa-

gamento de dívidas. "Todas as outras fontes naturais de recursos estão secas", explica Almeida Prado. Não há adiantamento de câmbio; não há adiantamento sobre fornecimentos de caroço, tradicionalmente feito pelas fábricas de óleo aos maquinistas; não há adiantamento dos exportadores para esses mesmos beneficiadores. Sozinho, portanto, o sistema depende de terceiros para poder comercializar a nova safra com um mínimo de tranquilidade. "Afinal", diz um exportador, "essa é a sua função." Mal desempenhada, particularmente na última safra, tal atribuição deveria ser engastada num esquema de revigoração da economia algodoeira que preservasse o sistema atual, "pois acreditamos na livre empresa, e sua substituição inevitavelmente levaria a soluções mais caras e menos eficientes". Leia-se "estatização".

Almeida Prado pensa de modo parecido. Acha que, além de dispor dos meios para comercialização, é preciso identificar, com toda a clareza, quem vai fazer o quê, quando e como, para que as safras se escoem normalmente. E sugere, tanto para o algodão como para outros produtos agrícolas a constituição de grupos de trabalho, integrados por representantes do Governo Federal, dos Estados e da iniciativa privada, "para que, a tempo e hora, se tomem decisões lúcidas e equitativas, estabelecendo-se uma equação de co-responsabilidade entre Governo e particulares".

A alusão é direta ao que aconteceu com a última safra meridional: de repente, atendendo à solicitação da indústria, que alegava grandes necessidades de matéria-prima e perigo de alta exagerada dos preços, por influência das cotações internacionais, o Governo proibiu as exportações de algodão, mas num momento em que os preços se encontravam no ápice da curva, aonde haviam sido levados pelo encarecimento das fibras sintéticas (petróleo), provocado pela corrida de compradores ansiosos por fazerem estoques. Quando liberou as exportações, os preços estavam achatados.

Internamente, não se confirmariam as estimativas de consumo apresentadas pela indústria. As exportações de fios e tecidos de algodão também sofreram baixas consideráveis em volume (até outubro, haviam sido embarcadas 23.757 t de fios e 16.915 t de tecidos, contra 29.388 t e 25.702 t no mesmo período de 1973), embora o valor dos fios fosse maior, passando de 45 milhões de dólares em 1973 para 57 milhões em 1974. Os tecidos renderiam 52 milhões de dólares, para 53 milhões no ano anterior. Portanto, espremido entre o otimismo da indústria e o pessimismo do Governo, o comércio ficou sufocado e, com ele, o lavrador.

#### Má informação prejudica

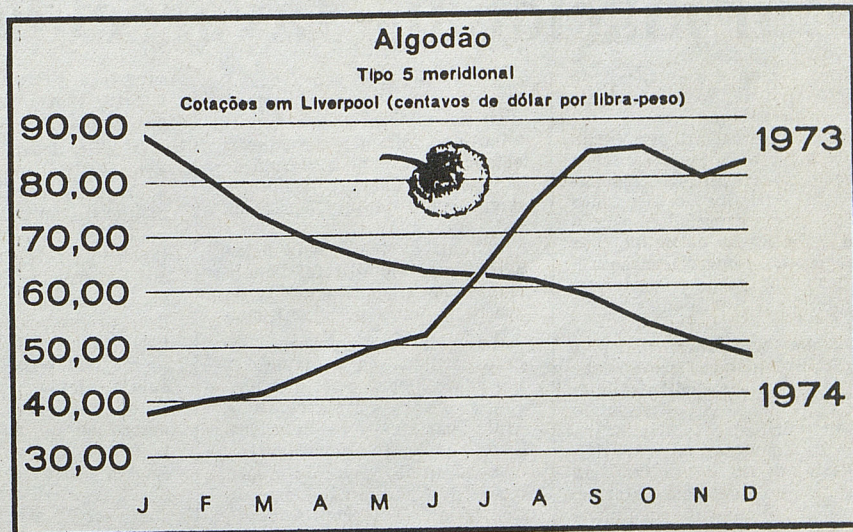
Antônio Carlos de Arruda Camargo, presidente da Cooperativa Central Agropecuária de Campinas (600 toneladas de produtos e 1 bilhão de

cruzeiros de giro, este ano), também acha que a má informação foi e é altamente prejudicial à saúde do sistema. Contudo, lembra que, desde março do ano passado, "o Governo Federal pensa e age em colegiado, sem que prevaleça a decisão de um só homem, mais facilmente influenciável por dados distorcidos. Este Governo, além disso, não só reconhece a conveniência de se exportar, como sabe que é possível fazê-lo sem transferir renda da agricultura para a indústria".

Apesar de todo mundo estar querendo aliviar sua balança comercial e enfrentando retrocessos no crescimento do PNB, mesmo assim o consumo mundial subiu, em 1973-74, para 61,2 milhões de fardos, contra 59,3 milhões na temporada anterior. Para 1974-75, a previsão é de queda: 60,1 milhões de fardos, invertendo-se tendência de crescimento observada desde 1970-71. De tudo isso deve resultar redução da área de plantio em vários países, como se nota desde já, a começar pelos Estados Unidos, onde, provavelmente, em

1975-76 não se plantarão mais de 40 mil km<sup>2</sup>, em vez dos 45 mil km<sup>2</sup> previstos. No México, assim como no Egito e no Sudão, parte da terra será ocupada para produção de alimentos, apenas para citar alguns exemplos. No Brasil, idem: se no Nordeste a área deverá manter-se igual, no Sul, onde as possibilidades de substituição da cultura são maiores, principalmente pela soja, a redução já está em curso.

Em qualquer lavoura, porém, ninguém escapa a um preceito de validade cada vez mais evidente: a boa técnica, de administração e produção, vem-se sobrepondo a qualquer outro fator — inclusive a disponibilidade de terra — para determinar o êxito de um empreendimento. O algodão não é exceção. Vencida a escassez mais aguda de matérias-primas derivadas do petróleo, surgiu um novo patamar para os preços de equilíbrio entre as fibras sintéticas e o produto natural, com um estreitamento da margem anterior. Conseqüentemente, a redução de custos e a melhoria da qualidade do algodão colocam-se, mais do que



nunca, como parâmetros a serem observados com rigor, sob pena de safras mal cuidadas se perderem. Evidentemente, a indústria de fibras sintéticas está atenta e continua investindo em tecnologia.

Arruda Camargo lembra que a produtividade da lavoura de algodão no Brasil é das mais baixas do mundo, principalmente porque ainda não chegou à maioria dos produtores a melhor técnica para a instalação da cultura. Nesse sentido, a cooperativa de Campinas deu passo importante ao montar uma estrutura de preparação da semente, oferecendo a seus associados sementes deslinterizadas (sem o línter, a película que a recobre) e impregnadas de inseticida, sem falar na orientação técnica permanente. Além disso, importou cerca de trezentas colhedoras dos Estados Unidos, cada uma capaz de substituir de 25 a 30 homens e com resultados muito melhores. Por isso, a produtividade é alta na região de influência da cooperativa, que está comprando quatro das usinas colocadas à venda pela Anderson Clayton. Tampouco houve redução da área plantada.

O esforço pela manutenção da cotonicultura em termos rentáveis incluiu, da parte da cooperativa de Campinas, a decisão de exportar diretamente seu produto.

Assim, os agricultores de Campinas, dispondo-se a continuar no mercado, talvez conheçam dias melhores como fornecedores para o consumo interno, que, segundo Guilherme Falavina, vice-presidente da Anderson Clayton, deverá constituir a alternativa para colocação da produção, reduzida por força das atuais dificuldades de comercialização externa. Contudo, nada impede que a empresa volte a exportar, se o volume requerido pelos compradores do exterior subir a níveis que comportem a divisão do bolo em fatias menos finas entre as empresas de comércio, como acontece hoje. "Afinal", diz Falavina, "somos uma empresa dinâmica, que visa a resultados positivos." Tanto que está deixando o algodão para investir maciçamente na indústria de alimentos, como o óleo de soja.

# PARANA DENUNCIA CACEX

ESP-20/2/75

A Federação de Agricultura do Estado do Paraná enviou ofício ao ministro Alysson Paulinelli denunciando decisões tomadas pela Cacex em relação ao milho produzido no Estado, que "vieram beneficiar quase que exclusivamente intermediários e exportadores". Segundo o documento, encaminhado ao ministro da Agricultura no final do mês passado, os comunicados da Cacex relativos aos limites de tolerância de defeitos do milho "têm vigência exata para atender apenas o interesse dos

grupos multinacionais que dominam o mercado exportador brasileiro, vez que em geral eles são expedidos de agosto a dezembro com vigência até fins de fevereiro, exatamente na época em que se inicia a nova safra em certas regiões produtoras, como é o caso do Norte do Paraná".

Segundo alguns técnicos do governo — para quem as reclamações apresentadas pela Federação de Agricultura do Paraná procedem — a situação ocorre quando os

limites de tolerância previstos pela Cacex são alterados, reduzindo em mais de 50 por cento a cotação do produto com defeito acima desses limites, que perde as garantias do governo. Assim, o milho é comprado praticamente apenas pelos intermediários e exportadores, que pagam o preço que querem. Em seguida — depois que os produtores já negociaram a maior parte da safra, a preços baixos — os limites de tolerância são aumentados e o produto volta a se valorizar.

Quem ganha, portanto, são aqueles que têm o produto em suas mãos, ou seja, os intermediários e os exportadores.

Ontem, em Brasília, entre os técnicos que comentavam o ofício da Federação da Agricultura do Paraná, houve quem lembrasse que a denúncia antecedeu em poucos dias as críticas formuladas pelo presidente Ernesto Geisel, durante sua visita ao Rio Grande do Sul, com relação ao excesso de intermediação na comercialização de produtos agrícolas.

## Multinacionais favorecidas

É a seguinte a íntegra do ofício enviado ao ministro da Agricultura:

"Tem o presente por finalidade levar a V. Sa. uma reclamação da lavoura paranaense face à discriminação que todos os anos tem ocorrido com relação à tipificação do milho, nos estágios de comercialização pelo produtor rural e, posteriormente, pelo intermediário ou exportador.

Já em 1974 encarecemos a V. Sa. providências nesse sentido através de expediente datado de 6 de junho. Apesar de nossa solicitação e das providências tomadas por esse Ministério, o ato normativo da Carteira de Comércio Exterior, consubstanciado no Comunicado n.º 483, só teve vigência a partir de 1.º de agosto de 1974, oportunidade em que mais de 70 por cento da safra de milho já se encontrava em mãos dos intermediários.

Destarte, as elevações de tolerâncias de defeitos que pleiteamos para beneficiar o produtor, dado o atraso da expedição do Comunicado n.º 483, veio beneficiar quase que exclusivamente intermediários e exportadores, aliás fato que tem ocorrido todos os anos.

No dia 5 de dezembro de 1974, fomos surpreendidos com a emissão, pela Cacex, do Comunicado n.º 498, admitindo para o milho destinado à exportação tolerâncias ainda maiores daqueles defeitos. E o fato significativo em tudo isto, senhor ministro, é que os comunicados têm vigência exata para atender apenas o interesse dos grupos multinacionais que dominam o mercado exportador brasileiro, vez que em geral eles são expedidos de agosto a dezembro, com vigência até fins de fevereiro, exatamente na época em que se inicia a nova safra em certas regiões produtoras, como é o caso do Norte do Paraná.

É evidente que, com o término da vigência dos comunicados, as tolerâncias máximas admitidas voltam a ser aquelas estabelecidas pela Resolução n.º 78, do Concex. Assim é que, no ano de 1974, verificou-se o seguinte:

a) mais da metade de nossa safra de milho não foi beneficiada com a política oficial de preços mínimos porquanto continha mais de 6 por cento de grãos ardidos ou brotados, 12 por cento de grãos carunchados e/ou avariados e 5 por cento de grãos partidos ou quebrados. Estas são as tolerâncias máximas admitidas pela Resolução n.º 78 do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), para o Tipo 3;

b) depois que mais da metade da safra foi comercializada pelo produtor por preços aviltados, surgiu o Comunicado 483, de 1.º de agosto de 1974, elevando aquelas tolerâncias para 9 por cento de ardidos ou brotados, 15 por cento de avariados ou carunchados. Com esta medida, o milho que não pode ser aceito pela Comissão de Financiamento da Produção, por excesso de defeitos, foi aceito pela Cacex para exportação.

c) E agora, sem que houvesse, até onde sabemos, pedido algum de órgão oficial responsável pela classificação, ou de entidade de classe de produtores, foram admitidas para a exportação as tolerâncias seguintes: 10% de ardidos e/ou brotados, 18% de avariados e/ou carunchados, 8% de partidos e/ou quebrados.

Ante o exposto e com o fito de evitar que o agricultor seja espoliado novamente e que medidas futuras surjam apenas com o intuito de beneficiar os intermediários e atravessadores, tomamos a liberdade de

sugerir a Vossa Excelência a adoção, com urgência de uma das medidas seguintes:

1) seja desvinculada a classificação do milho para as operações em que é interveniente a Comissão de Financiamento da Produção daquela estabelecida pela Cacex para fins de exportação. Para tanto seria necessário fosse baixado decreto estabelecendo a padronização deste produto para o mercado interno. A guisa de subsídio fazemos anexar ao presente a minuta de legislação nesse sentido apresentada pela delegação do Paraná no III Enasco (Encontro Nacional dos Serviços Auxiliares de Comercialização), realizado por esse Ministério na cidade de Florianópolis de 21 a 26 de outubro de 1974. Como a Cacex já admite tolerâncias maiores de defeitos para o Tipo 3, será interessante que no ato normativo sejam considerados para este tipo respectivamente 8%, 10% e 15% para partidos e/ou quebrados, ardidos e/ou brotados e avariados e/ou carunchados;

2) seja, por quem de direito, determinado ao Conselho Nacional de Comércio Exterior — Concex — baixe com urgência nova resolução em substituição à de n.º 78, adotando as tolerâncias constantes do comunicado n.º 498;

3) na eventualidade de que o Concex não altere a resolução n.º 78, seja então determinado pelo Ministério da Agricultura à Comissão de Financiamento da Produção que, para a classificação do milho, seja adotada a Resolução n.º 78 com as alterações de percentuais de defeitos estabelecidas pelo Comunicado n.º 498, de 5 de dezembro de 1974.

Como já enfatizamos em nosso expediente datado de 6 de junho de 1974, o milho que

não se enquadrar dentro das tipificações estabelecidas pelas resoluções do Concex pode ser exportado como "Tipo Amostra" mediante autorização da Cacex e, por esta razão, não atentamos por que tenham que ser alteradas as tolerâncias para enquadrá-lo no Tipo 3. Entendemos que o enquadramento do produto que contenha excesso de defeitos como "Tipo Amostra", além de não impedir sua exportação, compatibiliza melhor a qualificação comercial com as exigências dos mercados internacionais e não compromete a conceituação do produto.

Senhor ministro, é desnecessário salientar que é grande o desgosto que se constata no seio da classe rural paranaense em decorrência desses constantes e premeditados atentados contra a economia do lavrador.

Temos esperança de que Vossa Excelência possa, de imediato, contornar a situação e dar uma solução favorável para o problema, evitando-se assim que o descontentamento reinante tome mais corpo entre aqueles que se dedicam às lides agrícolas, primordialmente tendo em vista os esforços que estão sendo aqui despendidos com vistas a que o Estado responda ao chamado deflagrado pelo governo federal objetivando a elevação dos índices de produção e produtividade de nossa agricultura.

Certos da elevada compreensão de Vossa Excelência às razões acima expostas e no aguardo do que houver por bem deliberar a respeito, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe as nossas mais eloquentes expressões de alta estima e distinguida consideração. Mário Stadler de Souza — Presidente".

# ESTATIZAÇÃO AMEAÇA AGRICULTURA

ESP-4/3/75

O deputado federal Sérgio Cardoso de Almeida, da Arena de São Paulo, afirmou ontem que "a estatização do comércio e da exportação dos produtos agropecuários ameaça a continuidade de toda a nossa agricultura empresarial" e atribuiu "às contenções absurdas de exportações, ordenadas pela Cacex", a "crise sem precedentes que assola a nossa economia algodoeira, e que afetou seriamente a citricultura durante 1974".

Para o deputado, a orientação da Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), do Instituto Brasileiro do Café e do Instituto do Açúcar e do Alcool foi o fator determinante da derrota da Arena nas áreas de agricultura moderna do País, a 15 de novembro. Cardoso de Almeida falou durante o grande expediente de ontem, na Câmara Federal, fazendo uma ampla abordagem dos problemas da agropecuária nacional.

## Revolta

Cardoso de Almeida afirmou que a confusão gerada no mercado da soja, no ano passado, "provocou a maior revolta entre os agricultores". Na safra atual, a Cacex trouxe, mais uma vez, "o desânimo ao meio rural, tirando da livre empresa e do livre comércio a possibilidade de colocação da soja a preços superiores, e que dariam ao lavrador boas condições de obter lucros com a safra".

Exemplificou dizendo que os agricultores poderiam conseguir preços acima de Cr\$ 110,00 pela saca de soja, mas, em conse-

quência da atuação da Cacex, não alcançaram mais do que Cr\$ 65,00. Isto, a seu ver, se deveu a proibição de vendas futuras ao exterior, a preços firmes, e à negativa da diretoria da Cacex de ouvir os interessados, "os que, realmente, entendem de comércio exterior".

Na sua análise, Cardoso de Almeida disse ainda que os plantadores de milho "foram castigados, durante dois anos, pela proibição de exportar excedentes, mesmo informados de que o produto poderia ser negociado pelo dobro do preço vigente no interior".

"Assim — continuou — quando foi liberada a exportação, por alguns dias, em meados de 1974, o milho reagiu mas a Cacex distribuiu um contingente exportável entre as firmas, que, imediatamente, derubaram o mercado e continuaram a vender o milho aos ótimos preços do mercado exterior, o qual se tornou inacessível aos produtores".

## Laranja

A crise da laranja, no ano passado, se evidenciou quando os preços externos se haviam enfraquecido para o suco, "muito embora fossem os desacetos e as punições de firmas, responsáveis por quase 40% das compras de laranja, a origem das dificuldades e do atraso na colheita e exportação do produto". Também neste caso Cardoso de Almeida responsabiliza a Cacex.

O deputado Ricardo Fluzza, da Arena de Pernambuco, lembrou, em aparte, que a proibi-

ção pela Cacex, em 1973, das exportações de algodão, com reflexos sobre o mercado a partir de fevereiro de 1974, "se deveu à pressão dos industriais de Santa Catarina, que haviam vendido toalhas aos Estados Unidos sem dispor, ainda, de matéria-prima".

Em outro aparte, Célio Marques Fernandes, da Arena do Rio Grande do Sul, aplaudiu o orador quando este pediu a destituição do diretor da Cacex, Benedito Moreira, "causador, para a soja, de problemas idênticos aos que afligem o algodão".

## Mamonia

O deputado Cardoso de Almeida afirmou que, nas últimas eleições, "caíram muitos arenistas, principalmente em São Paulo, porque na direção da Cacex ficou o maior cabo eleitoral do MDB, no campo. A exportação da produção de mamonia in natura era a única saída para a crise que se abateu sobre o produto, cujo preço havia caído de Cr\$ 3,50 para 70 centavos. Foi solicitada, na Comissão de Economia, por deputados da Arena e do MDB, a exportação da mamonia em bago, mas o sr. Benedito Moreira não cedeu, o que resultou em crise para o produto e para os agricultores".

"O mesmo ocorreu ao arroz — completou —, ao amendoim, à cebola e à batata, que deram prejuízos incalculáveis à nossa agricultura, assim como a proibição à exportação de carne e couro, que levou a pecuária a uma situação perigosa".

Cardoso de Almeida concluiu afirmando que "o dirigismo e a artificialidade dos órgãos oficiais como a Cacex, o IBC e o IAA trazem total desânimo aos setores da produção e do comércio, responsáveis pela colocação de nossa produção agropecuária".

## Problema social

O retardamento da colheita de algodão na Alta Sorocabana — provocado pela crise enfrentada atualmente pela cotonicultura — está fazendo com que dezenas de famílias que se dedicam a essa atividade se desloquem para Presidente Prudente à procura de trabalho ou de simples auxílio do Serviço de Obras Sociais.

O problema foi denunciado pela União dos Municípios da Alta Sorocabana, em telegrama enviado ontem ao presidente Ernesto Geisel, no qual a entidade solicita a adoção de providências destinadas a contornar a crise (essas providências foram anunciadas no último fim de semana pelas autoridades, mas ainda não oficializadas).

O Serviço de Obras Sociais prevê o agravamento do problema social decorrente do desemprego no campo. Atualmente, muitas famílias já se encontram em Presidente Prudente — os homens trabalham em biscates ou se inscrevem no Serviço para receber uma cota semanal de alimentos — ocupando construções abandonadas, favelas improvisadas e até mesmo funeis da Fepasa.

CONJUNTURA

VEJA, 19 DE MARÇO, 1975

# As palavras contra a crise

Nos últimos quinze dias, as principais autoridades da área econômica federal tiveram de comprovar publicamente suas virtudes no campo da versatilidade. Abandonando armas tradicionais de persuasão, como equações, fórmulas, índices ou estatísticas, viram-se na contingência de duelar com palavras para contornar uma grave crise que vinha se esboçando recentemente na economia nacional. Localizada nos bancos comerciais e empresas privadas nacionais ela teria sido impulsionada pelos problemas de liquidez que afligem o mercado desde o ano passado e alimentada pela profunda desconfiança de que o governo pretenderia encetar um irreversível processo de estatização.

No final da semana passada, depois de uma clara ofensiva diplomática das autoridades federais, a crise dava alguns sinais de enfraquecimento. Para tanto foi necessário que o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, de volta de uma viagem à Europa, concedesse

esclarecedoras entrevistas; que o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso fizesse pronunciamentos em Brasília e no Rio de Janeiro sobre a importância da empresa privada no desenvolvimento econômico nacional; que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Marcos Pereira Vianna, recentemente de retorno a seu cargo depois de uma licença de dois meses por motivos de saúde, viesse a São Paulo a convite dos empresários da indústria de base para uma profissão de fé na livre iniciativa e uma simultânea condenação "à falta de competição pela centralização ou pela concentração de poderes, contrária aos princípios democráticos". Por fim, o presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, dedicou-se a pacientes contatos em São Paulo e Rio de Janeiro com empresários e banqueiros para ouvir sugestões e queixas, e explicar as medidas que têm sido tomadas para atenuar as aflições do momento.

**Preocupações** — Além dos discursos, entrevistas, reuniões privadas e encontros sigilosos, não faltaram também outras providências. Na quarta-feira, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, presidido pelo presidente da República, Ernesto Geisel, decidiu suspender as subscrições para aumento de capital das principais empresas de economia mista com ações negociadas em Bolsa — Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Nordeste do Brasil e Eletrobrás — durante o exercício de 1975. Sobre os duvidosos reflexos que esta medida poderia ter no mercado, um influente membro da administração federal contra-argumentou rápido: "Mas foi apenas uma medida política".

Essa preocupação política também transpareceu na reunião a que compareceu Vianna na Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABDIB) na quinta-feira. Depois de repudiar qualquer programa estatizante, ele anunciou reduções de taxas nos financiamentos do BNDE

## A CAPTAÇÃO DAS ESTATAIS

(em milhões Cr\$)

	1972	1973	1974	Participação do governo nas subscrições
Banco do Brasil	180,0	—	720,0	51%
Banco do Nordeste	140,0	—	—	74%
Eletrobrás	478,8	1 770,7	1 262,6	99%
Petrobrás	920,9	—	1 426,8	89%
Vale do Rio Doce	266,4	175,8	237,4	80%
<b>TOTAL</b>	<b>1 986,1</b>	<b>1 946,5</b>	<b>3 646,8</b>	

Fonte: VEJA.

à empresa de base nacional. Em alguns casos, os juros descerão 3%. Paralelamente, para evitar qualquer mal-entendido, e antes que a defesa pública da empresa nacional encetada, na semana passada, pudesse desencadear um impertinente jacobinismo, o ministro da Fazenda esclarecia que, "graças às medidas de controle estabelecidas pelo governo, as empresas multinacionais realizam sua política em conciliação com as estratégias nacionais".

**Liquidez** — Na verdade, para que os cuidados governamentais chegassem a tal ponto de refinamento, um complexo processo foi desenvolvido desde o ano passado. Na mensagem enviada ao Congresso, no começo do mês, o presidente Geisel destacou a importância da contenção dos meios de pagamento (dinheiro disponível no país, somados os depósitos a vista e a moeda em poder do público) durante 1974. Sua expansão contida no patamar de 34% (em 1973, atingira 47%) — veja o gráfico — deveria apenas cortar o caminho da inflação ascendente. Mas provocou também seqüelas no sistema. Com a diminuição do dinheiro disponível no mercado, os bancos comerciais se ressentiram brutalmente da conseqüente queda nos depósitos a vista (em janeiro deste ano houve uma redução de 10% em relação a dezembro de 1974). Sem recursos suficientes em seus cofres, os bancos fecharam muitas de suas carteiras de empréstimos e o custo do dinheiro aumentou naturalmente. Além disso, por falta de lastro, os bancos foram obrigados a recorrer maciçamente ao redesconto proporcionado pelo Banco Central. Depois dos bancos, numa reação em cadeia, chegou a vez das empresas. Obviamente entre elas, as nacionais, de setor privado, foram as mais atingidas pela falta de crédito. Naturalmente, nessas circunstâncias, todos os ressentimentos existentes tendem a aflorar. Assim, as empresas privadas nacionais e os bancos comerciais em seus contatos com o governo passaram a exteriorizar sua insatisfação. As queixas começavam na falta de recursos e se encaminhavam inapelavelmente para a crítica a supostas tendências estatizantes.

Diante desse quadro, eram necessárias

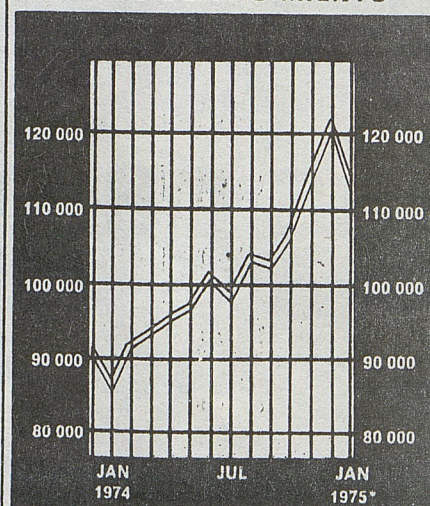
medidas urgentes. É uma das primeiras se propunha a aliviar os problemas de liquidez. A partir de janeiro foram então acionados vigorosamente os mecanismos da política monetária. Mas eles não provocaram as respostas esperadas. Na semana anterior ao carnaval, o redesconto do Banco Central extravasara a soma de 4 bilhões de cruzeiros. Acionou-se, então, o tratamento de choque. Além da compra maciça de Letras do Tesouro no open market, o Banco Central devolveu compulsórios aos bancos comerciais (cerca de 2,6 bilhões de cruzeiros). Sucedeu que os bancos trataram de saldar suas dívidas no redesconto com dinheiro proveniente do retorno de parte do compulsório. Daí, o sistema recebeu mais duas transfusões. O open market foi "afogado" por compras incondicionais de Letras do Tesouro e, ao mesmo tempo, criou-se um novo mecanismo de política monetária: o refinanciamento compensatório. Apesar de sua denominação inusitada, chega a ser um instrumento simples: o Banco Central colocou 3 bilhões de cruzeiros a juros paternos de 6% ao ano para as instituições bancárias — um dinheiro quase gratuito para animar as combatidas forças dos bancos. Sem dúvida, esta medida provocou uma distensão nos meios bancários, contudo a empresa nacional continuou sofrendo.

**Subproduto** — Os bancos conseguiram apenas equilibrar suas caixas mas os empréstimos ainda estão refluindo sob rigorosos critérios seletivos. E, além do mais, a redução nos negócios, em geral, criou um subproduto perigoso: a falta de duplicatas para desconto. Por essas razões, começaram a surgir as primeiras crises setoriais mais sérias, como a dos têxteis no mês passado. O governo não poderá reduzir todos os impostos para todas as áreas críticas nem promover esquemas preferenciais sob pena de ver desmoronada a sua estrutura fiscal. Talvez por isso tenha optado por transmitir ao mercado um "clima" de distensão. A suspensão de subscrições de empresas de economia mista, tida oficialmente como um instrumento para o desafogo da indústria privada, realmente não deve alcançar este objetivo. A inclusão da Eletrobrás, com 99% do capital controlado pelo governo, na lista das

empresas estatais é estranha (veja tabela). Realmente, não será o modesto 1% captado no mercado que estará provocando falta de interessados na compra de ações de empresas privadas. Parece extremamente discutível também que acionistas das empresas fortes e rentáveis resolvam, a partir desta medida, fazer investimentos em outras empresas, menos sólidas e menos rentáveis. E, se algum recurso permanecer no mercado, nessas condições, poderá ser canalizado para as empresas multinacionais que não estariam precisando de um socorro tão urgente.

Em todo caso, a impressão de um clima de distensão impressionará muitos empresários que poderão tentar fazer chamadas de capitais nos próximos meses. Se isso ocorrer, o governo terá ganhado algum tempo. Entre a preparação da subscrição e o seu resultado prático já deverão estar mais claros os caminhos da economia brasileira em 1975. Pois será nos próximos meses que se terá uma idéia mais precisa do desempenho da balança comercial, da execução do orçamento monetário (a redução de 7,2% nos meios de pagamentos em janeiro não estava programada) e do volume de empréstimos externos a ser conseguido pelo país. Por enquanto o mi-

## EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO



\*estimativa

Fonte: Banco Central

nistro da Fazenda desenvolve uma política de capitalização extremamente cautelosa. Intransigente, Simonsen tem afastado todas as tentações de conseguir dinheiro a curto prazo, o que poderia resolver os transtornos imediatos da economia, mas provocaria reflexos desastrosos no balanço de pagamentos dos anos seguintes. E, desse tipo de expediente, o governo revela querer prescindir com todas as forças.





# NÃO SERÁ FÁCIL EXPORTAR EM 1975

Para Laerte Setúbal Filho, vice-presidente do grupo Duratex, cuja receita (faturamento e créditos de incentivos fiscais), em 1974, foi de cerca de 127 milhões de dólares, as perspectivas para a exportação de manufaturados brasileiros, em 1975, não são as mais animadoras. Seu próprio grupo, que exportou, em 1974, aproximadamente 15 milhões de dólares, espera faturar, no mercado internacional, 12 milhões, em 1975.

**EXAME** — *A "lei de comércio exterior", recentemente aprovada nos Estados Unidos, poderá prejudicar as exportações brasileiras?*

**Setúbal** — Embora ainda não tenha sido possível saber com detalhes como funcionará a nova lei, acredito que os produtos prontos para consumo final poderão sofrer restrições. Imagino que a lei tenha sido elaborada sob forte pressão dos sindicatos e, portanto, artigos que não permitam a incorporação de mão-de-obra local poderão ser afetados. Quanto aos exportadores de produtos semi-acabados, acho que não surgirão novos problemas.

**EXAME** — *Haveria alguma forma de impedir eventuais restrições às exportações de produtos prontos para o consumo?*

**Setúbal** — Acho que seria uma atitude realista — se bem que não deixe de ser um retrocesso — dos exportadores brasileiros de manufaturados de consumo passar a exportar seus produtos semi-acabados, enviando partes para acabamento nos Estados Unidos. A perda de valor decorrente da não-incorporação total de mão-de-obra poderia ser compensada pelo aumento no volume produzido.

**EXAME** — *Mas os Estados Unidos estariam dispostos a aceitar um maior volume de importações, mesmo de produtos semi-acabados?*

**Setúbal** — Realmente, ao que tudo indica, a nova lei revela uma mudança substancial na atitude americana quanto ao comércio internacional. Parece, à primeira vista, que

os Estados Unidos não mais reconhecem qualquer país como aliado. Todos parecem inimigos potenciais do equilíbrio do balanço de pagamentos americano. Além disso, parece também que os consumidores não mais ocupam o primeiro lugar nas preocupações prioritárias da sociedade americana. Ao aumentar o poder de aplicação de direitos compensatórios, a lei talvez esteja premiando a ineficiência de alguns setores produtivos americanos, de tecnologia mais atrasada — como os têxteis e os calçados —, impedindo que os consumidores possam comprar produtos bons e mais baratos apenas por serem fabricados no exterior.

**EXAME** — *Como será o ano de 1975 para os exportadores brasileiros de produtos manufaturados?*

**Setúbal** — Será um ano muito difícil. No nosso setor — material de construção —, já podemos notar os primeiros sintomas dessas dificuldades: estamos fazendo descontos da ordem de 22% e 23% nos preços e podemos prever queda igual no volume de vendas.

**EXAME** — *Esta situação é específica do setor ou pode ser generalizada para os outros?*

**Setúbal** — De maneira não tão dramática, eu diria que pode ser estendida a todos os setores que exportam manufaturados.

**EXAME** — *Qual a causa dessas dificuldades?*

**Setúbal** — A queda dos preços no mercado internacional, resultado de uma retração generalizada nos negócios. Por isso, os incentivos fiscais, concedidos pelo governo brasileiro, deixaram de representar um estímulo à exportação.

**EXAME** — *Mas, então, como se explica o bom desempenho das exportações em 1974, especialmente nos manufaturados, que cresceram mais de 50%, em valor, em relação a 1973?*

**Setúbal** — A queda de preços acen-

**EXAME. JANEIRO/FEVEREIRO 1975**

tuou-se apenas no último trimestre do ano. Tanto isso é verdade que a maioria dos exportadores fechou o ano com bons resultados. Resultados que contribuíram para iludir muitos exportadores a respeito da real dimensão da crise que teremos pela frente este ano.

**EXAME** — *Isso quer dizer que os incentivos fiscais à exportação não são mais suficientes para dar competitividade ao manufaturado brasileiro no exterior?*

**Setúbal** — Exatamente. O sistema de incentivos foi montado para competir num mercado onde os preços estavam em alta. Nestas condições, o sistema beneficiava o exportador brasileiro, porque reduzia os custos de produção. Hoje, com os preços caindo no mercado internacional, os 30% que os produtos exportados pela Duratex recebem não são sequer suficientes para cobrir as despesas com os fretes.

**EXAME** — *Quais as consequências dessa nova situação internacional para o país?*

**Setúbal** — Vejo um problema muito grave: se analisarmos os números friamente, veremos que o Brasil vai aumentar o déficit da sua balança de pagamentos. E o banqueiro, no exterior, não vai aplicar num país que apresenta um déficit muito grande.

**EXAME** — *Nesse caso, quais seriam as saídas para se restabelecer a competitividade do manufaturado brasileiro no exterior?*

**Setúbal** — Bem, já que aumentar os incentivos sem sofrer a acusação de subsidiar preços não é mais possível, acho que devemos, pura e simplesmente, desvalorizar o cruzeiro. É a maneira mais eficiente de chegarmos perto dos preços internacionais e, portanto, exportar mais.

**EXAME** — *Na sua opinião, por que o ministro da Fazenda resistiu à idéia de uma desvalorização brusca do cruzeiro?*

Setúbal — Por medo de acelerar o processo inflacionário, no que ele não deixa de ter razão. Mas quero lembrar que o mercado internacional é um mercado de oportunidades. Isto é, nunca se sabe com precisão o que vai acontecer amanhã. O fator tempo é fundamental e tenho medo de que, no momento em que finalmente atingirmos os níveis de preços do mercado internacional, os compradores potenciais dos produtos brasileiros já tenham feito seus estoques.

EXAME — *Na sua opinião, de quanto deve ser a desvalorização do cruzeiro?*

Setúbal — Acredito que uma queda de uns 15% ou 20% já ajudaria bastante.

EXAME — *Apesar da euforia de novembro e dezembro, não se pode esquecer de que o Brasil ainda é um país importador de petróleo. Uma queda de 15% ou 20% no poder de compra do cruzeiro não poderia desequilibrar ainda mais a balança de pagamentos?*

Setúbal — Devo dizer que falo, como exportador, mas, mesmo assim, acho que a única consequência seria um aumento de 15% ou 20% nos preços de importação do petróleo. Em compensação, haveria alguns benefícios: aumentaria a competitividade das empresas exportadoras brasileiras e dificultariam as importações que é, justamente, uma das metas do governo. Assim, em vez de montar custosos — e de eficiência duvidosa — mecanismos para impedir a entrada de produtos supérfluos, é mais fácil desvalorizar a moeda, dificultando naturalmente as importações.

EXAME — *Qual a receptividade que as propostas dos exportadores têm obtido junto ao governo?*

Setúbal — Até agora o governo não parece muito sensibilizado. Tem adotado, inclusive, medidas que são francamente prejudiciais a qualquer esforço exportador.

EXAME — *Como assim?*

Setúbal — Na medida em que se começa a isentar uma série de produtos do IPI e do ICM, como o go-

verno está fazendo, as exportações são prejudicadas, em favor do consumo interno. E a tal ponto que começa a ser mais interessante vender aqui dentro do que lá fora. Uma empresa como a Duratex, por exemplo, ao escolher entre um mercado ou outro, fará a opção segundo o retorno que cada um deles possa proporcionar. Por mais patriotas que sejamos, não vamos exportar, apenas, porque o governo precisa equilibrar a balança comercial.

EXAME — *O senhor está dizendo que pode parar de exportar?*

Setúbal — Bem, parar de exportar seria a última atitude que tomaríamos. Afinal, estamos no mercado externo para ficar e não recuaríamos por causa de uma crise que consideramos passageira. Nessas condições — e como achamos que os preços para os nossos produtos já chegaram ao fundo do poço —, iremos até o limite. Se, no entanto, os preços caírem ainda mais e nada for feito para melhorar a nossa situação, acho que será mais interessante restringir a produção.

EXAME — *Além da desvalorização do cruzeiro, que outras medidas o senhor sugeriria para incentivar os exportadores?*

Setúbal — Acho que se poderia estabelecer um prêmio para as empresas que tivessem um bom desempenho no mercado externo. Por exemplo, uma empresa que exportasse, digamos, 25% da sua produção, teria o preço de seus produtos liberados no mercado interno. Dessa maneira, ela se motivaria a exportar, tendo como compensação obter uma margem de lucro maior no mercado interno. Afinal, se a empresa, hoje, está conseguindo competir no mercado internacional sem perder dinheiro, não há dúvida de que se trata de uma empresa eficiente. Além disso, o governo poderia melhorar os portos, para facilitar o escoamento da produção.

EXAME — *Apesar da retração dos negócios no mercado mundial?*

Setúbal — Apesar disso e por duas razões: em primeiro lugar, os nossos clientes tradicionais continuam comprando. Não tanto como antes,

mas continuam. Em segundo lugar, poderíamos abrir novos mercados. Mas abrir novos mercados é uma operação que custa dinheiro e para isso eu preciso poder respirar, pelo menos enquanto estou investindo na abertura desses mercados.

EXAME — *O senhor falou em melhorar os portos.*

Setúbal — Sim, exatamente. Essa é uma medida que devia ter sido tomada a qualquer custo e há muito tempo. No final do ano passado, por causa de uma safra de milho um pouquinho maior, nós ficamos com os portos entupidos.

EXAME — *O senhor pode dizer qual é a atitude dos ministérios, do CIP, da Cacex e outros órgãos em relação às sugestões apresentadas pelos exportadores?*

Setúbal — A verdade é a seguinte: o governo está perfeitamente informado sobre a situação, apesar de não fazer nada de decisivo para influir, de fato, sobre o quadro das exportações. E não encontro resposta para esta imobilidade. Assim como também não encontro uma resposta satisfatória para uma questão que é fundamental: qual é o mecanismo de decisão do governo federal e quem é que decide no governo. Tenho indagado a várias pessoas e até agora ninguém consegue me dizer como o governo toma decisões na área econômica: se é em conjunto, se é o CDE, se são os ministérios.

EXAME — *Quanto à taxa de câmbio, haverá alguma influência?*

Setúbal — Acho que contribuiria para diminuir a pressão do déficit da balança comercial. O país aumentaria a sua capacidade de endividamento, dando como garantia o petróleo por ventura existente. Mas é uma perspectiva de longo prazo. A curto prazo, acho que as exportações brasileiras cairão de qualquer modo. Minha maior preocupação não é impedir a queda, mas, sim, diminuí-la o máximo possível, reduzindo os nossos prejuízos.

# EMPRESARIOS FALAM DO DESENVOLVIMENTO

Como vêm os empresários o futuro? Como entendem seu papel no processo de desenvolvimento? Que função atribuem ao Governo? O repórter Antônio Tofaneto, de VISÃO, ouviu seis empresários sobre esses assuntos: Dílson Funaro (Trol), Carlos Chiti (Romi), Guilherme Quintanilha de Almeida (Macisa), Yojiro Takaoka (Albuquerque, Takaoka); Roberto Teixeira da Costa (União de Bancos, Brasileiros) e Laerte Setúbal Filho (Duratex—Deca).

O empresário nacional deve traçar e ter o comando da política industrial; o estrangeiro deve ter papel complementar. Cabe ao Governo uma seleção dos investimentos, e não receber qualquer um apenas para aumentar, na receita cambial, o índice de investimentos diretos." **Dílson Funaro.**

"Temos procurado atingir nossas metas com recursos próprios, pois o alto custo do dinheiro é fator impeditivo à tomada de empréstimos. Para certos produtos novos preferimos comprar apenas a tecnologia do produto, desenvolvendo tecnologia própria de produção. Assim, temos a cabeça e o corpo aqui." **Carlos Chiti.**

"Acho um desperdício o Governo preocupar-se com certas obras públicas que poderiam perfeitamente ser transferidas à empresa privada, pois a valorização urbana é sempre do proprietário." **Yojiro Takaoka.**

"Como empresário, procuro ser agente ativo do desenvolvimento. Mas o que preocupa é o recrudescimento da 'guerra do papel burocrático' e de gente que cria dificuldades para vender facilidades." **Guilherme Quintanilha de Almeida.**

"No cerne da questão dos investimentos estrangeiros, está comprovado que para o país é necessário um mercado de capitais ativo, para preencher os espaços vazios e contribuir para o desenvolvimento de uma indústria privada brasileira dinâmica e crescente." **Roberto Teixeira da Costa.**

"A fase do Governo anterior, que acostumou os empresários a uma certa acomodação, apontando-lhes o caminho, já passou. Hoje, a independência deve ser retomada; ao invés de se sentir como parte passiva da atual conjuntura econômica, o empresário deve criar soluções e criticar de espírito aberto." **Laerte Setúbal Filho.**

**Dílson Funaro**, presidente da Trol, entende que o papel do empresário, dentro dos planos brasileiros de desenvolvimento, é fazer com que sua em-



presa tenha condições de competição dentro do mercado internacional. Inicialmente dentro de um processo de substituição de importações, fase que já estamos passando, e numa segunda etapa colocando os produtos brasileiros no exterior, numa conquista em termos de tecnologia do produto. Quanto à tecnologia de processo, "temos de adaptar cada nova unidade fabril dentro das condições que o país oferece". "Com isso, quero dizer que não adianta colocar capital intensivo onde há mão-de-obra intensiva, e vice-versa." "A indústria de transformação, por exemplo, oferece grande opção nesse sentido, e essa decisão compete ao empresário." É evidente que cabe também ao Governo rever alguns aspectos de sua política de incentivos que, como no caso do Nordeste, são destinados apenas ao capital intensivo, quando deveriam existir para a mão-de-obra intensiva e para o capital de giro das empresas.

Uma das maiores missões do empresário nacional, afirma, é a de lutar para que o centro de decisão da política industrial seja realmente nacional. "Diante da desnacionalização em larga escala que se verifica, caberia ao Governo uma seleção dos investimentos estrangeiros."

Essa expectativa do empresariado nacional, explica, é tanto mais relevante "se considerarmos que um país como a Alemanha, dos mais liberais, acaba de votar uma lei, proposta pelo próprio Governo, determinando que qualquer negócio de venda de empresas, acima de 45 milhões de dólares, necessita da aprovação governamental". Nos Estados Unidos, muitos líderes empresariais e sindicais declaram-se preocupados com o problema do perigo da desnacionalização.

"Por isso, creio que a coisa mais importante no relacionamento entre o empresariado nacional e o Governo é um diálogo franco para que, em muitos casos, ambos trabalhem em conjunto. E que o Governo compreenda e apóie as empresas nacionais, para que não haja concorrência desleal, pois o tratamento igual aos desiguais também é uma forma de injustiça."

Dentro do processo econômico brasileiro, diz, houve várias vezes vantagens ao investimento estrangeiro. A Instrução 113, da antiga Sumoc, permitiu a importação de máquinas e de fábricas usadas, favorecendo numerosas empresas; a Instrução 289, aplicada conjuntamente com a Instrução 31, criou vantagens na taxa de juro. O Fundo 157 foi utilizado durante anos para financiar empresas estrangeiras. Na vigência desse processo, houve vantagens ao investidor estrangeiro;

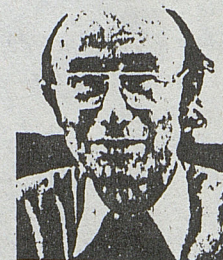
posteriormente, o Governo ou as corrigiu ou as cancelou. Mas, historicamente, o empresário nacional quase sempre esteve em desigualdade, contrastando com épocas em que o país foi mal politicamente e nas quais os capitais estrangeiros saíram e o empreendedor brasileiro continuou.

"Não sou contra o capital estrangeiro, mas creio que o empresário nacional deve traçar e ter o comando da política industrial e o estrangeiro deve ter papel complementar."

O que o empresário brasileiro deseja — insiste Funaro — não é um apoio, uma proteção à improdutividade ou à incompetência. Mas, sim, em face de algumas situações de confronto com empresas internacionais (particularmente multinacionais), que o Governo dê atenção à empresa nacional, a mesma atenção que outros governos dedicam a suas empresas.

**Carlos Chiti**, presidente do Conselho Diretor da Indústrias Romi, acha que o dever do empresário é o de colaborar e de se empenhar para que seja realizada a tarefa que foi confiada à iniciativa particular, apesar da participação estatal.

"Nós da Romi, que produzimos bens de capital, de que o país ainda é carente, procuramos desenvolver-nos cada vez mais. Em três anos, mais do que dobramos a produção e o número de funcionários, e continuamos com planos de expansão. Neste ano, a produção prevista é 38% maior do que a de 1974 e o seu valor deve alcançar 600 milhões de cruzelos." Nos dois primeiros meses deste ano, a Romi alcançou 14%, para uma previsão de vendas de 15%, em relação ao total de 1975; portanto, houve uma queda de apenas 1% no bimestre. "O que significa que fomos pouco afetados pela restrição nos negócios. E isto se deve à nossa atuação numa área diversificada, onde o nosso produto principal, o torno, é colocado tanto na produção direta de outros produtos como nos setores de manutenção, que envolvem até um banco ou um hospital." Paralelamente, as novas empresas que estão surgindo cobrem as limitações das existentes, além do impulso à demanda



de bens de capital provocado pelos planos marítimos, de prospecção de petróleo e também pelo plano siderúrgico, que desencadeia igualmente a produção de equipamentos.

"Há razoáveis mecanismos de financiamento de produção, vendas e capital de giro. Pena que as bolsas de Valores não estejam sendo a fonte de recursos de que o empresário necessita, talvez porque haja muitos papéis de renda fixa, inclusive os títulos oficiais,

que absorvem parcela considerável da poupança, embora parte reflua para os mecanismos financeiros."

Tendo em vista o alto custo do dinheiro, em face da correção monetária, "que representa uma contenção à tomada de empréstimos", e a desvalorização das ações na bolsa, que causa desinteresse na colocação ("para não perder patrimônio, não temos tido opções"), Chiti diz que está procurando fazer tudo o que pode com recursos próprios. Neste ano, por exemplo, para alcançar a meta de produção, a Romi está reinvestindo todo o lucro do ano passado, mais reservas acumuladas, o que representa 82 milhões de cruzeiros. Isso lhe permitirá crescer 38%, devendo-se a maior parte desse crescimento à introdução de produtos novos, antes importados. "Assim, estamos contribuindo para o processo de substituição de importações."

Por ter desenvolvido tecnologia própria, igual à dos países mais avançados, para certos produtos novos, prefere comprar apenas a tecnologia do produto, não a de produção. "Preferimos comprar a cabeça e não o corpo", diz Chiti. Ele espera que o Governo note que, em muitos casos, "estamos comprando só o corpo, mas a cabeça está no exterior". Daí a importância de que nossa indústria tenha uma capacidade criadora, e não copiadora; "mas, para isso, torna-se imprescindível que formemos equipes de técnicos e pesquisadores".

**Guilherme Quintanilha de Almeida**, diretor da Macisa Comércio e Indústria de Metais e do Serviço de Comunicações da FIESP, vê o papel do empresário como o de agente do desenvolvimento — e, como tal, procura ser um intérprete ativo. "Tanto é que estamos fazendo novo e grande investimento que nos permitirá dobrar nossa atual produção de peças para os setores automobilístico, ferroviário, petroquímico, etc. Os 5 mil m<sup>2</sup> atuais serão acrescidos de mais 5 mil, inclusive para diversificar a linha de produtos."

Este é o sexto investimento da Macisa, que lança mão de parte de financiamento do BNDE, e Quintanilha está sentindo dificuldades com o que chama de "guerra do papel burocrático". No Badesp, agente financeiro do BNDE, a cédula de crédito industrial tem 28 páginas (no Banespa eram duas); a aprovação do projeto para compra de equipamento de controle de qualidade que foi encaminhado ao CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial levou seis meses, apesar de anterior aprovação pelo Balcão de Tecnologia de São Paulo (no antigo Geimec não eram necessários mais do que dois dias); a planta de ampliação consumiu, na Prefeitura de São Bernardo, engenharia sanitária e Susam, mais de quatro meses.

A exigência de documentos de instrução constitui exemplo da burocracia. No Badesp pedem-se: contrato social e suas alterações; ata da assem-

bléia geral que elegeu a diretoria atual e a ata que efetivou o último aumento de capital social; cópias dos contratos de financiamentos; títulos de propriedade dos imóveis em garantia, com certidão do Registro de Imóveis referente a sucessivos proprietários e negativa ou descritiva de ônus e alienações nos últimos vinte anos; certidão negativa do Registro de Títulos e Documentos (período de cinco anos) e certidão do Registro de Imóveis a partir de 1969; certidões negativas de todos os cartórios de Protestos de Títulos (período de cinco anos) do postulante e de seus diretores ou sócios; certidão negativa de todos os distribuidores civis do Foro, inclusive dos distribuidores dos feitos da Fazenda Federal, Estadual e Municipal (período de dez anos), em nome do postulante e de seus diretores ou sócios; certidão de casamento, número do CPF, certidões negativas de todos os cartórios



JORGE GUIMARÃES

de Protesto de Títulos (período de cinco anos) e certidões de distribuição de ações judiciais (dez anos).

Exigências semelhantes fazem o BNDE, a Prefeitura, concorrências, etc. Entretanto, ressalta Quintanilha, a simples leitura da relação de documentos, informações, atestados, declarações, certidões ou outros papéis exigidos não dá sequer uma leve idéia da verdadeira tragédia que é formar um processo. A começar por: diferentes horários das repartições e de seus funcionários; imposição de critérios pessoais para pormenores supérfluos; informações disparatadas; ignorância em relação a fases subsequentes do andamento; estabelecimento de prazos absurdos; exigências feitas à medida que as anteriores tenham, penosamente, sido cumpridas, etc. "Quando obtido, afinal, o documento (que normalmente tem prazo limitado de validade), ele está quase caduco. Geralmente não existe um roteiro e, se há, nunca é completo, suficiente ou atualizado." Embora o Governo Federal não seja o único responsável pela "guerra do papel burocrático", "ele é o único que pode reformular a legislação judiciária".

A par dessa expectativa, que considera importante e fundamental, Quintanilha também acha que o Governo atual está mais numa sintonia de banqueiros do que de empresários, onde a garantia está sempre em primeiro lugar. E mais: "Como empresário, gosto de saber quanto devo; mas, hoje, a gente se coloca nas mãos de terceiros".

Igualmente entende ser necessária maior participação do empresário junto aos centros de decisão e, apesar de não se considerar saudosista, lembra os antigos sistemas de grupos de trabalho (GEIA, Geimec, etc.), "que cons-

tituíam uma boa fórmula de trazer o empresário para perto do Governo".

**Roberto Teixeira da Costa**, vice-presidente da União de Bancos Brasileiros e do Banco de Investimentos do Brasil, salienta que nos seus dezessete anos dedicados ao mercado de capitais sempre achou que seu fortalecimento é fundamental para o desenvolvimento do país. "Não obstante a frustração dos últimos anos, particularmente em 1971, que deixou grande marca, não perdi nem a perspectiva nem o ânimo para a alocação da poupança para o mercado de capitais, apesar dos fatores que hoje encaminham a poupança para títulos de dívida e não de risco."

Dentro dessa óptica, sua expectativa quanto a possíveis atitudes do Governo resume-se a três aspectos: 1.º Conter a inflação, condição "sine qua non" para investimentos em títulos de risco em qualquer bolsa do mundo, como já ficou provado em 1974 nos EUA, Europa e Japão; 2.º Rever os diferentes estímulos existentes no mercado financeiro e de capitais, no sentido de novamente buscar um equilíbrio na alocação da poupança para títulos de dívida e títulos de risco; 3.º Necessidade de alocar parte da poupança compulsória que está totalmente administrada por órgãos oficiais e destiná-la, parcialmente, ao mercado de risco. Principalmente porque o mercado de capitais é carente de investidores institucionais que apliquem a médio e longo prazo, visando a ganhos sobre o capital e não à especulação. E, apesar do potencial representado pelas seguradoras e fundos de pensão, por exemplo, ainda falta muito para que eles deem, junto com os fundos de investimento, o necessário suporte ao mercado.



JORGE GUIMARÃES

Acredita também que incentivos como os do Decreto 338 pouco adiantam, pois, se bem que considere um pouco cedo para julgá-lo, ele simplesmente transferiu a poupança das classes de maior para as de menor renda.

"Igualmente, os mecanismos da correção monetária precisam ser melhor estudados, porque, se a correção é extremamente eficiente na formação de poupanças, pois as protege, também perpetua a aversão ao risco, criando a tendência a investimentos em títulos indexados." Pensa que poderia criar-se um sistema misto que desse proteção total à pequena poupança, estabelecendo-se um limite para compra de títulos, ou outro sistema qualquer. "Na verdade, imaginação nunca foi coisa que nos faltou; se houver empenho em buscar soluções, elas sem dúvida surgirão."

# Como modernizar as SAs

EXAME, MARÇO 1975

Exatamente porque a legislação sobre as sociedades anônimas tem a peculiaridade de apontar, com razoável dose de precisão, o caminho escolhido pelos governos para administrar sua política econômica, talvez se explique o absoluto silêncio que tomou conta das autoridades governamentais desde que, com ou sem a aprovação do governo, o anteprojeto da nova lei foi publicado.

A tática do silêncio não deixa de ser surpreendente. Afinal, quando o debate sobre a estatização da economia está mobilizando, com empenho crescente, as baterias empresariais, nada seria mais compreensível do que aceitar os debates sobre uma legislação — provavelmente a mais importante para o relacionamento do governo com a empresa privada —, cujas características são rigorosamente privatizantes.

Uma das preocupações fundamentais do anteprojeto é revigorar o mercado de capitais, ampliando as possibilidades de captação de recursos, no mercado, pelas empresas. Ao lado da criação de uma série de novos papéis negociáveis — direitos de subscrição, ação escritural, ações sem valor nominal, vários tipos de debêntures —, o anteprojeto se preocupa, quando impõe deveres aos acionistas majoritários, com a credibilidade dos papéis oferecidos pelas empresas. O acionista minoritário passa a ter acesso mais fácil aos órgãos de administração das empresas e pode obter um maior número de informações sobre ela — como prevê o anteprojeto. Assim se sentirá atraído pelos bons investimentos que eventualmente lhe sejam oferecidos. Ao mesmo tempo, o próprio empresário pensará duas vezes antes de oferecer algum papel.

Para implantar essa idéia, o anteprojeto destina às instituições financeiras privadas uma série de novas tarefas, entre as quais se destaca a representação de minorias acionárias e a custódia e administração de títulos emitidos pelas empresas.

Com isso, procura-se fortalecer os agentes privados de captação de poupanças, o que poderá resultar no natural fortalecimento de uma economia de mercado.

**Barreiras à abertura.** A preocupação de dotar a empresa privada das condições necessárias para um desenvolvimento autônomo da tutela governamental, contudo, levou o anteprojeto a concentrar sua atenção na regulamentação de apenas uma parte das sociedades anônimas existentes no país. O anteprojeto procura moralizar o mercado de capitais, reduzindo ou limitando o número de sociedades anônimas. Com efeito, sabe-se que a intenção dos autores do anteprojeto foi a de impor barreiras à abertura do capital. E, assim, a nova lei, se aprovada com base no anteprojeto, será, necessariamente, um regulamento para a grande empresa — que poderá preencher todos os requisitos previstos no anteprojeto.

É provável, por isso, que muitas empresas ditas abertas prefiram voltar à condição de sociedade limitada ou de capital fechado. É recomendável, aliás, que os empresários comecem a pesar, desde já, as suas necessidades de captação de recursos junto ao público e também os efeitos de uma inevitável “abertura filosófica”, no que se refere ao fornecimento de informações e ao cumprimento de certos deveres — principalmente, a distribuição de dividendos mínimos anuais. Em alguns casos, talvez valha a pena fechar empresas hoje abertas, ainda que apenas legalmente.

Nesse ponto, o anteprojeto nada mais fez do que dar forma a um evidente desejo do governo. “O que se quer”, dizia o ministro Reis Velloso, em outubro, no II Seminário das Sociedades de Capital Aberto, “é que a empresa privada saia daquela conceituação de empresa individual ou familiar”.

**A empresa estrangeira.** Se o anteprojeto exhibe uma indiscutível fidelidade às teses das autoridades governamentais sobre a abertura das empresas e as relações entre acionistas majoritários e minoritários, o mesmo não se pode dizer quanto ao tratamento dispensado, no anteprojeto, às empresas estrangeiras. Não é apenas pelo fato de dedicar especiais cuidados às empresas de grande porte — presume-se que as empresas estrangeiras sejam, em geral, de grande porte — ou mesmo por descer a detalhes, como a emissão de debêntures no exterior, com garantia do patrimônio existente no país, que o anteprojeto se mostra generoso com as empresas estrangeiras. Há indícios ainda mais reveladores.

Segundo o chefe do departamento jurídico da Shell, Rolando Lemgruber, “o acordo de acionistas previsto pelo anteprojeto dá às empresas estrangeiras uma liberdade que a lei atual não lhes confere”. Principalmente no que se relaciona com o quorum de deliberação estabelecido pelos estatutos da empresa.

Um exemplo das possíveis consequências dessa novidade introduzida no anteprojeto: no ano passado, foi constituída uma empresa para a exploração de bauxita formada pela Vale do Rio Doce (41% do capital), grupo Votorantim (10%) e vários sócios estrangeiros (cuja participação no capital, somada, alcança 49%). Embora a maioria do capital votante seja nacional, o BNDE — que só financia empresas nacionais — recusou um pedido de empréstimo, porque os estatutos da empresa previam que determinadas deliberações só poderiam ser tomadas com um quorum de 75% do capital com direito a voto. Como o anteprojeto reconhece a legalidade dos quoruns especiais, poderia o BNDE voltar a recusar empréstimos a empresas desse tipo? E ainda mais: como definir, a partir daí, o que seja empresa nacional e empresa estrangeira?

VEJA, 5 DE MARÇO, 1975

## TÊXTEIS

## A crise atendida

Na manhã de sexta-feira passada foi inaugurada, na cidade de Montes Claros, a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), investimento de 130 milhões de cruzeiros apoiado em incentivos fiscais da Sudene. A partir de agora, ela pretende jogar no angustiado mercado nacional de produtos têxteis... 750 000 metros quadrados de tecidos e mais 133 000 quilos de fios por mês. "Não teremos problemas de mercado. É fácil nosso acesso ao mercado de tecidos finos do nordeste e, no mercado externo, a Coteminas será das poucas empresas brasileiras a competir em termos de custos e qualidade", garantiu o presidente da fábrica, Luiz de Paula, numa demonstração de otimismo rara, nos últimos meses, num setor que se encontra em sérias dificuldades no mundo inteiro.

Enquanto a fábrica mineira prenunciava esse futuro, Brasília conhecia de perto os sinais da crise declarada em território brasileiro desde a concordata, dias atrás, da Companhia Nacional de Tecidos, cujo passivo se eleva a 505 milhões de cruzeiros. Na terça-feira, efetivamente, convergiram para a capital federal os representantes dos sindicatos patronais de vários Estados. No encontro de três horas e meia com o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, eles entregaram um memorial sobre a situação "calamitosa" do setor, pedindo uma série de medidas para reativar o adormecido mercado interno e desemperrar os difíceis negócios no mercado mundial.

**Créditos do ICM** — Segundo os empresários, Simonsen mostrou grande boa vontade e concedeu "tudo que podia conceder". É realmente um auxílio geral, que só estaria deixando de lado o pedido de extinção definitiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), responsável em média por 12% dos custos do setor têxtil. Os remédios prometidos pelo governo atendem à principal reivindicação dos empresários — maiores financiamentos, com juros reduzidos — mas vão bem mais longe. O pedido de dilatação dos prazos para pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), por exemplo, permitiu desenterrar e formalizar a discussão em torno dos créditos desse tributo, acumulados nos Tesouros estaduais em nome das empresas exportadoras.

Tanto que no próximo dia 10, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Industrial, deverá ser discutido, em nível de ministros, o problema dos Estados (principalmente do nordeste) que não restituem os créditos fiscais devidos às empresas que exportam. Igualmente, na questão dos fretes internacionais, que no

caso dos tecidos de algodão chegam a representar 20% do valor exportado para a Europa — quando o normal seria ficarem em torno de 10% —, o governo se dispôs a estudar um tratamento preferencial.

**Pesquisa profunda** — De qualquer forma, para aviar todos os remédios considerados necessários à melhoria da saúde e, em alguns casos, à sobrevivência das fábricas têxteis, as autoridades esperam pelo diagnóstico completo da situação do paciente. Embora os empresários estejam providenciando um levantamento baseado na situação de algumas firmas "representativas", trata-se de um trabalho bastante complicado, em virtude do número e da heterogeneidade das fábricas. Tanto que, durante sua revoadada por Brasília, os líderes do setor bateram à porta da Secretaria do Planejamento, onde pediram auxílio ao ministro João Paulo dos Reis Velloso para se fazer algo até hoje inédito: uma pesquisa profunda capaz de dimensionar a estrutura da indústria têxtil nacional, onde haveria de 4 500 a 7 000 unidades que empregariam de 300 000 a 400 000 operários, num total de 4,3 milhões de fusos, sendo que de 50% a 70% desse total funcionariam com máquinas obsoletas.

Chegou-se ao consenso a respeito da situação setorial graças a um exame mais ou menos visual, observando especialmente o crescimento dos estoques nas fábricas e o esvaziamento dos seus cofres.

Além disso, sabe-se que "as crises na indústria têxtil, em todo o mundo, obedecem a ciclos universais", como lembra Henrique Augusto Milagre, presidente do sindicato têxtil gaúcho. "As fábricas estão sempre à mercê das dificuldades, porque funcionam com um volume de capital de giro muito abaixo do ideal. Com a queda das vendas e a restrição do crédito em 1974, só podiam ter ficado mal."

**Deficiências e vícios** — O ministro da Indústria e do Comércio Severo Fagundes Gomes desmentiu na semana passada que tivesse atribuído as dificuldades a uma "crise de empresários". Mas o argumento, no caso dos têxteis, parece fazer sentido. Segundo Aristides Mário Rache, diretor de uma bem sucedida tecelagem mineira "das oitenta fábricas em atividade em Minas, não se encontram dez que possuam um fluxo de caixa organizado. E em pelo menos 30% delas os empresários desconhecem o que seja uma pesquisa de mercado, um departamento de controle de qualidade ou um moderno sistema de comercialização".

Representando a grande maioria da indústria têxtil nacional, são exatamente essas fábricas, em geral administradas em regime familiar, as que se encontram em situação mais precária — algumas

"pela hora da morte", outras "com futuro incerto", de acordo com expressões de Rache. As de maior porte, todavia, não estão isentas desses mesmos males, porque freqüentemente carregam vícios antigos.

A fábrica carioca de tecidos Dona Isabel, que em outros tempos chegou a ser considerada modelo em seu setor, é atualmente das maiores do país, com 2 000 operários, mas está em crise há anos. Só não faliu, na verdade, porque o Banco Central correu em seu socorro, praticando uma intervenção de que se arrepende até hoje, pois a Dona Isabel continua em má situação. Com mais de mil operários, a Fábrica Petropolitana de Tecidos tem um caso parecido na essência: há anos deve 18 milhões de cruzeiros ao Banco do Estado do Rio de Janeiro, que paternalmente evita a cobrança para não provocar desemprego.

**Universo variado** — Mesmo na contingência de negociarem seus produtos a preços "aviltantes", as fábricas modernas, administradas profissionalmente e por isso voltadas para a exportação, constituiriam hoje uma espécie de elite ainda razoavelmente imune aos perigos de insolvência que rondam indústrias menores e administradas menos eficientemente. A idéia de uma elite se encaixa no caso dos exportadores: de acordo com os últimos dados disponíveis, relativos a 1973, 73% das vendas externas de produtos têxteis (324 milhões de dólares) foram realizadas por apenas 73 fábricas, isto é, menos de 1% desse pulverizado setor.

Evidentemente, é um universo tão variado que só mesmo um levantamento profundo, como o solicitado ao ministro Reis Velloso, pode indicar caminhos mais ou menos seguros para sua eventual recuperação. Especialistas no assunto calculam que uma pesquisa feita com rapidez levaria pelo menos um ano, de tal forma que ao final do diagnóstico o quadro clínico do paciente já seria provavelmente outro.

O pedido de ajuda formulado a Reis Velloso retrata a perplexidade que afeta dirigentes habituados à bonança e um tanto esquecidos das feições assustadoras das crises (a última do setor têxtil foi entre 1965 e 1966). Não seria correto aferir a extensão desta atual só pelo volume de queixas de suas vítimas mais em evidência, pois nenhum empresário deixaria de reagir prontamente às primeiras ameaças na sua contabilidade. No entanto, um indicio de maior gravidade pode ser detectado num nível mais abaixo — no pressentimento do operariado de perder o emprego. É significativo que, pela primeira vez, o habitualmente calado Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, onde estão concentrados 60% da produção têxtil do Brasil, venha manifestando a apreensão da classe diante do fantasma das demissões, que tem visitado algumas fábricas.

## DISCURSO DE GEISEL PARA GOVERNADORES

"Senhores governadores:

Certamente, a Arena muito virá a beneficiar-se com reuniões como esta — que espero se repita no decorrer do tempo — em proveito do melhor cumprimento da tarefa que ao partido cabe realizar, de suporte político do Poder Executivo, tanto na esfera federal como no âmbito estadual, e, mais do que isso, para que se alce e mantenha à altura de suas pesadas responsabilidades perante todo o povo brasileiro, como partido majoritário, assim consagrado nas últimas eleições ocorridas no País, em clima de rara mobilização do eleitorado e da maior liberdade de expressão da vontade popular.

Entrosamento perfeito entre os vários órgãos da hierarquia partidária; mobilização de todos os líderes de real densidade política, desde o limiar das bases distritais e municipais; diluição de quaisquer interesses personalistas ou de facções — que os não alimente o espírito dissociador do favoritismo ou das clientelas familiares — para que se crie um real "espírito de corpo" e um partido verdadeiro pela coesão, tanto na doutrina como na ação; dinamismo persistente, de todos os dias, na mobilização incansável do eleitorado e no recrutamento e formação de lideranças sempre renovadas dentre as gerações mais jovens — eis quanto se espera de um partido que sente a necessidade inadiável de afirmar-se e de crescer. Grande, decisivo mesmo, será o papel que caberá aos senhores novos governadores, na recriação de estruturas partidárias seriamente abaladas por

cisões e traumatismos ainda recentes. Impõe-se-lhes apaziguar divergências, somar dedicações, premiar esforços combater o desânimo que facilmente contagia, levando à apatia e à inércia, e injetar o entusiasmo sadio que empolga e estimula as virtudes cívicas para uma arregimentação partidária consciente de seus deveres de fidelidade à agremiação e de superior devotamento aos interesses supremos da pátria.

Desejo, pois, aproveitar esta oportunidade impar da cordial visita coletiva que me fazem, para referir-me, em particular, às normas que julgo devam prevalecer no relacionamento entre governos da União e dos Estados, nesta quadra ainda tão áspera da vida nacional.

O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos Estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula, necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Viana, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois polos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica, que têm balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator "circulação" através de base física tão imensa. No Brasil de hoje, interferem extraordinariamente nesse

processo a proliferação incessante de vias e meios modernos de transporte, a par da trama de feixes de comunicações eletrônicas quase instantâneas, recobrando a maior parte do território nacional. De outro lado, chegamos, também, à área do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da nação nos campos político, psicossocial e econômico. E planejamento, na sua elaboração e em sua execução, exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas for o país de que se trate.

Assim, temperado embora pelas potencialidades muito acrescidas que lhe oferecem os modernos sistemas de comunicações e transportes, encurtando distâncias e saltando obstáculos, o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modulando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual.

Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que ele concedeu à nossa gente, adaptarmos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1.ª República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro. No ciclo atual em que estamos insertos, foram-se criando organizações interme-

diárias, algumas não de todo estruturadas ainda, entre a União e os Estados, como as superintendências regionais, e entre os Estados e Municípios, como as regiões metropolitanas. E o pragmatismo criador acabou fixando normas de convivência entre os vários escalões de governo que nos cumpre, dia a dia, aperfeiçoar, de modo a alcançar eficiência cada vez maior no planejamento e rendimento crescente da execução e seu controle.

Os planos, orçamentos e programas federais estabelecem os quadros nacional ou mesmo regionais em que se devem necessariamente inscrever o planejamento e as atividades dos Estados, sem quebra sensível de seu grau de autonomia. Respeitando-a conscientemente, buscarei sempre que possível recorrer, fornecendo-lhes os necessários recursos e apoio, aos instrumentos e organizações estaduais, e mesmo locais, para a concretização dos planos federais, concorrendo a União diretamente para complementá-los, se não para suprir-lhes a falta quando de todo irremediável.

Processos vários poderão ser utilizados na articulação das atividades entre órgãos federais e estaduais, ressaltando entre eles, como já se vem largamente fazendo, o de convenios estabelecidos com maior ou menor grau de detalhamento e definição mais ou menos precisa das responsabilidades de cada qual. Empresas mistas União-Estado, até com participação de empresários privados, poderão ser solução mais adequada em certos casos. E a outros modelos de cooperação poder-se-á recorrer também.

CSP-21/3/75

## Mais pragmatismo e menos Federação

É em nome desse pragmatismo criador que o governo paradoxalmente optou pela rigidez da centralização — o que mostra o pouco peso a ser atribuído aos adjetivos por quem se dispuser a fazer a hermenêutica das falas oficiais. Optou-se pela centralização, em nome de uma decantada era do "planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria".

Anunciou-se a modulação em tom menor dos conceitos de autonomia e federação, fulminados pela incompatibilidade com os sábios doutores que pontificam, faz já bastante tempo, na área da Secretaria do Planejamento da Presidência da República — para quem é bom, para o Brasil e em política, o que é válido ao nível da técnica e da administração.

Os que chegaram para a audiência no Palácio do Planalto ainda como governadores, que se cuidem, principalmente se pretendem entrar para a história de seus Estados, como antevia a oração do jovem governador designado de Alagoas, Divaldo Suruagy. Ao sabor de modulações crescentes de centralização administrativa podem passar à história como os primeiros interventores estaduais desde o período encerrado em 1945.

Trechos do Editorial do  
Estado de São Paulo- 25/2/75

Por ironia da história, o Brasil entrou no seu mais recente ciclo de centralização com a Revolução de 1964, que depôs o sr. João Goulart, velho inimigo da Federação, herdeiro político do ditador que em 1937 promovia a queima das bandeiras dos Estados, e tido ainda como acalentando propósitos de criar no País uma república sindicalista de modelo corporativo. Mas o progresso da centralização processou-se, desta feita, num período em que a consulta popular foi reprimida. Consumá-lo, como se apregoa, será dar razão à famosa reflexão de Nietzsche: "O Estado, mais glacial dos monstros, mente friamente e de sua boca rasteja esta falácia: Eu sou o povo".

Os incentivos à centralização comprometem e podem anular os intuitos de distensão e abertura política. Não se esconde que a centralização visa à formação de um Executivo forte, que resta ainda demonstrar ser mero eufemismo para significar um Estado autocrático. Depois de longos anos de exercício do poder à margem dos quadros jurídico-institucionais, é de se esperar outra coisa da criatividade política que o desvanecimento progressivo da Federação brasileira.



# MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional

Mais que simples relatório, acima de uma árida prestação de contas e transcendendo a devida obediência a mandamento constitucional, é meu desejo fazer, desta mensagem, motivação para um exame, ao cabo do qual estejamos todos, governantes e governados, habilitados a concluir se executamos bem as tarefas que nos foram delegadas, se fizemos aquilo que a Nação, legitimamente, tinha o direito de esperar de nós neste primeiro ano de governo.

Os Governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança — revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais atual, de "um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável".

Daí, parecer-me justo admitir-se que este mínimo de segurança, variável no tempo e no espaço, deixará margem mais ou menos ampla às atividades, recursos e esforços que se possam consagrar ao desenvolvimento, em cada momento ou trecho da trajetória evolutiva do país, inclusive sob a ação de múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional. Difícil é, entretanto, a comparação, necessariamente simplista, entre equações de equilíbrio justo e, muito mais ainda, do equilíbrio efetivamente atingido com todos seus parâmetros pessoais e únicos, em momentos diversos da evolução histórica de um país.

A largos traços, o Governo Castello Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências, ambas imperiosas, de segurança e desenvolvimento. Costa e Silva tentou liberar o País, talvez prematuramente, das imposições restritivas da segurança e viu-se obrigado a ceder a elas, em prazo curto. Emílio Médici, com propósitos dos mais liberais embora, esteve constantemente voltado para o atendimento das necessidades impostergáveis de manutenção da segurança interna que, contudo, não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do País — graças à inegável maestria na condução da política econômico-financeira, que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura que otimizaram o balanço entre a produção e os preços de venda no Exterior.

Não foram as mesmas, nem de longe, as respectivas que se ofereceram a meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial, tão preocupante e

quase catastrófico. Em contraposição, passaram a ser relativamente menores os imperativos do fator segurança, por mais que, como demonstram evidências ainda muito recentemente apresentadas à opinião pública nacional, os Inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz continuam ativos em sua sempre renovada e demolidora ação subversiva de ténitas incansáveis. É que o terrorismo foi dominado e contido; raras incursões, através de fronteiras desguarnecidas — inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparaó, Oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá — Marabá, ao Norte de Goiás e Sudeste do Pará — completamente reduzidas; as organizações subversivas — sob atenta e incansável vigilância de todas as horas. Assim, meu governo, graças aos desvelados e ingentes esforços despendidos por meus antecessores no setor crítico da segurança interna, pôde instaurar-se em ambiente mais tranquilo de ordem, tanto aparente como real e, por isso, as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos, tanto no planejamento como na execução.

Ora, na doutrina humanista do desenvolvimento integrado que esposamos, o conjunto é um sistema em que se inserem os subsistemas econômico, psicossocial e político; portanto, dadas as interações e as repercussões recíprocas que atuam sempre, se o progresso em um campo ou subsistema arrasta consigo as frentes atingidas nos outros, também — e mais fortemente ainda — o atraso de um deles freará inevitavelmente o avanço de todos os demais. Nessa dinâmica, não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes.

Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas. Com isso, todavia, não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer, mas afirma-se

a prioridade instrumental do desenvolvimento político e o primado teológico do desenvolvimento psicossocial.

Ao longo deste primeiro ano, não me faltou o indispensável apoio esclarecido do Congresso Nacional, credor, por isso, dos meus melhores agradecimentos. Continuo a esperar, dos membros do Poder Legislativo, representantes partidários do povo brasileiro e dos Estados da Federação, estímulo e cooperação para levarmos a bom termo a tarefa ingente que a todos nós compete realizar.

As relações entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário continuaram a se processar em plena harmonia. Por proposição informal que fiz aos ilustres Ministros de nossa mais alta Corte de Justiça, está sendo empreendido, pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, um amplo diagnóstico da situação da Justiça em nosso país, o qual deverá servir de base para a reforma judiciária que se impõe.

Com os Estados, o governo federal prosseguiu, sem solução de continuidade, nos trabalhos de conclusão do I PND, buscando sempre a conjugação de planos regionais e esforços setoriais e de área. Houve perfeito entrosamento administrativo, com a União prestando todo o apoio indispensável à obra dos governos estaduais em fim de mandato, bem como à programação dos novos governadores eleitos.

A POLÍTICA INTERNA constituiu-se num setor de inegável importância.

Além das eleições dos novos Governadores Estaduais a 3 de outubro, realizaram-se as eleições de 15 de novembro, para a renovação das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado Federal. Essas últimas eleições constituem, do ponto de vista político, o fato mais revelante do ano.

Estou seguro de que o adequado cumprimento das disposições que enunciei na primeira reunião do Ministério constitui fator primordial para a tranquila e promissora evolução política do País.

De fato, como então foi anunciado, envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.

Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilantes quanto à possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da demo-

cracia liberal, desejam de fato violentá-la ou destruí-la.

Permanecemos com o mesmo propósito indefectível de garantir, a todas as entidades componentes do complexo da sociedade brasileira, o pleno exercício de suas atividades, dentro dos limites legais, aceitando sua colaboração desinteressada e leal, desde que não impositiva. Do mesmo modo, não podemos admitir intromissão indevida em áreas de responsabilidade privativa do Governo, nem a crítica desabusada ou mentirosa, nem pressões descabidas.

Está de pé o apelo à imaginação criadora dos políticos, no sentido de instituir remédios prontos e eficientes dentro do contexto constitucional, para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem, da qual depende o desenvolvimento econômico-social do País. E, bem assim, a reafirmação de que cabe aos partidos — do Governo e da Oposição — essenciais ao estilo de vida democrático, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA tem sido firme e cautelosa, no combate à subversão da ordem e na garantia das instituições públicas, buscando sempre dar ao povo brasileiro as condições necessárias para que possa atingir legítimos objetivos sociais e econômicos.

As FORÇAS ARMADAS, coesas, atuantes e preocupadas fundamentalmente com o seu aparelhamento e o adestramento de seus quadros, têm papel dos mais relevantes, é certo, tanto na segurança interna como na externa, e constituem o núcleo em torno do qual todos nós devemos nos unir nos momentos graves, para que o Brasil possa concretizar os seus mais altos destinos.

Espero que já no corrente ano obtenhamos significativos resultados da reformulação feita na estrutura governamental, quando se eliminaram órgãos superfluos e foram criados o Ministério da Previdência e Assistência Social e os Conselhos destinados ao assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas principais decisões.

Relevo aqui observação já enunciada e que considero relevante: aqueles Conselhos abriram maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, cumprindo aproveitá-los para a apresentação de pontos de vista e sugestões, uma vez que os problemas de importância maior, submetidos aos Ministérios competentes, devem chegar à mesa dos debates, sempre desejados estes, e jamais temidos pelo meu Governo, quando postos em plano elevado e adequado.

ESP-2/3/75

# O NOVO CONGRESSO

Visão, 10 de março de 1975

O Congresso eleito a 15 de novembro iniciou suas atividades no primeiro dia de março em clima de razoável confiança, estimulado pela movimentação política do Palácio do Planalto, que se intensificou a partir da recente reunião, em Brasília, dos novos governadores de Estado. Desentopem-se os canais de comunicação. O presidente da República empenha-se em vincular a Arena à Administração, em todos os níveis, e declara aos dirigentes parlamentares que, após onze anos de Revolução, é necessário ajustar Governo e Congresso, em busca de soluções de consenso que permitam levar o país à normalidade democrática.

Esse quadro não deve mascarar, porém, as ameaças de que ainda está cheia a conjuntura. Nem o Governo semeia ilusões: na exposição reservada aos novos governadores e aos dirigentes da Arena, durante encontro informal no Palácio da Alvorada, o presidente Geisel lhes teria dito que a situação econômico-financeira continua difícil e assim deverá continuar pelos próximos dois anos, que a situação política permanece delicada e que a situação social é grave.

As dificuldades transparecem, de resto, na preocupação manifestada pelo senador Magalhães Pinto, presidente do Senado, para quem o Congresso precisa ficar muito atento à segurança do Estado. E são essas mesmas dificuldades que explicam a declaração do secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, feita em São Paulo e repetida em Brasília: "Se o presidente Geisel estiver realmente empenhado em conduzir o país para a legalidade democrática, como parece estar, e houver tentativa golpista para impedi-lo, da esquerda ou da direita, ninguém tenha dúvida de que o MDB estará ao seu lado".

Das informações obtidas após a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Político, escreve D'Alembert Jaccoud, de Visão, resulta claro que o Governo deseja antecipar-se às investidas com que a oposição quer mostrar fidelidade às teses de sua campanha eleitoral vitoriosa, no que se refere à política econômico-financeira e à política social. Sob vários aspectos, isso não será difícil. Pode-se vislumbrar uma área bastante ampla para movimentação, pois, muito antes da campanha eleitoral, o presidente da República já expressara com nitidez — e às vezes enfaticamente — a disposição de promover revisões nesses setores.

É o que se verifica quanto ao problema da distribuição da renda. Depois de haver reconhecido a gravidade do tema, em discurso pronunciado na primeira reunião do seu Ministério, o presidente Geisel disse no II Plano Nacional de Desenvolvimento que "a estrutura da distribuição da renda é insatisfatória e com ela a

Revolução não se solidariza". É óbvio que o Governo não se aproximará do pensamento do MDB, cujos dirigentes consideram que distribuição de renda é essencialmente questão de salário. Esse ponto de vista, para o presidente Geisel, não passa de "distributivismo fácil, fadado ao fracasso". Ainda assim, depois do abono salarial do fim do ano passado e do projeto que agora se anuncia, o senador Petrônio Portella pode referir-se com ar despreocupado à comissão parlamentar de inquérito sobre política salarial que a oposição constituirá, segundo proposta do deputado paulista Marcello Gato.

Outra iniciativa oposicionista na área da distribuição da renda é um estudo de reforma tributária de autoria do senador fluminense Roberto Saturnino Braga, que irá para a Comissão de Finanças do Senado, na expectativa de que o debate em torno do assunto possa influenciar o Governo pela repercussão (é vedada ao Congresso a iniciativa em matéria tributária). O senador Roberto Saturnino defende a reformulação: do imposto de renda, para que tenha peso a taxa sobre ganhos de capital, inclusive imobiliários, e se eleve acima de 50% a incidência; do imposto sobre herança, para substituir a alíquota única de 1% por um sistema progressivo; do IPI e do ICM, para acentuar a diferenciação entre ambos e entre produtos supérfluos e de consumo popular. Ele propõe ainda que o aumento da arrecadação que resultar da reforma seja aplicado em subsídios a esses mesmos produtos. Outra tese que o MDB usou como denúncia na campanha, junto com o problema da distribuição da renda, é a da desnacionalização da economia. A questão também será objeto de comissão parlamentar de inquérito, por indicação do deputado paranaense Alencar Furtado. É possível que os objetivos da CPI sejam ampliados para que se investigue a situação de toda a indústria. A iniciativa não parece gerar inquietação do outro lado: afinal, ao examinar a evolução recente da economia brasileira, o general Geisel já constatara "o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira. ao mesmo passo que a relativa estagnação da empresa privada nacional".

O terceiro tema central que o MDB traz da campanha para o Congresso é a política institucional. Quanto a isso, a oposição elabora não apenas emendas constitucionais de pequeno alcance, que interessam também à Arena e são, por isso, viáveis a curto prazo, como remuneração de vereadores, domicílio eleitoral e convocação de suplentes. Resolveu o MDB preparar um projeto que, a exemplo da Constituição em vigor — a Emenda n.º 1 à Carta de 1967, outorgada

em 1968 pela Junta Militar —, substanciaria um texto constitucional inteiro. A comissão criada pelo partido para formular esse projeto tem como objetivo político real tentar um movimento de opinião pública para apressar a transição do regime à normalidade democrática.

## As regras da participação

Animada pela vitória eleitoral de novembro, a oposição volta a crer na arregimentação da opinião pública por meio da atividade parlamentar. Por isso, o MDB programa a elaboração de projetos que reformulariam e consolidariam a legislação esparsa sobre os órgãos de representação estudantis, sindicais e sobre os mecanismos da censura, para manter os universitários, os trabalhadores, os artistas e intelectuais interessados na atuação do partido e mobilizá-los para a sustentação do debate.

Sabe-se, há algum tempo, que o ministro da Justiça prepara um novo Código de Censura; fica-se sabendo, agora, que o ministro da Educação trata de consolidar a legislação sobre política universitária. O MDB estaria mais longe do Governo no que diz respeito a essas matérias do que quanto a uma reforma substancial da Constituição, que o Palácio do Planalto não pode ainda admitir. Isso é natural: como a reforma da Constituição depende do apoio do MDB (precisa de dois terços dos votos) e teria como consequência a superação dos atos excepcionais, a oposição sempre estará disposta a transigir, fazendo apenas as ressalvas de estilo. Já a legislação nem depende do seu voto, nem seu apoio se justificaria, pois não se acredita que tais reformulações deixem de ser excessivamente restritivas a ponto de serem aceitas pela oposição. De qualquer modo, na questão política mais delicada — a dos direitos humanos — existe diálogo, até com a participação da imprensa. Uma espécie de entendimento começa a delinear-se. Como se previa, o MDB sustou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre violações dos direitos humanos, sensível às advertências ouvidas e por reconhecer o esforço da Presidência da República no sentido de implantar uma política repressiva na qual o combate à subversão se faça nos termos da lei. O MDB não renunciou, porém, à idéia de requerer o comparecimento do ministro Armando Falcão à Câmara dos Deputados. Além disso, o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, deverá pedir uma audiência ao general Geisel para apresentar-lhe a documentação do partido sobre o problema.

Ao que tudo indica, o Governo admite modificar a legislação que virtualmente acabou com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de modo a trazer a oposição de volta a esse órgão, do qual se viu obrigada a retirar-se em 1971.

## MDB SÓ VAI A GEISEL EM RECURSO EXTREMO, AFIRMA ULISSES

ESP-19/3/75

O presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, declarou ontem que um contato direto de representantes da oposição com o presidente da República, para discutir a situação dos presos políticos e as denúncias de violações dos direitos humanos, é um recurso que somente deve ser utilizado em casos excepcionais. Para ele, a comunicação entre o Executivo e o Legislativo possui canais próprios, como os discursos, notas dos partidos, manifestações de pensamento de seus dirigentes na tribuna e convocação de ministros para debater assuntos de interesse do País.

Enquanto isso, na Câmara, o deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) considerou a recente nota do Ministério da Justiça sobre o problema dos direitos humanos, "mais do que um expediente despistatório, um escárnio". "A imprensa de todos os países civilizados e democráticos — ressaltou — a repudiou, considerando-a inocua. E contra ela se levantou a opinião pública de todos os quadrantes, exigindo um esclarecimento definitivo do governo brasileiro. O País, que já se tornou célebre pela existência do Esquadrão da Morte, para resolver o problema da criminalidade, corre o risco de se tornar famoso pela criação de um outro para dirimir suas contendas ideológicas".

### TÁTICA

O presidente do MDB admitiu que, na reunião da Executiva Nacional convocada para hoje, seja discutida a tática que o partido empregará no caso da rejeição da convocação do ministro da Justiça. No entanto, frisou que o assunto principal do encontro será a ultimização de providências para o encaminhamento da prestação de contas da utilização do Fundo Partidário do Tribunal de Contas da União.

Ulisses esclareceu ainda que será analisada na reunião a posição do partido com relação à elaboração de uma grande emenda constitucional — já chamada de "emendão" — sendo possível que haja logo entendimentos com a Arena para a apresentação de emendas isoladas, não polêmicas, a exemplo da que restabelece os subsídios dos vereadores.

### LUCENA

Por sua vez, o deputado Humberto Lucena (MDB-PB), ex-líder opositorista na Câmara, manifestou-se cético quanto às possibilidades de aprovação do requerimento de convocação do ministro da Justiça. O parlamentar já sugeriu e agora vai propor formalmente a criação de uma Comissão dos Direitos Humanos na Casa e em todas as Assembleias Legislativas.

Lucena frisou também que apresentará projeto alterando a atual estrutura do Conselho

de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que esse órgão possa cumprir suas funções. Entre as inovações que pretende introduzir, está a publicidade de suas reuniões ou de, pelo menos, das decisões tomadas, embora admitindo que a fase de investigação dos casos sob sua apreciação possa ser sigilosa.

### VIOLENCIA

Em seu discurso de ontem na Câmara, o deputado Chagas Vasconcelos afirmou não acreditar que a esmagadora maioria das Forças Armadas, das autoridades civis, dos titulares do governo federal estejam concordando com que, "por questões políticas, se dê sumiço a cidadãos brasileiros", da mesma forma em que jamais acreditou que aceitem o uso da tortura.

"O fato, porém — assinalou o representante opositorista —, é que, do depoimento das pessoas e organizações mais insuspeitas, o uso da violência nos interrogatórios tem sido confirmado, elevando-se sucessivamente o número de cidadãos marcados pela tortura, afóra os que nela morreram, como noticiou, certa vez, a revista "Veja", em ampla reportagem sobre os maus tratos empregados pelos órgãos de segurança contra presos políticos. Grandes figuras do clero e muitas personalidades mundiais, além de instituições de defesa dos direitos humanos, tem-se dirigido ao governo brasileiro, solicitando providências e explicações a respeito".

Vasconcelos frisou que o processo de distensão política "não poderá ocorrer sem que se vislumbre a possibilidade de concessão de anistia aos punidos pela Revolução".

### COMUNISTAS

Dizendo também que a nota do ministro da Justiça, a respeito dos votos dos comunistas, nas últimas eleições, repete o mesmo expediente usado em ocasiões semelhantes, "quando a oposição demonstra força popular", Vasconcelos citou pronunciamento do então deputado Armando Falcão, quando da tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República: "Como seria possível eliminar os votos dos comunistas no pleito de 3 de outubro, separar no fundo das urnas, e agora, fora delas, o voto dos elementos filiados ao Partido Comunista, dos outros que pertencem às demais organizações democráticas?"

### DECRETO

No Pequeno Expediente, o deputado Ademar Santillo (MDB-GO) afirmou que o último estudante que se dispôs a fazer um trabalho para melhorar o ensino da Faculdade de Medicina de Goiás foi atingido pelo Decreto 477 e hoje estuda em Estocolmo porque não teve condições de continuar no Brasil.

## OFENSIVA DA OPOSIÇÃO CRIA TENSÕES POLITICAS

ESP-11/3/75

BRASÍLIA — O fim de semana não conseguiu desanuviar a pesada atmosfera política da Capital. Pelo contrário, acentuaram-se os sintomas, ou indícios, de graves crises para o Congresso — ou as instituições de um modo geral. Basicamente, estão os meios políticos diante de fundamental impasse: o MDB, vindo iniciada a distensão responsável até pela sua vitória nas eleições parlamentares de novembro, não se dispõe a abrandar o ritmo de críticas ou do levantamento de assuntos delicados, nas tribunas da Câmara e do Senado e em sua movimentação partidária. Seria, para os próprios dirigentes moderados da oposição, renegar o eleitorado e abdicar do dever que as urnas lhes impuseram. A Arena, de seu turno, não tem condições de evitar a postura empedida e deve rechaçá-la no mesmo grau veementemente utilizado por seus adversários. Do debate institucional genérico já se passa ao combate aberto aos instrumentos de exceção e ao levantamento de anteriores lesões aos direitos individuais, o qual — embora essas lesões tenham sido praticadas em governos passados — não tem como deixar de despertar irritação nos setores revolucionários propriamente ditos. Em outras palavras: de um lado está a determinação das bancadas do MDB de não preservar mas exercer os seus mandatos, até com riscos. E, de outro, a ponderação das chefias arenistas de que, se a oposição continuar no perigoso caminho de agora, breve poderão estar fechados os condutos que nos levarão ao aprimoramento do regime.

Preocupado com o rumo das coisas, o presidente da Arena, Petronio Portella, já procurou os dirigentes do MDB. E vai continuar a fazê-lo a partir de hoje, quando chegarão a Brasília Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Tancredo Neves, Amaral Peixoto e outros chefes. O senador arenista alerta para a importância de serem evitados os pretextos, mesmo verbais, que um dia conduziriam às crises dos Atos Institucionais nos 2 e 5. Em seu entender, o MDB cresceu por haver levantado, na recente campanha, os temas sociais que mais de perto eram reclamados pelo eleitorado. Continuar na crítica social, dessa forma, seria para ele o caminho necessário da oposição. O que não entende é a falta de sensibilidade dos líderes empedidos para evitar retaliações mais de perto ligadas a temas como o dos direitos hu-

manos. A Revolução, para ele, não pode ser colocada no banco dos réus, julgada pelas medidas que, anteriormente, teve de tomar na defesa de sua própria sobrevivência.

### Líderes arenistas

### temem a retaliação

Para o presidente da Arena, há que se buscar o consenso interpartidário, com vistas a se evitar o pior. E, ainda que ele não exemplifique o que

será esse "plor", não restam dúvidas sobre as apreensões generalizadas: todos temem, no Congresso, que, do acirramento dos debates, das retaliações e acusações personificadas, advinha uma reação em larga escala do Sistema. Algo, numa primeira etapa, como o retorno do processo cassatório que, em pouco tempo, desembocaria na frustração dos objetivos de aprimoramento do regime. Petronio diz não estar ameaçando ninguém, muito menos servindo de Cassandra. Mas alerta para as consequências de uma precipitação no encaminhamento da normalidade institucional.

Para o MDB, no entanto, as coisas não parecem tão simples. Ainda que não desejando contribuir para o acirramento dos ânimos, seus deputados e senadores consideram dever maior a manutenção da linha de crítica política aos excessos da Revolução. Reconhecem que o general Geisel mudou as concepções e a própria realidade, porém acentuam que, se cruzarem os braços comodamente à espera de um sempre adiado momento para a discussão plena da volta à democracia e a cobrança das responsabilidades pelos excessos, estarão desservindo à grande maioria que os sufragou. Para eles, limitarem-se à análise da situação social ou econômica do País será desempenhar pela metade um mandato pleno.

A frase mais comum ouvida nos corredores do Congresso, ontem, era a de que as águas continuavam turvas, prenunciando para dentro de pouco tempo a crise potencial. Ainda que todos confiem nas intenções e na firmeza do general Geisel, que proporcionou os primeiros passos para a descompressão política, não são poucos a supor que o chefe do governo, diante de uma reação do seu chamado "pau de fundo", não terá como deixar de formar ao seu lado, podendo estanciar ou até fazer regredir o processo em que agora ainda se empenha.

## Para MDB, há crise de poder

ESP-23/3/75

BRASILIA — Para o MDB, o País assiste a uma violenta crise de poder, iniciada com a política de distensão do presidente Geisel, acentuada com as eleições parlamentares do ano passado e configurada perigosamente com os debates no Congresso, há duas semanas. Homens como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho, Amaral Peixoto e outros se mostram preocupados. Seu raciocínio, analisando o atual quadro, é o seguinte: o chefe do governo, fiel aos pressupostos anteriores da Revolução, tenta aprimorar o regime e, mesmo gradativamente, chegar à institucionalização ansiada por todos. Neste particular, inclusive, tem o apoio da oposição e das forças conscientes da Nação. Acontece, porém, que a volta à democracia pressupõe, de início, a devolução dos poderes nacionais à classe político-representativa, apesar do modo lento. E o espaço que essa classe deve ocupar não está vazio: encontra-se plenamente tomado pela classe revolucionária. Esta, é óbvio, não pode aceitar passivamente a transferência. Julga estar cumprin-

do um papel decisivo na conjuntura nacional e não se dispõe, sem reações, a aceitar a mudança profunda.

Dá a ocorrência de choques de concepção, mais acesos depois que o MDB saiu vitorioso nas urnas, justamente por força de uma política realista do governo federal, que permitiu campanhas e eleições livres em todo o território nacional. Depois de proclamados os resultados, houve quem, na classe revolucionária, se insurgisse contra suas consequências, apesar da firmeza com que o general Geisel absorveu a derrota e garantiu a posse dos eleitos. Seguiu-se, depois, a suspensão quase total da censura à imprensa; o que também despertou reações revolucionárias, ainda que reduzidas.

Com o reinício dos trabalhos parlamentares, subiu novamente a temperatura, porque o MDB, eleito em função da pregação libertária de seus candidatos, não poderia permanecer de braços cruzados ou acomodar-se. Teve de partir para o levantamento dos grandes temas nacionais, principalmente os críticos, como o dos direitos humanos. E mais uma vez os setores revolucionários propriamente ditos reagiram. Julgaram — como o fazem até agora — que tudo era fruto da

política de distensão. E imaginaram que a própria Revolução se arriscava a ser colocada em julgamento no banco dos réus. Para a direção emedebista, tratase de uma distorção evidente, pois, se houve lesão aos direitos humanos por parte de uns tantos revolucionários, isso não quer dizer que a revolução, como movimento maior, endossasse tais práticas. Maus revolucionários é que agiram daquela forma, não a Revolução.

De qualquer modo, esse novo capítulo contribui, agora, para aumentar as tensões. E caracteriza fenômeno mais profundo, justamente o da crise do poder, que não se transfere pacificamente em nenhuma oportunidade.

## Oposição quer logo as mudanças

O MDB dá todo o apoio ao presidente Geisel, em sua política de distensão, mesmo discordando de sua forma gradativa. Para os dirigentes oposicionistas, melhor seria uma radical ou cirúrgica transformação no regime, de excepcional para democrático. Compreendem, porém, que o chefe do Governo atue assim, pois ele dispõe de dados sobre a realidade

revolucionária que não se encontram ao conhecimento da classe política. Se não podem deixar de cobrar, criticar e formular radiografias negativas do movimento de 64, também não chegarão ao cúmulo de ficar contra quem oferece uma saída para o impasse institucional. Mas não deixam de estar preocupados: prevêem o acirramento dos ânimos, dado o conflito ou o confronto de poder em andamento. Procuração, é óbvio, conter os seus próprios radicais, tarefa que não lhes surge muito fácil, mas o que temem, na realidade, é que o governo não possa conter os seus. Ou que se repitam episódios passados, como a crise Marcio Moreira Alves, quando o discurso inábil e desimportante de um deputado irresponsável serviu de pretexto a que os setores militares mais ortodoxos golpeassem de forma quase definitiva as instituições. O que importa, agora, é evitar não apenas os motivos, mas também os pretextos para a repetição do quadro. Confiam na firmeza do general Geisel que, calcado na experiência negativa ocorrida com Castelo Branco e Costa e Silva, saberá exatamente o momento de encetar novas etapas no processo gradualista de normalização do regime. C.C.

## Partido busca maior iniciativa

ESP-13/3/75

RIO — O governo está examinando fórmulas para decidir a maneira de tentar passar à iniciativa no campo político, invertendo posições e deslocando o MDB para a condição de candidato do sistema oficial.

É claro que a síntese aqui registrada, na sua mais despojada simplificação, tem toda uma história a ser contada, desde os seus antecedentes até o atual estágio das preocupações governamentais.

A derrota da Arena criou para o governo uma série imprevista de problemas, impondo a necessidade da revisão de esquemas para uma nova escala de prioridades. Recuperar a Arena passou a ser uma obsessão da Presidência da República, justificada pela angustiantes evidências de que a operação se afigura difícil ou quase impossível e de que se estreitam os prazos, com suas datas-limite fixadas no calendário eleitoral.

Todas as hipóteses, levantadas nas especulações que procuram, ansiosamente, a saída

para o impasse futuro e que já alcançaram até mesmo o exame da solução radical e perigosa da reformulação partidária, partem, sempre, da constatação preliminar de que, antes de mais nada, tudo deve ser tentado para a salvação da Arena e a manutenção do bipartidarismo de fato, por mais algum tempo.

É notório e confessado o empenho do governo em oferecer todas as condições possíveis à Arena para que o partido trilhe os caminhos de uma profunda reestruturação.

Mas, por seu lado, a Arena assim pressionada, na insegurança de comandos canhestros, vem cometendo os seus erros e contribuindo para que se instale no Congresso um clima de tensão de todo desaconselhável e inconveniente.

Enquanto, todavia, o governo não oferecer à Arena uma alternativa, isto é, a liderança de uma campanha que permita ao partido assumir a iniciativa e sair do desespero do seu presente acumulo, será inevitável a crescente radicalização do Congresso.

## Políticos estudam

o MDB se arrisque a fazer sobre a Revolução. O senador gaúcho, rememorando as diversas etapas do processo revolucionário, deixou clara a dicotomia existente entre a teoria e a prática daquele processo — realidade que a Arena deixa indefensável em termos políticos, como agora vai ficando evidente nos debates parlamentares.

Brossard repetiu inúmeras declarações dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, pela democracia, pela liberdade, pelo

## soluções possíveis

A Arena está procurando apenas defender-se e cometendo a ingenuidade de pensar que pode tomar as bandeiras da oposição para ocupar o lugar do MDB. A impossível conciliação entre posições conflitantes tange o Congresso para o despenhadeiro de uma crise já esboçada com clareza numa semana de desencontros e de azedos debates. A Arena oferece a cobertura ao governo na travessia do pantano das denúncias de arbitrariedades e desaparecimento de presos políticos. Mas busca compensar os desgastes de uma posição compulsória, apresentando-se como a nova vanguarda do Sistema nas reivindicações sociais.

Em áreas mais lucidas e ousadas do governo, já se instala a convicção de que a única possibilidade de a Arena saltar para a ofensiva seria o deslocamento do debate parlamentar e político para o inesperado de uma iniciativa oficial, iluminando espaços que continuam mergulhados na escuridão.

Se o governo, para ficar num exemplo objetivo, decidisse as-

sumir ousadamente os riscos de abrir o debate institucional, estaria depositando nas mãos vazias da Arena o bastão de liderança. A questão se resume em decidir da oportunidade e, talvez, em antecipá-la. O presidente Ernesto Geisel, em mais de um pronunciamento e de maneira mais clara e direta na mensagem ao Congresso, afirmou que o seu objetivo fundamental é promover a institucionalização do regime.

Ora, se o governo convocasse o Congresso a começar o debate para a montagem do modelo brasileiro ou fosse mais longe, propendo um projeto-base de reforma constitucional, estaria passando a uma inquestionável posição ofensiva.

Sustenta-se que o debate não exigiria, necessariamente, a revogação do AI-5. Mas, talvez, conduzisse a isto, no seu resultado final, pela evidência da sua superação.

Esta é uma das fórmulas levadas ao governo, para atender a uma solicitação que descenda as profundas preocupações oficiais com o destino da Arena e o agravamento de tensões na área política.

## Arena mostra o seu dilema

ESP-21/3/75

BRASILIA — O discurso do senador Paulo Brossard, antontem, não demonstrou apenas que a Arena se encontra despreparada para enfrentar uma oposição aguerrida e veemente. Revelou, com muito maior dramaticidade, que o partido do governo não dispõe de argumentos prontos, capazes de se contrapor a qualquer radiografia séria que

dialogo e pelo aprimoramento do regime, ao tempo em que recordou a atuação daqueles três presidentes no estabelecimento da exceção pura. Não os poupou, fornecendo dramática visão do movimento que, apesar de tudo, se fez para o restabelecimento da democracia.

Quando se esperava dos líderes da Arena que respondessem à altura, apartando o orador com raciocínios em condições de justificar os rumos da Revolução, o que se viu foram palavras vazias, discordâncias

com relação a detalhes. Jarbas Passarinho fixou-se em meandros da redação da Constituição de 67 e até na redundante expressão "mas porém" constante daquele texto. Petronio Portella "eferiu acentuar que quase 100 que Brossard denunciava já havia sido dito há cinco anos pelo próprio orador, quando deputado. Depois, de- teve-se na análise da quebra do Regimento Interno do Senado, enfatizando que o orador, tão cioso da legalidade, não se importara de a violar, falando

mais tempo do que permitiam as regras parlamentares.

Ocorre dizer, na hora em que se ouviram críticas contundentes ao Sistema, a Arena não dispôs da flexibilidade necessária para enfrentá-las com argumentação lógica. Ficou no detalhe. Talvez a exceção tenha sido o senador José Sarney que, passando por cima das acusações tidas como indefensáveis, apartou Brossard, proclamando-o a cerrar fileiras com o Congresso, a partir de agora, na busca do aperfeiçoamento do regime. Neste aspecto talvez estivesse a saída maior, que acabou por perder-se como um desvio oculto.

### Partido enfrenta

### dilema político

O próprio Sarney dizia, depois, que os debates parlamentares se aproximam de uma encruzilhada perigosa. A Arena não poderá sustentar por mais tempo uma batalha em que permanece todo o tempo acuada, amedrontada, procurando subterfugios e fugindo ao principal. Deve partir para a ação, se não a luta no campo adversário, pelo menos a conquista de um terreno novo.

O senador maranhense não se aprofunda na análise da questão, certamente por motivos táticos. Afinal, não se poderá antecipar aos mais diretos dirigentes de seu partido. Parece evidente, no entanto, que, diante de um passado

tão vulnerável e tão exposto a acusações, a solução arenista estaria na busca de um futuro comum. Se, desde já, seus responsáveis iniciassem um estudo institucional profundo, preparando um plano ou projeto de normalização democrática, logo ressoariam no vazio as críticas oposicionistas ao passado. Aliás, outra coisa não parece desejar o presidente Geisel, que em sua recente mensagem ao Congresso voltou a apelar para a imaginação criadora dos políticos. Construir as bases de um regime democrático, ainda que sob certos moldes revolucionários, seria a tarefa mais importante da Arena, medida capaz de desanuviar os horizontes cada vez mais carregados depois das sucessi-

vas críticas da oposição. Tais críticas não vão parar: o MDB descobriu, nes últimas duas semanas, o filão interminável da radio-rafia institucional da Revolução. Se não houver logo uma alteração na postura arenista, não só o partido continuará a colher derrotas retóricas nos plenários do Congresso: breve estará criado o clima propício às reações de setores revolucionários radicais, que, se já se opõem às investidas do MDB quando se trata de analisar o passado, por certo que não aceitarão as contundentes derrotas arenistas por mais tempo. Porque o destino inglorio da Arena tem sido, até agora, responder pelo que não fez e explicar as coisas de que não participou, a não ser incidentalmente.

## Coluna do Castello

JB-26/3/75

### Digressões que podem não ser fantasiosas

Brasília — Vai-se generalizando a convicção de que a decadência da Arena, iniciada com a eleição de 15 de novembro, é um fato irreversível, que não seria atenuado, antes agravado, por uma vitória no pleito municipal de 1976. Dadas as características peculiares dessa eleição, o triunfo do Partido amparado nos três ramos do Poder Executivo seria ilusória manifestação a anestesiar as tensões internas geradas pelo recente malogro e a encobrir derrota definitiva que viria em 1978. Entende-se que o Governo não queira ou não possa vincular o destino do movimento cuja liderança lhe cabe à débacle de uma organização que não desempenhou o papel que lhe foi atribuído de polarizador das correntes políticas simpaticantes da Revolução. Grande parte da culpa pelos fatos caberia aos sucessivos Governos revolucionários, que criaram a dicotomia revolução-contra-revolução a que ataram a destinação dos dois agrupamentos partidários criados em 1965.

A sucessão dos Governos ortundos do movimento de março de 1964 e a consequência de objetivos intermediários foi-se refletindo sobre a estratégia governamental, ao mesmo tempo que o MDB evoluía internamente procurando conjugar à resistência aos controles políticos a pregação de inovações na operação governamental, tais como maior ênfase na distribuição de rendas, alívio do que se chamou de arrocho salarial, defesa das empresas nacionais ameaçadas pela penetração crescente das multinacionais, ênfase na implantação de uma indústria de bens de capital e de insumos básicos, etc. O Governo efetivamente alterou algumas das suas táticas e prioridades, enquanto a Arena permaneceu na posição estática, na expectativa de continuar eternamente a beneficiar-se dos êxitos da administração pública e do poder de coação dos instrumentos revolucionários.

O Governo Geisel aprofundou as transformações preconizadas de fora

para dentro mas aceitas pelo sistema dominante como corretivo necessário em face da conjuntura internacional. Não se terá sentido assim julgado pela eleição de 15 de novembro, quando eclodiu uma reação popular estimulada justamente pelas reivindicações oposicionistas. A mensagem do novo Governo como que fora antecipada pela Oposição, enquanto o Partido governista perdia a eleição e a mensagem, e as perdia de maneira ao que tudo indica definitiva. Por isso mesmo a Arena deixou de ser o interlocutor válido entre o Governo e o eleitorado, e a persistência dos vínculos criados só acarretará dificuldades ao Presidente da República e à sua política de distensão.

Verifica-se, por outro lado, que nas bancadas eleitas pelo MDB provavelmente a maioria dos seus representantes não alimenta discordâncias insanáveis com o Governo, ao qual vem oferecendo apoio e solidariedade sempre condicionado à continuidade da operação governamental, política e administrativa, em curso. Pouco ou quase nada separa homens como os Srs Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Amaral Peixoto, Tancredo Neves, Talés Ramalho, Orestes Quêrcia, Itamar Franco ou Agenor Maria do Governo, a não ser a fidelidade desses políticos a uma liberalização que se inscreve no programa do General Ernesto Geisel sem que tenha sido realizada ainda na medida das esperanças desses grupos oposicionistas. A liberalização também preconizada por arenistas como os Srs Magalhães Pinto, Jarbas Passarinho e José Sarney.

Na sua mensagem ao Congresso, o Presidente da República acenou pela primeira vez com uma conciliação nacional. Isso não deveria ser interpretado, a esta altura, como um apelo de adesão maciça ao Governo ou de formação, em outro estilo, de um partido único que a Arena aspirou a ser, no estilo mexicano. O quadro, no entanto, poderá sugerir a formulação de novos modelos partidários, mediante a transformação do rígido bipartidarismo num quadro aberto dentro do qual se reagrupem as forças políticas segundo sua índole e suas identificações atuais. O que separava em 1964 já não separa em 1975, ou pelo menos já não separa na mesma medida. Uma revisão da

dicotomia maniqueísta poderia ser tentada de modo a possibilitar a formação de partidos que expressem tendências autênticas e possibilitem a institucionalização política à margem dos fatores que dividiram a Nação 10 anos atrás.

Isso obviamente provocaria a eliminação da Aliança e do Movimento atuais para que no lugar deles surgissem partidos — um partido de centro que aglomerasse os políticos que adotam a mesma filosofia do Governo atual; um partido de esquerda ou de tendência socializante, na linha do que se imagina ser a tendência do Deputado Lisaneas Maciel; um partido de direita, na linha abertamente

preconizada pelo Senador Dinarte Mariz e outros saudosistas da rigidez revolucionária; e um quarto partido que aglomerasse tendências não abrangidas no espectro acima e que evitasse o surgimento de grupos sem força popular mas com poder de influência na base de se tornar o fiel da balança.

Tudo isso que está dito acima poderá parecer pura imaginação. No entanto, um fato está por trás de tudo: o Governo não quer afundar-se com a Arena e, mais cedo ou mais tarde, procurará seus caminhos de libertação e de afirmação, independentemente das pressões que hoje procuram condicioná-lo.

## MONTORO E OS RADICAIS JB-23/3/75

São Paulo — "A grande barreira que o Brasil encontra hoje para entrar no regime democrático são os radicais de esquerda e de direita, que se ajudam reciprocamente. A cada provocação da esquerda corresponde uma reação da direita e vice-versa. O fortalecimento desses movimentos extremos pelo sistema de auxílio mútuo não constitui uma ameaça apenas ao povo, mas ao próprio Presi-

dente da República."

A análise é do líder da Oposição no Senado, Sr Franco Montoro (MDB-SP), que luta agora para que o Governo Federal dê seu quarto passo de abertura política, ou a retomada do estado de direito: "Queremos a superação do regime de exceção da vida pública brasileira e a passagem para o estado de normalidade institucional".

## PASSARINHO FALARÁ NO SENADO SOBRE FFAA COMO "UM EMISSÁRIO" JB-23/3/75

Brasília — O Senador Jarbas Passarinho já começou a preparar o discurso que pretende fazer, como vice-líder da Arena, depois da Semana Santa, para analisar o papel extramilitar das Forças Armadas e explicar como uma parte de cada arma teve de se envolver na violência como forma de se opor à violência.

O discurso, que está sendo esperado com certa ansiedade nos setores militares, dos quais o Senador Jarbas Passarinho se diz "não um porta-voz, mas um emissário", vai acentuar que o verdadeiro obstáculo à democratização "reside naquela corrente extremista que deseja mesmo é que o país ingresse definitivamente na ilegalidade."

### Obstáculo

— Ouso dizer que não são os liberais que criam obstáculos à democratização no seu afã de obter tudo ou nada, agora ou nunca. Isso atrapalha um pouco, é verdade, mas o verdadeiro obstáculo está no extremismo que deseja que se feche o Congresso, que se elimine toda e qualquer garantia individual, porque aí, sim, eles viveriam em seu habitat natural, que é a clandestinidade, de onde esperam surgir como a única força organizada uma vez derrubada a ditadura — afirmou o Senador Passarinho.

Segundo ele, é preciso chamar a atenção da Oposição exatamente para este ponto, "porque a própria Oposição já vem sendo acusada por esses extremistas de estar no Congresso coexistindo uma legalidade a Geisel."

O Senador Passarinho desloca sua análise para a filosofia da história: "E' aí que deve ser situado o estudo da violência o que, no fundo, é a tese que a Oposição trouxe ao Congresso, sob a capa de erudição em Direito Constitucional. Minha crítica à Oposição está na superficialidade da análise das causas que têm gerado as vicissitudes da democracia brasileira, de suas marchas e contramarchas no período republicano."

— Na filosofia da história — disse — é que se devem pesquisar as causas para saber se as Forças Armadas brasileiras se impregnaram da filosofia da violência. Ora, nestes 11 anos de Revolução nenhum dos Presidentes da República, por palavras ou atos, pretendeu justificar a violência como reflexo de uma ideologia dominante.

### Pressão

Segundo o Senador Passarinho, "a Oposição — e neste o Senador Brossard repetiu o Senador Marcos Freire — só insinua uma pressão, a que viria de setores militares exaltados e infensos à democracia. Por que a Oposição, com visão unilateral, não enxerga um fato palpável, cruelmente presente no mundo contemporâneo, que é a guerra revolucionária em marcha em todo o mundo?"

E continua: "Por que não se dá atenção ao fato de que, batidos em 31 de março de 1964, os comunistas e seus aliados, treinados no exterior para esse fim, tentaram sucessivamente a guerrilha rural e a guerrilha urbana no Brasil? Como ser ingênuo a ponto de não identificar no terrorismo iniciado com a bomba no Aeroporto de Guararapes, continuando com o sequestro e com o assassinio de patriotas, a causa maior que tem impedido a realização da chamada democracia plena?"

O Senador Passarinho contesta o ponto-de-vista de que talvez a guerra maior, no mundo de hoje, seja a do subdesenvolvimento. "Já pensel assim uma época, mas hoje estou convencido de que o comunismo internacional se infiltra até mesmo nas lutas nacionalistas e no bloco dos não alinhados."

— Fui acusado, semana passada, por um grupo de estudantes paulistas — disse — de ter fechado faculdades, perseguido alunos e até mesmo de ter sido o responsável pelo desaparecimento de estudantes. E' uma acusação que eu repilo veementemente e só posso atribuir à guerra revolucionária, à panfletagem.

Por esses episódios, o Senador do Pará considera que o papel extra-militar das Forças Armadas é o de exercer o 4º poder, o poder moderador do império.

— Quero contar o que o jovem major Jarbas Passarinho escreveu na Revista do Clube Militar, em 1954. Lá, ele repugnava o papel de tutela que as Forças Armadas exerciam no país, mas lembrou que a omissão das elites é que empurrava o Exército e as outras armas ao desempenho desse 4º poder. Pois agora, o Senador Passarinho continua a acreditar no mesmo ponto-de-vista.

Afirmando não saber quando poderia cessar a tutela, o ex-Ministro defendeu o conceito de democracia com segurança do Presidente Geisel: o Brasil tem que caminhar para o seu desenvolvimento democrático com um mínimo de segurança, "porque todo o Estado se fundamenta na força, mas deve ser submetido a um ordenamento jurídico que elimine o arbitrio."

Geisel, um ano depois

# SUCESSÃO FAVORECE ABERTURA

que levou os chefes do Exército mais lucidos e esclarecidos a uma firme posição em favor da abertura democratica foi, em primeiro lugar, a questão da sucessão presidencial. Num regime militar, a luta sucessoria é, necessariamente, uma questão militar que tende a levar aos quartéis a inquietação e a indisciplina e que pode terminar por dividir o Exército, quando se sabe que a unidade do estabelecimento militar é a base do seu poder e de sua autoridade, além de ser condição da ordem e da tranquilidade do proprio País.

Já em 1965-66, só o desprendimento e a obstinação do marechal Castelo evitaram que sua sucessão provocasse uma séria crise militar. Em 1969, antes que o Alto Comando pudesse se reunir para tomar a decisão que tomou, a sucessão do marechal Costa e Silva já havia desencadeado a formação de facções entre a oficialidade das guarnições de todo o País. Não fossem o reconhecido bom-senso do proprio general Medici e a excepcional autoridade do ministro Orlando Geisel e, em 1972-73, não se teria chegado à solução que se chegou sem atritos e, quem sabe, cisões graves. Mesmo assim, os generais consideraram necessario estabelecer a censura previa no "Estado" e proibir qualquer referência publica à sucessão presidencial, até que tivessem resolvido entre eles quem seria o proximo presidente.

Mesmo os mais liberais dos chefes militares declararam que o livre debate de candidaturas era impossivel porque inflamar os quartéis e acabaria dividindo as Forças Armadas.

O segundo motivo que levou os chefes militares a se inclinarem pela abertura democratica é primo-irmão do primeiro. Um regime militar, embora tão carregado de boas intenções quanto possivel, é sempre, ou tende sempre a ser um regime fechado. E nos regimes fechados é impossivel evitar a dependencia do governo diante dos órgãos ditos de inteligencia, assim como a pratica de atos graves que, se vierem a ser publicamente expostos, podem provocar a derrocada de toda a estrutura do regime.

A sem duvida bem intencionada experiencia brasileira, comprova mais uma vez uma velha verdade. Sem plena liberdade de investigação e de critica dos atos oficiais, não há regime que escape aos vícios da corrupção e do abuso de poder. E não deixa de ser altamente honroso para os nossos militares que eles proprios tenham julgado insuportaveis os excessos da expressão cometidos à sombra do poder do Exército, muito embora tais excessos, conhecidos apenas de uma pequena parcela da opinião publica, não

tenham chegado a prejudicar seriamente a popularidade e o prestigio internos do governo e das proprias Forças Armadas.

A tenteante e fragil abertura politica a que hoje assistimos no Brasil, portanto, é sobretudo uma iniciativa militar, que encontra apoio nos nucleos liberais remanescentes, mas que é vista com alguma reserva tanto pelos setores empresariais conservadores (muito satisfeitos com a ausencia de greves, com a contenção salarial e a modelar disciplina social dos ultimos anos), quanto pelos setores esquerdistas, de intelectuais e estudantes. Estes ultimos, embora muito desejosos de um alivio da pressão repressiva (ainda muito pouco efetiva, a esta altura) na verdade entusiasmam-se mais pelo nacionalismo à peruana, embora ditatorial e militarista, ou pelo radicalismo do MFA português, do que por uma abertura democratica que simplesmente permita o livre jogo das forças politicas e economicas.

Os apoios politicos civis com que pode contar o presidente Geisel são, portanto, para dizer o menos, precarios. O quadro politico representativo, formado pelos dois partidos existentes, a Arena e o MDB, apesar da vigorosa injeção que recebeu nas eleições de 15 de novembro ultimo, é ainda, sem duvida, muito mais pobre e fraco do que o que tinhamos em abril de 1964 ou mesmo em novembro de 1968. Temos que esperar pela revelação de talentos novos; os conhecidos não chegam a ser nem a sombra das figuras que a idade ou as cassações revolucionarias arquivaram.

No interior do estabelecimento militar, as dificuldades não parecem menores. As correntes de tendencia autoritaria — formadas pelos espiritos simples para os quais a disciplina e a hierarquia, sendo as bases da organização castrense, devem ser também o fundamento da sociedade civil — provavelmente continuam a contar com as simpatias de um numero muito grande de oficiais. Por outro lado, os serviços e órgãos de segurança, que tão grande importância alcançaram no periodo de combate ao terror, relutam em abrir mãos dos poderes e prerrogativas conquistadas. Para eles, a abertura e a normalização correspondem à perda de privilegios e ao risco de investigações incomodas. Por isso mesmo, talvez seja exatamente nesta area que o presidente Geisel vem encontrando obstaculos mais delicados a vencer.

Resta examinar as provaveis consequencias politicas do quadro economico-social. O Brasil é um país em desenvolvimento. Esse desenvolvimento caracteriza-se por um processo violento de urbanização e industrialização, isto é, de transferencia maciça de setores inteiros da po-

pulação, dos campos para as grandes cidades ainda despreparadas para recebê-los. Em fases de expansão rapida da economia, a grande oferta de empregos e a mobilidade horizontal e vertical intensa dos trabalhadores, minimiza os traumas sociais. Foi o que ocorreu na segunda metade da decada de 50, sob o governo Kubitschek, e ainda agora, a partir de 70, sob o governo Medici. Não é por acaso que esses dois governos ficaram sendo, para os brasileiros, símbolos de popularidade, exitos e largueza.

Nas fases de queda da taxa de expansão economica, os traumas sociais proprios do desenvolvimento tornam-se especialmente sensíveis e agudos, tanto mais quanto as expectativas gerais e o proprio fluxo de trabalhadores para as grandes cidades, estimulados pela expansão anterior, continuam mesmo depois que a oferta de empregos começa a cair. Talvez seja exatamente esta a fase em que estamos agora.

A experiencia historica brasileira, entretanto, deixa entender que os problemas economico-sociais só se tornam politicamente graves quando atingem os setores-chaves da classe media. Entre 1961 e 1964, a taxa de expansão decrescente e que chegou a ser negativa, as magras safras agricolas, as greves desordenadas e a inflação galopante acabaram atingindo a sociedade inteira, de alto a baixo. Em 1966-67, entretanto, num clima que já era de saneamento e reerguimento economico, a politica de austeridade do governo havia atingido severamente categorias como a dos funcionarios publicos, a dos professores, a dos bancarios, a dos jornalistas, criando até mesmo um principio de recessão na industria automobilistica e em alguns outros setores industriais. É claro que essas dificuldades foram corrigidas ou absorvidas facilmente nos anos seguintes, mas o fato é que o governo Costa e Silva pagaria caro por elas.

Desde que assumiu o poder, em março do ano passado, o presidente Ernesto Geisel e seu ministro da Fazenda, Mario Simonsen, têm procurado substituir o malabarismo estatístico dos ultimos meses da administração anterior, por uma atitude mais veraz diante dos fatos da realidade economica. Essa atitude, entretanto, embora produzindo reajustes salariais mais generosos, não contribuiu para favorecer a imagem popular do governo. O povo não gosta de verdades amargas.

De qualquer forma, parece claro que o presidente está decidido a estimular o mercado interno e a melhorar a participação dos trabalhadores na renda nacional. A descoberta

de novas e importantes jazidas petrolíferas, por sua vez, contribuiu para restaurar um ambiente de relativo otimismo, o que não deixará de ter efeitos benéficos. Na verdade, o Estado brasileiro dispõe hoje de recursos consideráveis capazes de permitir ao governo enfrentar fases de austeridade, como a que temos pela frente, sem alienar o apoio ou, quando menos, a boa-vontade dos setores politicamente decisivos da classe média.

É de esperar que o presidente Geisel e seu ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen — um tecnico extraordinariamente brilhante, mas ainda sem a envergadura politica necessaria para o cargo — possam encontrar o melhor caminho, ainda mais agora que contam, com uma imprensa mais livre, e portanto, mais capaz de refletir os anseios da opinião publica.

O Brasil dá hoje os primeiros passos, naquilo que parece ser um delicado e longo periodo de convalescença e que, no melhor dos casos, vai levá-lo de volta ao status quo ante, isto é, a um regime civil protegido e tutelado pelo "poder moderador" dos militares. E esta, tanto quanto se pode ver, seria a melhor solução possivel para o País, tal como hoje o temos.

Esse periodo de convalescença inaugura-se em condições economico-sociais difíceis e que poderiam ser dramaticamente desfavoráveis, se não fossem as recentes e quase milagrosas descobertas petrolíferas. Na decisiva area militar, tudo o que se pode dizer é que há ainda resistentes e delicados obstáculos a serem vencidos, e que esses obstáculos podem muito bem tornar-se intransponíveis, desde que se altere o quadro geral.

Quanto ao terreno politico, pode-se afirmar que a convalescença vai progredir, se progredir, a despeito de condições muito pouco favoráveis. Não que haja forças contrarias ponderáveis. Não. Mas, depois de onze anos de Revolução, o terreno politico é terra arrasada. Não temos partidos dignos desse nome; menos ainda lideranças partidarias. Não temos sindicatos, nem associação de classe. Os governadores estaduais, escolhidos pelo presidente, não representam os seus Estados, não falam em seus nomes. Os senadores e deputados...

Teremos que recomçar, se efetivamente recomçarmos agora em abril, a partir da estaca zero. E os nossos novos politicos, bons ou maus, só ganharão substancia, só aprenderão seu mister, se lhes permitirmos assumir plenamente a parcela de poder que lhes cabe, como escolhidos do povo. E' o que se vai ver. Nessas condições, quem apostar na exlta da abertura politica atual? Ninguém. A não ser, talvez, esses incorrigíveis otimistas que somos todos nós, os brasileiros.

CSP-16/3/75

## Operários acusam construtora

ESP  
4-2-75

Os operários que trabalham na construção do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro estariam vivendo "em regime de semi-escravidão, sujeitos a maus tratos por parte dos guardas de segurança de uma das empreiteiras da obra, a Norberto Odebrecht S.A., que recrutou cerca de 600 trabalhadores — a maioria analfabetos — no Nordeste, no interior de Minas Gerais e no município fluminense de Campos". A denúncia foi feita por um grupo de operários que esteve ontem na sucursal do Estado no Rio.

Os operários, "atrapalhos por promessas de bons salários, alojamento gratuito e comida a preço de custo", contam que são "obrigados a viver em condições que já provocaram várias mortes". Entre os agressores, apontam os guardas da Serauco, empresa responsável pela vigilância no canteiro de obras, e citam especialmente os de nome Cláudio e Barbosa (este último, dizem, faz questão de afirmar que mantinha o mesmo regime no canteiro de obras da ponte Rio-Niterói, de onde teria sido expulso pouco antes da inauguração).

Segundo os trabalhadores, qualquer motivo é suficiente para que os guardas os agredam, em geral usando toalhas molhadas, que não deixam marcas visíveis, mas provocam ferimentos internos. Segundo os queixosos, recentemente um dos operários reclamou da comida, que já havia sido recusada por quase todos: foi o bastante para que o guarda Barbosa o levasse para um cubículo, onde foi espancado até perder os sentidos.

No canteiro de obras, dizem os operários, a água é cortada todos os dias às 7 horas da manhã, o que os obriga a caminhar cerca de dois quilômetros quando têm sede. "Além disso — acrescentou — funcionários da empreiteira ficam postados junto aos reservatórios e anotam o número da plaqueta de identificação de cada operário que se aproxima, em busca de água, para posteriormente puni-los, geralmente com a suspensão do pagamento de horas extras".

O serviço médico do canteiro de obras, instalado numa pequena sala sem higiene, é outro motivo de protesto dos operários. Segundo afirmam, muitos já morreram por falta de socorro ou tiveram seus problemas agravados pela demora com que são encaminhados os casos mais graves ao hospital estadual Paulino Werneck, na Ilha do Governador.

Segundo os trabalhadores, há alguns meses, um deles foi obri-

gado por um dos engenheiros a mergulhar num buraco de 50 metros, que havia sido inundado pelas chuvas. No buraco, localizado na cabeceira da pista, havia várias máquinas e, ao mergulhar, o operário morreu.

## MAIOR PROCESSO TRABALHISTA

ESP-10/3/75

Não houve acordo na primeira audiência de conciliação que a Justiça de Nova Era — município localizado a 140 quilômetros de Belo Horizonte — realizou ontem entre os 2.402 empregados de empreiteiras que alocam seus serviços à Companhia Vale do Rio Doce e esta empresa, na maior ação trabalhista registrada no país: os operários, que trabalham ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas, reclamam diferenças salariais no valor de 67,8 milhões de cruzeiros, não computados no valor as parcelas vencidas e a correção monetária, nem o pagamento da diferença relativa ao 13.º Salário e aos depósitos do Fundo de Garantia.

A argumentação apresentada pelo advogado dos operários, Celso Bonfim, é que eles "na realidade trabalham para a Companhia Vale do Rio Doce, uma vez que as empreiteiras que os contratantes não têm a menor autonomia sobre eles". O advogado alega ainda que é a própria companhia que determina os locais de trabalho, a função que cada um deverá exercer, calcula as horas extras — há também a denúncia de que trabalham em média quatro horas extras diárias, mas recebem apenas duas —, fornece o transporte, equipamentos e roupas necessárias à execução do serviço, além de dirigi-los, durante o trabalho, por meio de seu próprio pessoal especializado.

Conforme a petição entregue à Justiça, "os empreiteiros são apenas intermediários de mão-de-obra — recebem, a título de honorários, 17 por cento sobre o valor total da folha de pagamento — e sua função é fornecer à Vale do Rio Doce trabalhadores braçais por salário inferior aos que são pagos pela Companhia aos seus próprios empregados".

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Minério, em Itabira, José Pereira, esta não é a primeira ação trabalhista desse tipo apresentada contra a empresa. No final do ano passado, 500 trabalhadores da empreiteira Sozebel, que há algum tempo haviam entrado na Justiça com ação semelhante, tiveram ganho de causa no TST e receberam atrasados no valor de 15 milhões de cruzeiros.

## GREVE

ESP-20/2/75

O Departamento de Conservação de Obras Públicas de Salvador começou ontem a pagar as horas extras referentes a janeiro, cujo atraso provocou a paralisação de cerca de mil empregados, revokados com as transgressões às leis trabalhistas por parte do órgão municipal.

Apesar da aparente normalidade da situação, ontem, o prefeito Cleriston Andrade continuava sem receber ninguém ou atender ao telefone. Segundo os trabalhadores que o procuraram terça-feira, ele teria dito que não estava disposto a ouvir reclamações e que demitiria quem achasse ruim. Foi por isso que os operários dirigiram-se à Secretaria das Finanças, o que determinou um chamado urgente para que os bombeiros protegessem o prédio.

Os empregados do DCOP alegam que não recebem aumento desde abril de 1964, que não têm salário-família ou proteção previdenciária, pois a repartição não recolhe contribuições ao INPS. Muitos deles disseram que foram levados ao movimento por desespero.

## PORTUARIOS

ESP-1/2/75

Das 15 às 18 horas de ontem, em Vitória, 230 portuários desfilarão diante do titular da 2.ª Turma de Julgamento e Conciliação, juiz Clóvis Rabelo, reclamando o pagamento das taxas de periculosidade e insalubridade. Ao final da audiência, o juiz anunciou a decisão de mandar averiguar, por meio de pericia, as condições de trabalho dos reclamantes.

Durante essas três horas, o movimento portuário desceu a níveis inferiores aos dos dias normais. "Por sorte — considerou a administração do porto — não atracou nenhuma embarcação nesse espaço de tempo, quando as atividades portuárias de Vitória estavam desfalçadas de todos os guindasteiros, conferentes e empilhadores. Mas o advogado dos trabalhadores, Antonio Barcelos, acusou a administração de provocar um suspense injustificável em torno do funcionamento do porto.

Barcelos sustenta que partiu da administração a exigência de convocação de todos os reclamantes, mesmo sabendo das implicações nos seus serviços. A ideia do advogado era levar ao juiz a representação de cada classe falando em nome de todos, pois "a reclamação é a mesma". No Sindicato dos Portuários Capixabas, o presidente Pedro Santos garantiu que, em sua verba de taxas, a administração do porto recebe numerário para todas as classes desde 1965, e essa importância é devida aos guindasteiros, conferentes e empilhadores.

## 234 DESPEDIDOS

ESP-21/3/75

Dirigentes do Sindicato dos Empregados na Indústria de Fiação e Tecelagem de Bragança Paulista e da Fábrica de Tecidos Santa Basilissa reunem-se hoje para decidir que posição será tomada em relação aos 234 empregados despedidos pela empresa, que encerrou suas atividades na semana passada, entre eles todos os diretores do sindicato.

No comunicado de dispensa enviado aos empregados, a indústria prometeu pagar também hoje os salários de dezembro. Provavelmente, será proposto aos operários o pagamento das indenizações em terrenos, como ocorreu com a maioria dos 352 empregados igualmente dispensados no final do ano passado. Alguns mantiveram ações na Justiça pleiteando o pagamento em dinheiro, patrocinadas pela Federação dos Textéis.

O presidente do Sindicato, João Pires de Oliveira, informou ontem que os empregados indenizados com propriedades estão razoavelmente satisfeitos, mas sua maior preocupação é a impossibilidade de absorção dos dispensados por outras firmas do gênero. Em Bragança Paulista, restam agora apenas quatro pequenas indústrias: a Textil Brasileira, com 42 empregados; a Textil N. Sra. das Graças, com 40; a Textil Elza, com 20 e a Textil Glória, com aproximadamente 15 empregados.

## FINDA INTERVENÇÃO NOS BANCÁRIOS

ESP-4/3/75

Cerca de 17 mil bancários da Guanabara iniciaram ontem a votação para eleição da nova diretoria do sindicato da classe, encerrando um período de quase três anos de intervenção do Ministério do Trabalho. Segundo a legislação sobre eleições em sindicatos, será necessária uma maioria de dois terços de votos para que a eleição seja considerada válida. Todas as opiniões, no entanto, são de que o desejo da classe de pôr fim à intervenção fará com que o quorum seja conseguido facilmente.

Há duas chapas concorrendo à eleição, sendo uma, liderada pelo próprio presidente da junta interventora indicada pela Delegacia Regional do Trabalho, Paulo Pires Brito. Os planos dessa chapa — sob a alegação de que o sindicato é "um órgão prestador de serviços" — são a instalação de um restaurante no sindicato, a ampliação do curso pré-vestibular e a instalação de uma delegacia na zona da Leopoldina. A outra chapa, liderada por Antonio Carlos Martins de Melo, tem como base a melhoria salarial da classe e a luta por um sindicato mais atuante.



# Reajuste para metalúrgico do Interior será de 44%

ESP-22/3/75

Do Serviço Local

Será de 44 por cento o reajustamento salarial dos metalúrgicos do Interior paulista, a partir de 2 de abril, conforme acordo firmado e homologado ontem, no Tribunal Regional do Trabalho. Os operários de São Bernardo, que desejavam um dissídio próprio, acabaram concordando com sua inclusão no processo da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e dos demais 32 sindicatos do Interior.

São estas as principais cláusulas do acordo:

1. — reajuste de 44 por cento sobre os salários, de 2 de abril de 1974; 2 — se o fator de reajuste de abril, a ser baixado pela Presidência da República, for menor que 44 por cento, as empresas pagarão os 44 por cento, podendo descontar o excedente em futuro dissídio; 3 — se o fator de reajuste oficial de abril for superior à 44 por cento, as empresas pagarão também a diferença; 4 — salário normativo (piso) de 542,60 cruzeiros para os operários de maior idade, que cor-

responde a onze-doze avos sobre o percentual de 48 por cento; 5 — desconto de 15 cruzeiros, dos empregados associados ou não, no primeiro mês de salários reajustados; 6 — que as empresas procurem facilitar a jornada de trabalho, de tal forma a não prejudicar a frequência às aulas dos alunos estudantes; 7 — que as empresas procurem facilitar a colocação de quadro de avisos dos sindicatos, nos locais de trabalho.

O acordo foi firmado pela manhã no gabinete do presidente do TRT, juiz Homero Diniz Gonçalves, após exaustivos entendimentos entre representantes de empregadores e de operários, de que não participaram os dirigentes sindicais de São Bernardo. "O referido acordo representa uma melhoria em relação à primitiva proposta conciliatória, feita na quinta-feira, pelo presidente do Tribunal", disse o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egidio dos Santos. Segundo o dirigente sindical, a proposta conciliatória do presidente do TRT previa um salário normativo (piso, isto é, o menor salário pago dentro da profissão, para trabalhadores de maior idade) de Cr\$ 512,00; no final, prevaleceu o salário de Cr\$ 542,60.

Firmado o documento de acordo, à tarde houve sessão plena do Tribunal e o segundo processo da pauta foi exatamente o de homologação do acordo dos metalúrgicos.

O presidente do TRT, juiz Homero Diniz Gonçalves, indagou se o representante de São Bernardo estava presente e se ia aderir ou não ao acordo. O representante, Almir Pazzianoto Pinto, quis inicialmente que o relator do processo, juiz Henrique Victor, lesse o documento, o que foi feito.

Após a leitura do documento pelo relator, o representante do sindicato revelou que a diretoria havia sido autorizada a firmar o acordo, pela assembleia geral da categoria. Em seguida, anexou uma petição, que o relator quis ler, o que acabou não ocorrendo.

Ainda da tribuna, o representante do sindicato afirmou que os associados de São Bernardo que compareceram à assembleia de sexta-feira ("quase 11 mil trabalhadores") desejavam um desconto de 20 cruzeiros dos salários reajustados de todos os trabalhadores de sua base territorial, sindicalizados ou não, para obras assistenciais sindicais. No entanto, se isso não fosse possível, contentar-se-iam com o desconto de 15 cruzeiros, apenas.

## FUNCLIONARIO PODE- RA OPTAR PELA CLT

ESP-18/3/75

O presidente da República assinou decreto facultando aos funcionários públicos optar por contrato em regime trabalhista, caso seu órgão venha a se transformar em sociedade de economia mista ou fundação. O decreto determina também que, para efeitos dessa mudança, poderá ser contado o tempo que o indivíduo dedicou-se ao funcionalismo público e a ele acrescentando o tempo a ser dedicado a sua nova função, com vistas à aposentadoria.

Por outro lado, o decreto ontem assinado é de grande interesse de funcionários de empresas como o Lloyd Brasileiro, a Rede Ferroviária Federal e a Empresa de Correios e Telegrafos, cuja situação até hoje não está definida, em vista da transformação de seus departamentos de origem em empresas.

# Bancários pedem abono de 20%

ESP-21/3/75

Os 90 mil bancários paulistas e os três mil mato-grossenses querem que os bancos lhes concedam um abono salarial de 20 por cento, a partir de 1.º de abril. O pedido foi formalizado ontem, através de ofício dirigido pela Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso ao Sindicato dos Bancos.

O presidente da federação sindical, Jesus Bizioli, argumenta com o fato de que a categoria profissional, que obteve 33 por cento de reajuste em outubro de 1974, não foi beneficiada pelo chamado "abono de emergência" de dezembro, na base de 10 por cento, e que, a partir de janeiro, a política salarial do governo sofreu algumas modificações, tendo os índices de reconstituição subido para 43 e 44 por cento. "É possível que, em outubro deste ano, os índices estejam em 50 por cento — disse —, sendo certo que estaremos sendo sacrificados nesse interim, o que não é justo".

Os demais bancários brasileiros também deverão pedir antecipação de aumento salarial

com iguais argumentos, mesmo porque, a partir de amanhã e até o dia 25, haverá uma reunião nacional de dirigentes sindicais da categoria, no Recife, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, a Contec.

Na reunião do Recife, entre outros assuntos, os dirigentes sindicais da categoria vão tratar da redação de um documento, a ser dirigido ao ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, tratando da reforma da CLT, do reexame da lei que instituiu o chamado trabalho temporário, de problemas trabalhistas no Pampo do Brasil e do horário de funcionamento dos bancos.

Quanto à Contec, estão adiantados os entendimentos para que a organização nacional dos bancários venha a ser submetida a eleições, após a nomeação de junta governativa, determinada ainda ao tempo do ministro Julio Barata. Não se sabe se o último presidente da entidade, Ruy Brito Pedrosa, poderá concorrer ao pleito; esse dirigente sindical havia sido vetado pelo então ministro Barata.

## METALURGICOS: SALÁRIOS COMO MEIO DE DISTRIBUIR RENDA

ESP-20/2/75

"Os trabalhadores pretendem uma participação nos frutos do desenvolvimento nacional e isso, atualmente, só pode ser feito por meio dos salários e nunca de peculios, que só servem para quando eles já estão velhos". As palavras de Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do congresso da categoria que se realiza em Porto Alegre, definem a linha de reivindicações que será apresentada amanhã, ao final do encontro.

A desvalorização do salário real, a excessiva concentração de renda, o aumento da mortalidade infantil, falta de habitação e melhores condições de trabalho foram os temas abordados no congresso pelos metalúrgicos. Com base em dados da Fundação Getulio Vargas, eles mostraram que o salário mínimo real caiu do índice 100 para 50 entre 1960 e 1970 e que o índice de mortalidade infantil em São Paulo, no mesmo período, subiu de 62,9 para 88,3 em cada mil nascimentos.

## METALURGICOS CRITICADOS

ESP-4/3/75

Afirmando que os metalúrgicos reclamaram medidas absolutamente incompatíveis com o estágio de desenvolvimento do país, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, criticou ontem os pedidos feitos há duas semanas por cerca de 600 representantes da classe em seu 9.º Congresso Nacional. Melhor participação na distribuição da renda, implantação da reforma agrária e o fim das interferências de grupos econômicos que prejudicam suas atividades.

Chiarelli, que ao deixar o Ministério deverá ocupar o cargo de secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul, no governo de Sinalva Guazzelli, fez questão de lembrar que a posição do governo é clara: "O sindicato existe para representar os direitos da categoria, mas dentro da lei e da ordem. Política partidária se faz dentro dos partidos políticos. O governo ouvirá as reivindicações de todos desde que sejam fundamentadas". E estranhou que alguém ainda diga que a política salarial não está sendo favorável aos trabalhadores, "que agora tiveram seus salários aumentados em 43 por cento".

# AUMENTAM AÇÕES TRABALHISTAS

ESP. 3/75

O aumento das reclamações trabalhistas no Brasil está diretamente vinculado ao crescimento econômico, segundo o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Luiz Roberto de Rezende Puech. Esta é uma das explicações para o surpreendente crescimento do número de reclamações, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Macapá, por exemplo, apre-

sentou notável crescimento de 2.500 por cento nas ações de 1974, com relação ao ano anterior. A Baixada Santista, em São Paulo, registrou um aumento de 95%.

Explicando o fenômeno, juizes e advogados discutem não somente suas causas como também o funcionamento da Justiça do Trabalho, que muitos consideram deficiente. O presidente do TST afirma

que apenas criar Juntas de Conciliação e Julgamento não é a solução, "pois a crise da Justiça do Trabalho é mais complexa que a dos demais ramos do Judiciário".

Outro ponto discutido é a ausência de Código do Trabalho, que, com a entrada em vigor da nova CLT, no segundo semestre deste ano, foi mais uma vez esquecido. A au-

sência do Código, de acordo com os juizes, é uma questão tão importante quanto a do vocalato, que muitos magistrados consideram uma forma arcaica de se fazer justiça. Essas e outras questões são apresentadas no texto de Itaboraí Martins a partir de um levantamento de nossas Sucursais, Correspondentes e do Serviço Local.

## Macapá, exceção e recorde

É no eixo São Paulo-Belo-Horizonte, com ramificações nos sentidos leste e nordeste, partindo daqueles polos, que se verifica o maior crescimento de reclamações trabalhistas, no Brasil, em níveis que chegam a surpreender. Macapá, no entanto, exceção à regra e completamente distanciada daquele eixo geo-econômico, em 1974 apresentou o notável aumento de 2.500% nas ações trabalhistas, com relação a 1973 (respectivamente 40 e mil processos, em números redondos).

Na Capital paulista, em janeiro de 1975, já se atingiu a marca dos 9 mil processos, a grande maioria sendo mesmo de reclamações, com poucos processos de homologações de opções pelo regime do Fundo de Garantia, cartas precatórias, etc. Nesse caminho, 1975 quebrará o recorde de 1974.

Fato digno de nota é que, em todo o País, as queixas de empregados haviam baixado, percentualmente, em 1973, com referência a 1972; porém, viu-se uma curva ascensional do gráfico em 1974.

Em São Paulo, com 32 Juntas, o crescimento de processos foi de 39,7%, e, no outro extremo do eixo, Belo Horizonte (12 Juntas) de 33,7%. As reclamações verbais, na primeira cidade, cresceram ... 30,32% para um crescimento de 16,01% nas escritas, no ano passado. No chamado "quadrilátero ferrífero", que abarca as cidades mineiras de Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Itabira, a elevação média situa-se em 39%.

A maior taxa encontrada foi na Baixada Santista, 95%, para 71%, em São Bernardo do Campo, com suas grandes indústrias automobilísticas. Em novembro de 1974, a única Junta de São Bernardo "comemorou" com um coquetel um recorde nacional: o protocolamento da 5.000.ª reclamação; em dezembro, o número alcançado beirou os 6 mil.

Nos primeiros dias de janeiro deste ano, entraram 400 novos processos, em São Bernardo, e os funcionários da Junta prevêem que, até dezembro, a seguir o ritmo, será atingida a marca dos 10 mil, o que representará o colapso da Justiça do Trabalho. Note-se que muitos dos processos têm, cada um, mais de 500 reclamantes.

Em Santo André, vizinho a São Bernardo, com duas Juntas, o aumento foi de 48% e a percentagem seria bem maior, não tivesse havido o desmembramento de Mauá com a criação da respectiva Junta, em agosto de 1974.

Outro município próximo, São Caetano do Sul, viu o volume de processos crescer em 49%. Já Campinas, fora do eixo ou de suas ramificações, apresentou uma majoração no movimento reclamatório de apenas 16,8%.

Salvador, com 10 Juntas, teve 11,3% a mais do que em 1973, com 836 processos novos nos primeiros dias de janeiro de 1975, fato que evidencia situação bem diferente da de São Bernardo do Campo, isto é, não tão sufocante.

Em todo o Estado de Pernambuco, a elevação foi de 12%, para 12,4% em Fortaleza (5 Juntas existem na Capital cearense).

Na Guanabara (25 Juntas) as reclamações subiram 11,20%, conforme levantamento procedido junto ao gabinete do presidente do TRT da 1.ª Região, juiz Iaty Leal. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, 23,4%; em Porto Alegre, 7,93%; Caxias do Sul, 32,92%; Santa Maria, diminuiu 27,80% o total de reclamações. Santa Maria, cidade universitária, não tem mais a antiga importância como centro ferroviário, essa é a explicação.

### AS EXPLICAÇÕES

Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho: "Talvez seja porque

o trabalhador esteja confiando mais na Justiça do Trabalho e, portanto, reclame mais, pois ela estaria apresentando maior eficiência".

Professor Cesarino Jr., da USP: "O aumento da inflação, a cessação do clima de euforia, o Fundo de Garantia estão na raiz do problema".

Juiz Homero Diniz Gonçalves, presidente do TRT da 2.ª Região: "Não temos estudo, ainda, a respeito do fenômeno, que necessita de ser analisado em bases nacionais, para que os problemas surgentes com o processo de desenvolvimento nacional não colham as autoridades de surpresa".

Juiz Paulo Vilhena, presidente em exercício do TRT da 3.ª Região: "Maior industrialização e maior número de reclamações dos trabalhadores rurais, que só agora descobriram que podem reclamar".

Ministro Arnaldo Sussekind, presidente da comissão revisora da CLT: — "Quando o Fundo de Garantia entrou em vigor, em 67, muitos estudiosos concluíram que o número de reclamações iria diminuir, gradativamente, e a Justiça do Trabalho, consequentemente, solucionaria seus problemas, sem necessidade de criação de novos cargos. Isso não aconteceu, pelas seguintes razões: 1 — o crescimento efetivo dos trabalhadores, que hoje atingem 14 milhões na zona urbana e 13 milhões, na rural; 2 — a aplicação progressiva da legislação trabalhista, ao trabalhador rural; — o Fundo de Garantia apenas substituiu a indenização devida na despedida injusta, pela compensação do tempo de serviço, não impedindo que se recorra com relação aos demais aspectos de proteção ao trabalho".

Juiz Walter Cotrofe, diretor do Fórum Trabalhista de Santos (3 Juntas): "Maior politização dos trabalhadores".

A explicação mais completa, no entanto, é a do presidente

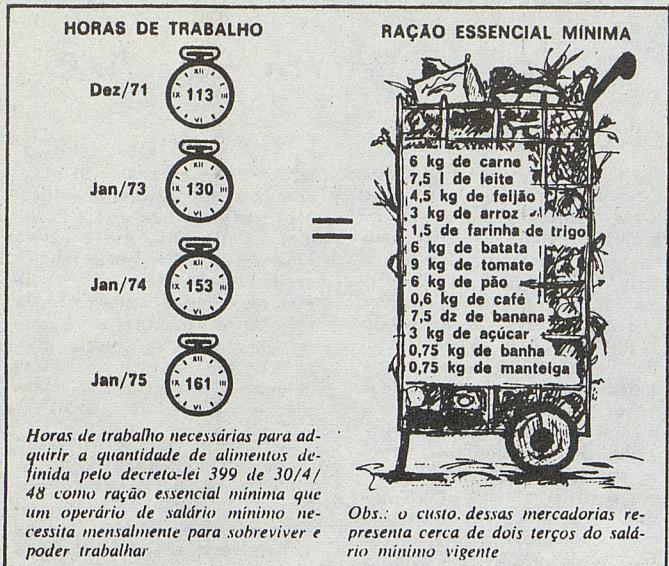
do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Luiz Roberto de Rezende Puech: "O desenvolvimento econômico necessariamente gera problemas. Mas, deslocada, falida, superada tecnicamente ou automatizada a unidade de produção, transforma-se radicalmente a situação. O desequilíbrio da unidade de produção gera problemas, bem como seu desenvolvimento".

Como exemplo, o ministro Rezende Puech aponta o "quadrilátero ferrífero" mineiro, "que alterou profundamente aquela região, atraindo-lhe novos habitantes, cujo assalariamento exige crescentes recortes no Judiciário Trabalhista; a crise desse ramo do Judiciário é mais complexa do que a dos demais órgãos judicantes, em sua dinâmica. O reaparelhamento da Justiça do Trabalho é praticamente impossível, nas exatas medidas e oportunidades em que é exigido". "Novas Juntas se impõem, em certos casos, mas, em outros, elas perdem sua razão de ser, em função da alteração econômica da região".

No Ceará, os juizes do interior argumentam ser praticamente impossível cobrir os 148.015 quilômetros quadrados do Estado (140 municípios, 546 distritos e vilas). Os magistrados ressaltam que, no Interior, nem sempre as Juntas têm atuação, pois normalmente o empregador, no caso o proprietário rural, entra em entendimento com o empregado. De certa forma, a "Junta de Conciliação" seria a própria propriedade rural.

Este fato no Ceará conflita com as explicações do ministro Sussekind e do presidente em exercício do TRT mineiro, juiz Paulo Vilhena, no sentido da maior demanda de trabalhadores rurais à Justiça do Trabalho.

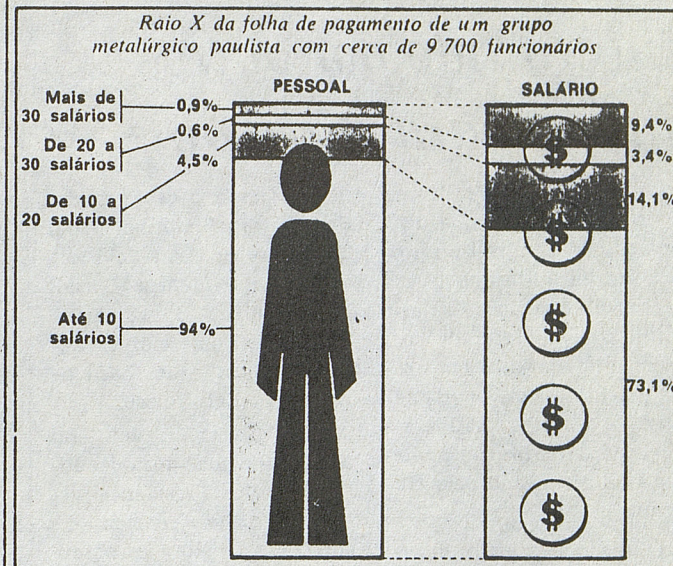
### O TRABALHO PARA COMER



Horas de trabalho necessárias para adquirir a quantidade de alimentos definida pelo decreto-lei 399 de 30/4/48 como ração essencial mínima que um operário de salário mínimo necessita mensalmente para sobreviver e poder trabalhar

Fonte: DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, SP

### A DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS



Base: salário mínimo de Cr\$ 376,80 (novembro/74)  
 Fonte: Grupo Cobrasma  
 VEJA-12/3/75

## Os 43%, segundo empregadores e empregados

EXAME ouviu Jorge Duprat Figueiredo, presidente da Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., e Walter Barelli, diretor técnico do DIEESE, órgão mantido por sindicatos de trabalhadores de todo o país.

**EXAME** — Os novos índices de reajustes salariais podem provocar um eventual desemprego?

**Figueiredo** — Não. Desemprego significa reduzir a produção, o que, para as empresas, implicaria aumento de custos. O aumento salarial ensejará o aumento de consumo e, portanto, o aumento de produção.

**Barelli** — Se houver desemprego, não será por causa dos reajustes, mas por alguma distorção na economia. Se ocorrer qualquer depressão, a corda vai rebentar do lado mais fraco. Mas o reajuste salarial é necessário porque, afinal, todos os preços subiram.

**EXAME** — Os novos reajustes não poderiam contribuir, também, para realimentar a inflação?

**Figueiredo** — Esta me parece a questão mais delicada, pois salários maiores obrigam aumento de preços. Mas creio que os índices dos reajustes comecem a diminuir daqui para a frente.

**Barelli** — Mesmo os analistas oficiais não consideram os reajustes salariais como o primeiro elo da cadeia inflacionária. Ocorre

que, normalmente, se tenta cortar a cadeia no elo salário, o que prejudica os trabalhadores.

**EXAME** — A distribuição da renda via política salarial não poderia ser danosa para a expansão da economia?

**Figueiredo** — Não. Acho que foi uma medida tomada na hora certa, para corrigir o desgaste salarial. E o governo tem meios para amenizar o impacto dos aumentos sobre a economia.

**Barelli** — Acho que a distribuição da renda através da política salarial é motivada não só por razões sociais mas, sobretudo, pela urgente necessidade de expandir o mercado interno, já que as possibilidades de expandir a economia através das exportações são bastante remotas, em consequência da nova conjuntura internacional.

**EXAME** — Qual foi o aumento da produtividade em 1974?

**Figueiredo** — É difícil dizer, pois ela varia de setor para setor.

**Barelli** — Nós usamos o sistema elaborado pelo antigo Conselho Nacional de Economia, que consiste em subtrair da taxa de au-

EXAME, JANEIRO/FEVEREIRO 1975

mento do PIB a taxa de crescimento da população. Como o PIB cresceu 10% e a população 2,9%, tivemos um aumento da produtividade de 7,1% em 1974.

**EXAME** — Qual o impacto da nova fórmula de calcular os reajustes salariais sobre a rentabilidade das empresas?

**Figueiredo** — A menos que as empresas não acompanhem o índice nacional de produtividade, e o CIP deixe de atender as solicitações de aumentos de preços, especialmente os decorrentes dos aumentos, não vejo como o aumento de salários possa prejudicar sua rentabilidade.

**EXAME** — A nova fórmula não poderia comprometer a política de expansão das empresas?

**Figueiredo** — Não, pelas mesmas razões que não vai prejudicar a expansão da economia.

**Barelli** — Não, a menos que se considere justa a expansão às custas da contenção salarial. Mesmo porque os 43% só foram suficientes para devolver o salário real vigente em janeiro de 1973.

# Salário mínimo será substituído por outro índice para correção

J. B.  
22/3/75

Brasília — O Presidente Geisel enviou ontem à deliberação do Congresso o projeto de lei que estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, o qual será substituído oportunamente por outro sistema especial de atualização monetária, a ser criado pelo Governo.

O mesmo projeto de lei desobriga as empresas a concederem, ao pessoal de salários elevados, o pleno reajustamento da fórmula salarial que este ano está determinando um aumento nominal de 40%. O reajustamento legal para os altos salários (superiores a 30 salários mínimos) segundo o projeto, será limitado em 30 vezes o salário mínimo vigente.

## ELIMINAR DISTORÇÕES

O documento é acompanhado de uma exposição de motivos conjunta assinada

pelos Ministros da Fazenda, Sr Mário Simonsen; do Trabalho, Sr Arnaldo Prieto; da Previdência Social, Sr Nascimento Silva; da Indústria e Comércio, Sr Severo Gomes; e do Planejamento, Sr Reis Veloso.

Os Ministros acentuam que as medidas foram adotadas pelo Presidente da República no sentido de corrigir as distorções observadas no mercado de salários.

O projeto de lei ontem enviado ao Congresso pelo Presidente da República foi o segundo elaborado sobre o assunto, e substituiu o anterior, remetido no último dia 4.

Não existe praticamente diferença entre os dois documentos, apenas o segundo é mais amplo, especialmente na exposição de motivos, e apresenta uma descrição detalhada do que permanecerá vinculado ao salário mínimo na área da Previdência Social.

## O projeto de lei

Art. 1º — Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito.

Parágrafo 1º — Fica excluída da restrição de que trata o caput deste artigo a fixação de quaisquer valores salariais, bem como os seguintes valores ligados à legislação da Previdência Social, que continuam vinculados ao salário mínimo:

I — Os benefícios mínimos estabelecidos no Artigo 3º da Lei nº 5.850, de 8 de junho de 1973;

II — a cota do salário família a que se refere o Artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963;

III — os benefícios do Prorural (Leis complementares nºs 11, de 26 de maio de 1971, e 16, de 30 de outubro de 1973), pagos pelo Funrural;

IV — o salário base e os benefícios da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

V — o benefício instituído pela Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

Parágrafo 2º — Para os efeitos do disposto no Artigo 5º da Lei nº 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes aos limites de 10 e 20 vezes o maior salário mínimo vigente serão reajustados de acordo com o disposto nos Artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974.

Parágrafo 3º — Aos contratos com prazo determinado, vigentes na data da publicação desta lei, inclusive os de locação, não se aplicarão, até o respectivo término, as disposições deste artigo.

Art. 2º — Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo Único — O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem os artigos da Lei nº 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Art. 3º — O Artigo 1º da Lei nº 6.147, de 1974, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo Único — Todos os salários superiores a 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no país terão, como reajustamento legal, obrigatório, um acréscimo igual à importância resultante da aplicação àquele limite da taxa de reajustamento decorrente do disposto no caput deste artigo.

Art. 4º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

# EQULIBRIO OBJETIVO DO NOVO SISTEMA SALARIAL DIZ VELLOSO

ESP-11/3/75

Ao explicar, ontem, o novo mecanismo do salário mínimo — estabelecido por meio de projeto enviado ao Congresso na semana passada — o ministro Reis Velloso, do Planejamento da Presidência, afirmou que seu sucesso depende do "equilíbrio entre os dois objetivos que o governo persegue: o das condições do trabalhador e dos efeitos desses reajustamentos de salário-mínimo sobre a liquidez das empresas, sobre as condições de demanda e sobre a situação de emprego". Quanto a uma das questões mais controvertidas com relação ao decreto — até onde o reajuste dos salários das categorias de níveis salariais mais elevados irá se regular pelo mecanismo de oferta e procura — o ministro esclareceu que as empresas, na verdade, continuarão obrigadas a reajustar esses salários, "mas em proporção menor do que os reajustamentos das categorias salariais que podemos considerar média e inferior".

Repetindo em parte as explicações dadas em São Paulo, no fim da última semana, Reis Velloso afirmou que "o que se observou nos últimos 10 anos foi que o salário mínimo tendeu a ficar defasado em relação à média dos salários dentro da economia brasileira, o que de maneira nenhuma se pode justificar". Assim, as medidas tomadas pelo governo pretendiam, em primeiro lugar, dissociar o salário mínimo da série de valores que atualmente estão a ele vinculados e que inibem o governo em adotar uma política específica para eles: aluguéis, contribuições e benefícios da Previdência Social, contratos em geral, que nada

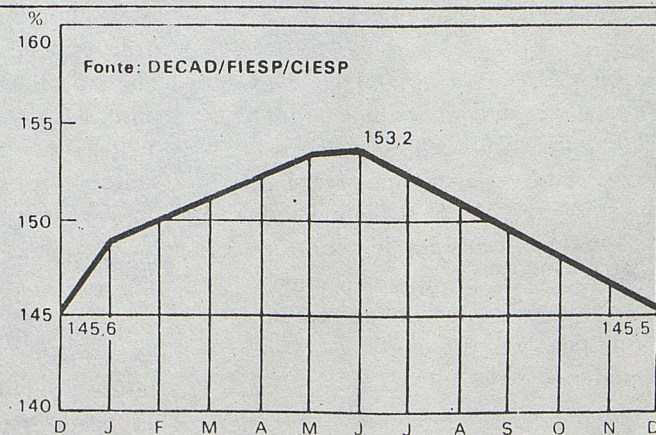
têm a ver com o salário mínimo, mas que sofrem modificações, toda vez que o salário mínimo é alterado. Em segundo lugar, o governo deseja modificar a situação das categorias de maiores salários, onde se registrou "uma tendência para uma remuneração que crescia muito mais rapidamente para essas categorias, em relação às faixas médias e baixas de salários".

Assim, embora o governo ainda não tenha cogitado de nenhum percentual para o aumento do salário-mínimo — segundo o ministro — "deseja poder tomar decisões em relação a ele, pensando nos efeitos diretos sobre esse salário, ou seja: de um lado as necessidades de preservar um mínimo de condições de bem-estar para as categorias salariais mais baixas e, de outro, sentindo as repercussões dessa política de salário mínimo sobre o nível de salários e seus efeitos sobre os empregos".

Ao se referir à "distorção que ocorreu na economia brasileira, particularmente nos últimos seis anos" — a já citada tendência para aumentar cada vez mais os salários das categorias melhor remuneradas, provocada principalmente pela necessidade de técnicos, administradores e executivos de alto nível, trazida pelo desenvolvimento — o ministro procurou ressaltar o contraste entre as diversas categorias salariais. "Nas categorias em que existe uma real escassez, possivelmente continuaremos tendo salários muito elevados. Em outras categorias, o mercado vai funcionar, mas o governo vai acompanhar a evolução, para evitar distorções que sejam prejudiciais ao funcionamento das empresas e ao funcionamento do mercado de trabalho".

EXAME - 3/75

## Emprego industrial



A média anual mostra que o nível de emprego industrial cresceu 7,6% em 1974. A comparação dezembro 1974/1973, entretanto, acusa crescimento zero, indicando redução do nível de atividades.

# Disputa pela terra gera clima de terror na Bahia

ESP-13/3/75

Os problemas de invasões de terras, grilagens, expulsões e ameaças a lavradores no Sul da Bahia chegaram a tal ponto que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura declarou-se "sem condições de exercer qualquer controle da situação". Diariamente, chegam à Federação denúncias "não apenas de simples invasões de terras, mas de um verdadeiro clima de terror criado entre os posseiros por parte de fortes grupos econômicos que já causaram a morte de dois trabalhadores e ferimento de outros".

As queixas procedem de Santa Maria das Neves, Coribe, Barrá, Riachão das Neves e de outras cidades da região do São Francisco e Sul do Estado e avolumam-se na mesa de Teresa Mendes, do Departamento de Educação Sindical da Federação. Ela diz que em Camamu, a 392 quilômetros de Salvador, a Firestone é acusada de medir e documentar uma área ocupada por 60 famílias de posseiros. "Não fez qualquer investimento na área, que continuou sendo beneficiada pelos posseiros — embora sem documentos legais da terra. Em outubro, a Firestone voltou a se interessar pela região para implantar uma grande cultura de seringueiras. E começou a atear fogo às plan-

tações e a expulsar os posseiros".

Teresa Mendes relaciona as principais denúncias: em Carinhana, dois trabalhadores foram encontrados mortos em suas terras; em Brejolândia, a 772 quilômetros da capital, o Grupo Coelho, de Pernambuco, expulsou várias famílias e instalou a Granvale - Companhia Agropecuária do Grande Vale, com apoio da Sudene; em Pau Brasil, no município do Choca, a 541 de Salvador, uma grande indústria do Sul ameaça cerca de 100 posseiros; em Cotegepe, a Nova Terra Alimentos S.A., do Recife, ameaça outras 60 famílias, com jagunços, queimando plantações; em Barreiras, o vigário frei Luiz denuncia a Sertaneja S.A., que expulsa e ameaça matar seus vizinhos; em Tabocas do Brejo Velho, a 832 quilômetros da capital, 15 famílias foram expulsas por empresários do Sul.

Uma comissão de lavradores das margens do Rio Grande, município de Entre Rios, esteve na Federação denunciando que o grileiro Flavio Costa Nogueira também quer expulsá-los. A polícia, os lavradores acrescentaram que Nogueira se diz representante da empresa Plantar e já incendiou 12 casas de posseiros.

Segundo Teresa Mendes, o motivo que facilita e estimula

as grilagens é a dificuldade que os agricultores encontram para registrar as terras que exploram. "Muitas vezes eles são enganados até pelos próprios delegados do Instituto de Terras da Bahia — Interba — ligado à Secretaria da Agricultura, como é o caso de Bom Jesus da Lapa, onde desde 1958 existem denúncias contra o delegado Remo Pitanga e até hoje o governo não tomou qualquer providência. Ele toma o dinheiro dos lavradores para registrar a terra na Secretaria, não faz o devido registro e nem devolve a cota recebida".

## REFORMA AGRÁRIA

A Assessora da Federação afirma que não entende por que a Sudene financia grandes projetos na região do São Francisco — e cita a Granvale, do Grupo Coelho — se existem decretos ampliando e colocando aquela área como prioritária para a reforma agrária. O primeiro decreto — número 73.072 — foi assinado em 1.º de novembro de 1973; o segundo — n.º 74.366 — é de 7 de agosto de 1974. "Se o decreto visa à constituição de 10 mil propriedades familiares e a organização de até 20 cooperativas integrais de reforma agrária, divididos igualmente na área prioritária, como a Sudene pode financiar projetos particulares de 30 mil hectares na região?"

## Na Bahia, 400 mil posseiros

ESP-15/3/75

Da Sucursal de SALVADOR

Na Bahia existem cerca de 400 mil posseiros, lavradores que ocupam terras devolutas legalmente, mas sem documentos. Outros 80 mil agricultores já conseguiram legalizar as terras que cultivam — disse ontem o secretário da Agricultura, Raimundo Fonseca, admitindo que ocorrem muitos conflitos por causa de terras no Estado. A maioria dos problemas passa pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que ontem enviou à Justiça o seu 31.º processo, contendo 20 queixas-crimes contra o fazendeiro Ivo Santos Prado.

O fazendeiro é acusado de invadir roçados, derrubar cercas e matar animais no município de Ipirá, intimidando e ameaçando 20 famílias de posseiros para se apossar de todo o distrito de Pintados. A questão começou, segundo as denúncias dos lavradores, quando Ivo Prado adquiriu um pequeno imóvel na região. Ao saber que os pos-

seiros não tinham documentos das terras vizinhas, registrou-as em seu nome e pediu à Justiça que removesse os lavradores. Um deles, contudo, pediu reintegração de posse, imediatamente aceita, mas o processo foi para o Tribunal de Justiça, e enquanto é julgado, o fazendeiro lança os jagunços sobre os posseiros.

A perícia realizada a 27 de janeiro pelo delegado de Ipirá, tenente José Modesto Bispo, confirmou que na fazenda Alagoas, de Edelvita Barreto Vieira e Bernardo Feliciano das Mercês, os jagunços de Ivo Prado destruíram cercas e plantações, causando prejuízos de três mil e 100 cruzeiros.

### AÇÃO DO GOVERNO

O que faz o governo do Estado contra isso? O secretário Raimundo Fonseca, da Agricultura, diz que uma das providências foi ampliar de 20 para 80 o número de Delegacias de Terras, com o objetivo de facilitar as medições de áreas solicitadas por posseiros. Depois, foi instituída a prontidão policial e de fiscalização nos cartórios de registros e as Delegacias de Po-

licia do Interior foram autorizadas a defender propriedades ameaçadas de invasão e destruição pelos jagunços.

Segundo o secretário, as deficiências, anteriormente, da Secretaria de Agricultura são responsáveis pelo fato de 10 mil processos de concessão de títulos ficarem paralisados por mais de 20 anos. Para suprir a escassez de funcionários e recursos materiais, Raimundo Fonseca criou o Instituto de Terras da Bahia, equipado com máquinas de micro-filmagem e computadores, e dotou as delegacias de automóveis, teodolito e técnicos. Além disso, foi firmado um convênio com o Inera que, se tivesse sido cumprido por este órgão, triplicaria a concessão de títulos a posseiros. Com documentos, os agricultores podem se defender melhor na Justiça, embora as ações demorem tanto quanto os títulos de posse: o próprio Estado tenta inutilmente, há 10 anos, reaver 6 milhões de hectares de terras públicas vendidas ilegalmente a estrangeiros na região de Barreiras.

## COOPERATIVA DE TRABALHO RURAL

ESP-23/3/75

A perturbadora situação social e econômica de quase 17 mil trabalhadores rurais, habitantes das periferias urbanas de Mogi-Mirim e oito cidades a seu redor, poderá estar profundamente alterada no próximo ano, se o Sindicato Rural da Região de Mogi-Mirim conseguir seu objetivo: constituir a Cooperativa de Trabalho Rural. Essa entidade livrará aqueles trabalhadores, conhecidos por volantes ou bóias-frias, do domínio dos turmeiros, figura reconhecida como "mal necessário"; distribuirá racionalmente a mão-de-obra contribuindo para minimização dos custos de produção; e dará ao volante seguro de vida em grupo, amparo legal e previdenciário a ele e sua família.

Contudo a cooperativa pouco poderá fazer pelos bairros onde moram, que, na maioria, continuarão sem água, luz e esgoto.

Na verdade, fazendeiros, sítiantes e dirigentes rurais da região já não suportam conviver com o "mal necessário" e, menos ainda, com a exploração do homem simples, marginalizado pela ignorância.

Depois de dois anos de estudos e pesquisas, preparam-se agora para, por intermédio do sindicato patronal, dar os primeiros passos no sentido de formar a cooperativa, apontada como único instrumento capaz de resolver os problemas do volante. Problemas com graves reflexos nos campos social e econômico, que começam antes e vão além dos turmeiros.

# ESTUDANTES PROTESTAM NA PRESENÇA DO MINISTRO

ESP-12/3/75

Da Sucursal do RIO

Além de proferir a aula inaugural da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — em que reafirmou as preocupações do MEC com o ensino básico — o ministro Ney Braga recebeu ontem uma carta aberta dos estudantes da instituição, pedindo a revogação do decreto 477 e a dinamização dos diretórios acadêmicos. A uma dessas reivindicações o ministro respondeu em seguida: "Não admito pressões e minha posição já foi publicada por todos os jornais: nunca fiz uso do decreto 477", afirmou ele.

Em seu discurso, Ney Braga disse que as intenções e as medidas expressas na política educacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento expressam "um humanismo prático". Lembrou as preocupações do Ministério com o primeiro grau, "base do progresso individual posterior", que ainda apresenta aspectos deploráveis".

Entre esses aspectos, o ministro relacionou a grande porcentagem de escolas com uma só sala de aula e uma única professora, a urgência da alfabetização a existência de 36% de professores leigos dos quais 14% sequer têm o curso primário. Referiu-se também ao "problema da desnutrição da criança que ingressa no primeiro grau, muitas vezes com uma carencia que já lhe afetou a capacidade mental".

A solenidade na PUC fora iniciada com uma missa rezada pelo cardeal D. Eugenio Sales, grão-chanceler da Univer-

sidade, seguida por um discurso do reitor, padre Pedro Veloso, que falou sobre a carreira do ministro e citou-o como "pessoa certa para esse diálogo criador de que tanto precisa a comunidade brasileira nestes dias conturbados da vida do homem e da sociedade, quando a vontade divina parece dispor à provação, não como castigo, mas sim como a via segura de aperfeiçoamento". Participaram da cerimônia ainda diversas autoridades, como o ex-ministro da Educação, Raymundo Moniz de Aragão, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregesilo de Athayde, e o diretor do Cesgranrio, Carlos Alberto Serpa — que foi recebido com vaias dos alunos.

## FAIXAS

Ao chegar à PUC o ministro Ney Braga foi recebido com faixas de protesto contra o decreto-lei 477, a demissão de professores e uma "carta aberta" em que os alunos pediam, entre outras coisas, a reabertura e dinamização dos diretórios acadêmicos que "se encontram cerceados e transformados em simples associações".

Apesar da interferência de agentes de segurança e dos próprios professores da PUC, os alunos puderam conversar durante alguns minutos com o ministro e exibir as três faixas preparadas para a ocasião. Uma delas falava do decreto 477 e as outras duas faixas diziam: "anuidade, taxas... Universidade ou empresa? Demissão de professores, falta de verba" e "pré-opção: fim do curso básico".

Na saída do ginásio, onde foi realizada a cerimônia — missa e palestras — um estudante do curso de Comunicação dirigiu-se ao ministro e pe-

diu que "o discurso, que foi muito bom, não fique só na teoria, que passe para a prática", pois "do jeito que a coisa anda quando o futuro chegar em nossas mãos, vai cair". Ney Braga respondeu-lhe que a situação hoje é bem melhor do que anos atrás, quando ele próprio estudava:

"Na minha época — disse o ministro — precisei vender uma capa preta para poder comprar um estojo de desenho". O aluno da PUC ainda teve tempo de responder que, numa cidade grande como o Rio, há muitos estudantes nas mesmas condições e que a situação atual teria certamente que ser melhor que de 30 anos atrás. O ministro, depois desse curto diálogo, retirou-se junto com as dezenas de convidados para a reitoria, e viu então as faixas colocadas pelos alunos.

Na carta entregue ao ministro os alunos falam da situação atual da escola e reclamam da cobrança de algumas taxas — multa de matrícula, estacionamento, alto custo de restaurante universitário — que "servem como complemento ao orçamento deficitário". No final da carta, os alunos chamam a atenção do ministro para a situação dos diretórios.

O ministro disse, antes de começar a ler seu discurso, que dará a maior atenção possível à carta aberta dos alunos. Sobre a reabertura dos diretórios, ele afirmou que, nos contatos com os reitores das universidades federais, procurará saber as razões do fechamento. Por sinal, junto ao ministro, estava o reitor Helio Fraga, da UFRJ, universidade que mantém os diretórios acadêmicos fechados.

Outros problemas da universidade brasileira foram relacionados à política educacional do governo, e os estudantes encerraram o debate afirmando que "é preciso tirar atitudes concretas da manifestação de repúdio, e cada faculdade deverá fazê-lo da forma mais conveniente, por meio do trabalho desenvolvido pelos centros e diretórios".

Considerado pelos outros diretórios e centros acadêmicos como "ponta de lança da Arena jovem no movimento estudantil", o 22 de Agosto não recebeu o apoio de nenhuma outra entidade estudantil para o ciclo de palestras que está promovendo.

O pequeno grupo de estudantes do 22 de Agosto, que com pareceu ao TUCA para justificar a ausência de Passarinho, criticou a manifestação dos outros diretórios. Um deles explicou que o 22 de Agosto pretende uma participação política "ativa e sadia", sem contestações, "que não fazem parte de nossa linha".

ESP-18/3/75

# Greve na PUC de Sorocaba

Desde ontem os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem e Ciências Biomédicas de Sorocaba, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estão em assembléia geral permanente, com as aulas paralisadas. Segundo eles, esta foi a única forma que encontraram para "alertar as autoridades educacionais" sobre os problemas de sua escola — que vão desde o funcionamento precário do hospital até o aumento excessivo das anuidades.

Esta é a primeira paralisação de aulas em Sorocaba desde 1969 e, hoje, os estudantes entregarão à Delegacia Regional do MEC em São Paulo um relatório sobre a situação dos cursos, já que — eles afirmam — foram esgotadas todas as gestões para melhoria dentro da Universidade.

Segundo os estudantes, a política de contenção de despesas efetivada pela PUC-SP desde o ano passado refletiu-se de maneira "dramática" no Centro de Ciências Biológicas e Médicas de Sorocaba: enquanto as anuidades crescem em um ritmo alto (de 70 a 75, houve um aumento de 499,5 por cento), os recursos humanos e materiais decaem, com um número insuficiente de professores, deficiência de equipamentos de ensino e falta de "materiais básicos e indispensáveis" no hospital, como esparadrapo e soro.

"Além da falta de condições de ensino, essas deficiências prejudicam a assistência à população não previdenciária, pois nosso hospital-escola é o único que atende à população indigente da região" — diz um aluno, explicando que a verba concedida pela Secretaria Estadual da Saúde, de 80 cruzeiros por leito-dia, é insuficiente, porque cada leito-dia custa à escola de 150 a 200 cruzeiros, em média.

Os estudantes pedem a reestruturação da reforma universitária que foi implantada em Sorocaba, com a modificação do critério de avaliação (eles dizem que nos últimos dois anos houve 55 reprovações, o maior índice das escolas médicas do Brasil) e o reforço à parte prática do currículo.

# Passarinho falta e não ouve protestos

ESP-22/3/75

Do Serviço Local

Alogando "razões de ordem superior", o senador Jarbas Passarinho não compareceu à conferência programada para ontem à tarde, no TUCA, pelo Diretório Acadêmico 22 de Agosto, da Faculdade de Direito da PUC. No horário marcado para o início da palestra — 16 horas —, mais de 300 estudantes da PUC, USP e de outras escolas permaneciam em frente ao TUCA — onde estavam colados vários cartazes de protesto pela vinda do ex-ministro — distribuindo folhetos impressos pelos centros e diretórios acadêmicos, explicando os motivos da manifestação de repúdio.

Embora alguns estudantes de

Direito tentassem explicar que Passarinho não tinha vindo porque deveria estar em uma reunião das lideranças do partido, em Brasília, a maioria dos estudantes dizia que a ausência do senador tinha sido provocada pela manifestação dos diretórios, já divulgada pela imprensa "e comunicada a ele pelos alunos do 22 de Agosto".

Considerando-se vitoriosos, os alunos decidiram realizar um debate dentro da própria universidade.

O aumento das anuidades nas escolas particulares também foi discutido, principalmente pelos estudantes da PUC, submetidos a uma sobre-taxa anual, além do aumento concedido pelo Conselho Federal de Educação. Esse e ou-

# Diretório, canal para diálogo

ESP-23/3/75

Ao conferir novamente aos diretórios acadêmicos a atribuição de representar os estudantes nos colegiados universitários, o Ministério da Educação pretende, nas palavras do próprio ministro Ney Braga, estabelecer um "canal institucional de diálogo". Mas não haverá nada que se pareça com uma nova UNE: a atuação dos órgãos representativos deverá limitar-se ao âmbito da universidade.

Diferentemente do que fizera a Lei Suplicy, não se prevê hoje a criação de diretórios estaduais e federal. Existirá apenas um diretório central em cada instituição de ensino superior, que substituirá, nos colegiados universitários, os atuais representantes estudantis que, pela legislação baixada em 1968, não se vinculam a qualquer entidade.

A decisão, já considerada cer-

ta, é vista no próprio MEC como uma questão de certa forma difícil, dentro de um processo em que a frase mais significativa talvez seja "segurem seus radicais que seguraremos os nossos". A reforma da representação universitária implicará inclusive na promulgação de lei, pois o sistema atual está também fixado em lei — especialmente a de número 5.540, de 1968. As novas normas já estão em preparo.

Mas o que se pretende exatamente dos diretórios, restabelecidos em antigas prerrogativas? Um funcionário do Ministério considera que sua função será, basicamente, a fiscalização da administração universitária, dos rumos do ensino, das condições da escola. E não deverá ultrapassar esses limites.

Trata-se da distinção entre formação e ação. Como diz Ney Braga, criam-se "canais institucionais de diálogo" para os estudantes; esses canais devem ser utilizados pelos alunos, portanto, apenas como alunos. A

ação política constitui outra coisa. Precisa, nesses termos, ser colocada dentro do sistema político-partidário vigente.

O diretório servirá para expressar o pensamento dos alunos, que hoje têm apenas representantes quase isolados. Assim, os novos órgãos virão estudar a posição a ser tomada pelos alunos e conduzir sua atuação nos colegiados. Mas a tomada de posições com caráter político amplo não é vista, de forma alguma, como uma atribuição sua. Para isso, devem ser procurados os partidos, as entidades inseridas no quadro institucional vigente. É exatamente por isso que não se vê sentido na criação de órgãos estudantis regionais e federais.

Funcionários do Ministério da Educação acreditam mesmo que o restabelecimento de canais para a atuação estudantil virá contribuir para que se evitem diversos problemas. Entre eles estão as greves acadêmicas — ou, como preferem dizer alguns estudantes, "a reunião em as-

sembléia geral permanente em horário coincidente com o das aulas".

Em várias faculdades, como Bragança, os estudantes paralizaram as aulas por um motivo principal: era a forma que encontraram para chamar a atenção para suas dificuldades. Essa atitude não é defendida pelo MEC. Ney Braga critica o que chama de "semi-greve": em sua opinião, "elas não levam a nada, devendo ser evitadas por meio de contatos, pois os alunos têm acesso à maioria dos reitores, às delegacias do Ministério e mesmo a mim".

Os diretórios viriam institucionalizar esse acesso, estabelecendo a posição dos alunos perante as questões de sua universidade e manifestando-a, sempre no âmbito da escola. Essa colocação não é encarada, no próprio Ministério, como uma resposta pura e simples a uma reivindicação partida dos estudantes, mas sim como a melhor definição, no quadro vigente, de um status para os alunos.

## Diretor pune 20 estudantes

ESP-

Enquanto isso, alunos denunciavam que o diretor da Faculdade de Economia da UFRJ, Paulo Vieira de Vasconcelos, fechou a Associação Atlética da escola e suspendeu por 15 dias todos os seus diretores e dois ex-presidentes. Foram suspensos ainda, por dez dias, 13 alunos que participavam da organização da semana de calouros. Além de punir esses estudantes, o diretor advertiu que poderá enquadrá-los no decreto-lei 477, que prevê penas de suspensão dos alunos até por três anos.

O ato do diretor foi denunciado ontem em carta-aberta divulgada pelos estudantes,

que acentuaram o contraste entre a atitude de Vieira de Vasconcelos e a declaração feita na véspera, na PUC, pelo ministro da Educação, Ney Braga. "Enquanto ocorriam estes fatos em nossa escola — diz a carta-aberta — o ministro Ney Braga manifestava a necessidade de a universidade contribuir para o "progressivo aperfeiçoamento humano".

Informa o documento que 260 estudantes já assinaram um memorial a ser encaminhado ao ministro da Educação, no qual eles manifestam "profunda preocupação" com o direito de reunião, a suspensão das atividades da Associação Atlética e a punição dos alunos que participaram da organização da semana de calouros.

## INVADIDA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

ESP-23/3/75

A sede da representação estudantil do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília foi invadida por funcionários da UnB que carregaram livros, jornais e outros materiais para local ignorado. A Reitoria recebeu os estudantes que foram protestar contra a medida, mas prometeu apenas verificar, amanhã, o destino dos materiais, de acordo com os alunos.

O local da sede fôra cedido apenas provisoriamente, pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos da UnB, que prometeu avisar os estudantes com antecedência, quando necessitasse da sala pa-

ra desenvolver outras atividades, mas isto não aconteceu. Assessores da universidade informaram que não houve a comunicação prévia porque não sabiam como localizar a diretoria da representação.

Essa afirmação é contestada pelos alunos, pois, segundo eles, além da própria sede, a Reitoria tem os endereços residenciais dos estudantes, como provam as cartas recebidas no fim do ano passado, em suas residências, por vários representantes. As cartas a convocava a dar explicações sobre a assembléia geral dos alunos realizada para aprovar o estatuto do diretório universitário que está sendo criado. Agora, os estudantes querem que a Reitoria identifique os responsáveis pela invasão e devolva o material apreendido.

## MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO

### E AGORA: A MIRACULOSA TESE DO CRESCIMENTO DO BOLD E SUA POSTERGADA DISTRIBUIÇÃO - GOLA GOL - JORNAL DO DCE DA UFMG - 7/01/75

O modelo brasileiro de desenvolvimento tem deixado o país cada vez mais rico. Sai ano, entra ano, ele mais produz e mais exporta. O Brasil, por isso, atrai o entusiasmo e a cobiça do mundo financeiro internacional. Segundo os banqueiros internacionais, aqui existe "um clima altamente propício às atividades produtivas", querendo com isto render homenagens à legislação econômica extremamente favorável ao capital estrangeiro, e à legislação trabalhista, a qual faz com

que os trabalhadores brasileiro sejam os mais ordeiros e dedicados no trabalho, contrastando com os seus agitados companheiros da Europa.

No entanto, os trabalhadores brasileiros, cujas mãos geram toda a riqueza, não partilham desse entusiasmo. De fato, eles, que fazem o Brasil cada vez mais rico, recebem, em sua maior parte, salário-mínimo ou até menos. O que vigora em MG é o de Cr\$414,00. Quatrocentos e catorze cruzeiros para dar subsistência a uma

família. Pode?! Uma família de trabalhadores pode matar a fome, vestir-se decentemente, instruir-se ao mínimo para viver na sociedade moderna, etc, com essa remuneração? E o que dizer então dos trabalhadores do campo? São cada vez em maior número expulsos de seus lotes de terra e obrigados a "viverem" em favelas, nas cidades do interior, transformando-se em meros trabalhadores de encomen-



da, de ocasião, das atividades agrícolas. Sua paga, é por essas circunstâncias, ainda mais miserável.

Assim, o modelo de desenvolvimento que se impõe hoje à sociedade brasileira à medida em que torna "enriquecido" o país, sob o "furor" das altas taxas de crescimento, deixa em seu rastro, para maioria da população, a contrapartida irônica:

- crescimento e concentração de renda;
- crescimento econômico e marginalização social;
- crescimento econômico e participação política negativa.

## O FERMENTO DO BOLO

Eduardo Nicolau, 14 anos, operário de uma grande indústria paulista, já tem razões para duvidar da exatidão da aritmética. Por muitas razões ele não conseguiu compreender o descompasso existente entre o número de horas extras que julgava haver trabalhado, e o dinheiro contido no envelope de pagamento. Embora várias vezes conferisse o cálculo, nunca acertava inteiramente. E o que é praticamente notável - jamais errou a conta para menos: nunca teve a alegre surpresa de encontrar no envelope mais dinheiro do que acreditava merecer pelo número de horas trabalhadas (Opinião).

Esta estória é representativa de toda a história do trabalhador brasileiro principalmente na última década. E se cavarmos mais fundo veremos que este é um trecho importante da história do modelo brasileiro.

1 - Segundo Delfim Neto, ex-ministro da Fazenda: "é preciso deixar que o bolo cresça para depois distribuí-lo" - e o bolo cresceu.

Afinal, o que serviu de fermento a este bolo?

a) o aumento do custo de vida para a classe trabalhadora de junho do ano passado a junho deste ano foi de 33,82 por cento. Esse aumento superou largamente os reajustes salariais do período, que foram em torno de 20 por cento. (DIEESE).

b) a existência de uma grande volume de mão-de-obra desempregada no Brasil é um dos mecanismos que força a baixa dos salários. Esse desemprego atinge principalmente os mais jovens, aos quais as empresas pagam menos. Aproveitando-se disso, as empresas, para não pagarem salários mais altos, despedem seus empregados mais velhos, que ainda tem condições de trabalhar, substituindo-os pelos de menor idade.

c) apesar do controle oficial sobre os salários, tem havido denúncias de artimanhas

das empresas especialmente destinadas a diminuir os "aumentos" salariais que o governo fixa. Uma das formas seria despedir empregados na época da concessão dos reajustes o que vem sendo feito sistematicamente pelas grandes indústrias automobilísticas de São Paulo. Com isso as empresas estão reduzindo as despesas readmitindo esses mesmos empregados em categoria inferior, fazendo com que eles não se beneficiem dos reajustes legais.

d) são inúmeras as evidências do alargamento da jornada de trabalho para 10,12 e até 14 horas. Em São Paulo, na quase totalidade das indústrias metalúrgicas, os operários além das duas horas extras legais trabalham mais uma hora e meia durante a semana para compensar os sábados. Neste dia, no entanto, eles trabalham também oito horas.

2 - Do pronunciamento do General Geisel na primeira reunião de seu ministério em Brasília:

"A prioridade no. 1 da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real, compatíveis com os registrados nos últimos anos".

## e a distribuição?

Moral da estória: Eduardo Nicolau vai continuar tendo dúvidas sobre a exatidão da aritmética até que ele entenda que não são as contas que explicam o problema...

## A QUEM SERVE TUDO ISSO?

O resultado da distribuição de renda discriminada resulta, para grossas camadas populares, uma inevitável marginalização, sejam operários, suboperários, indígenas, posseiros, meeiros ou desempregados. Procure dentro das seguintes afirmações refletir sobre a pergunta: a quem serve tudo isto?

a) em alimentação temos 40 milhões de brasileiros que são subnutridos ou subalimentados, sendo a fome a grande endemia no Brasil;

b) a mortalidade infantil por subnutrição atinge níveis inaceitáveis: 65 por cento das mortes ocorridas em crianças de idade entre 0 a 5 anos na Região do Grande Recife é causada pela fome;

c) em São Paulo, estado de maior renda per capita do país, 45 por cento das mortes verificadas em crianças de 1 a 4 anos são ocasionadas pela desnutrição associada aos problemas de saneamento básico;

d) este saneamento, por outro lado, é difícil de ser atingido uma vez que a evolução dos gastos do governo federal com a saúde

diminui progressivamente desde 1966, passando de 4,3 por cento da receita federal para 0,9 por cento em 1970;

e) os índios também são dos que sofrem as consequências do modelo brasileiro. Eles vivem em constante contradição com a incansável abertura de estradas, que invadem suas terras.

E saem sempre perdendo: são obrigados a deixar o lugar onde vivem para os tratores e caminhões.

## POR QUE VOCÊ VOTOU?

Neste ano que passou, você teve que se virar. Realmente a barra pesou. O dinheiro encurtou ainda mais, e os preços não deram sossêgo. Quando chegou o fim do ano você viu gente na televisão falando contra isso.

E contra muitas coisas mais: a falta de liberdade, o fracasso dos planos do governo os magros salários. No início, você tentou achar aquilo tudo até mais engraçado. Mas você resolveu tomar uma atitude séria e protestar também. Realmente, a vida não está para brincadeiras. Se seu voto foi um dos 13 milhões alcançados pelo MDB nas eleições para o Senado, contra os 7 milhões da ARENA: seja franco. Responda a esta pergunta: POR QUE VOCÊ VOTOU?

a) as taxas. Para tudo tem que se pagar taxas. Só o cursinho me levou esse ano Cr\$200,00 por mês. E na inscrição do vestibular (que eu nem sei se vou passar) me tiraram Cr\$161,00. Isso sem falar nos preços em geral, que já perdi de vista.

b) acho que as coisas não podem continuar como estão. Outro dia li no jornal (Jornal do Brasil de 26 de out) que um tal de Josenil Navarro após ter "doado" sangue por 25 cruzeiros caiu morto sob o peso das compras que havia feito para a família com o dinheiro: batata, cebola, macarrão, café e galinha. Ele fazia isso há muito tempo para sobreviver, pois estava desempregado e não tinha outra maneira de sair da situação. Todo dia eu leio dessas coisas no jornal...

c) e além disso, há o problema da liberdade de expressão: os jornais não dizem nada, os filmes são retalhados, as músicas proibidas e muitos livros recolhidos. Lá no meu colégio, por exemplo, não se pode publicar nada que não passe antes pelo "Professor-censor". E já aconteceu de eles punirem colegas meus pela distribuição de jornais já censurados pelo tal professor...

d) o MDB, na realidade, não é saída para esses problemas, mas mesmo assim eu resolvi votar. Se não mudar nada do que está aí, pelo menos todos vão saber que a gente quer que as coisas mudem.



# OPERARIOS DESAPARECIDOS

ESP-20/2/75

Deram entrada ontem no Superior Tribunal Militar três pedidos de "habeas-corpus" envolvendo quatro pessoas que desapareceram no decorrer deste mês. Um dos "habeas-corpus" foi feito em favor de

Essio Rossto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, preso no dia 12 em sua residência por elementos que se diziam pertencer ao DOI-CODE, de São Paulo.

Ainda de São Paulo foi impetrado um pedido em favor do padeiro Gentil Neves Correia, detido em sua residência no ultimo dia 5. A prisão foi feita, segundo sua esposa, por um individuo que se identificou como sendo do Serviço Secreto do Exército.

Outro pedido foi feito em favor da operaria Efígenia Maria de Oliveira (ou Efígenia Maria Viana) e da estudante universitária Maria Luiza Garcia Rosa, a primeira residente em Belo Horizonte e a segunda na Guanabara. Ambas foram presas no dia 16, na residência de Efígenia por elementos que se diziam do DOI-CODE, da Quarta Brigada do I Exército e da Polícia Federal de Belo Horizonte, como os demais, sem qualquer ordem escrita de autoridade competente.

## DESAPARECIDO-I

ESP-4/3/75

O presidente da ABI, Elmano Cruz, recebeu carta da jornalista Leda Ebert, de São Paulo, nos seguintes termos: "Levo ao seu conhecimento que meu marido, o jornalista Milton Coelho da Graça foi preso de forma ilegal na noite do ultimo dia 26, em nossa residência, quando voltávamos do trabalho, às 20 e 30. Meu marido foi levado por cinco pessoas armadas, à paisana e que não se identificaram, dizendo apenas que ele iria para a 36.a Delegacia, e que naquela mesma noite voltaria para casa. Meus esforços para localizá-lo foram infrutíferos. Mas consegui saber, com razoável segurança, que meu marido está preso, em regime de absoluta incomunicabilidade, no DOI — Departamento de Operações Internas, na rua Tutóia 921, nesta cidade. Solicito à ABI, como é de sua tradição, empenhe o seu prestígio no sentido de restituir a liberdade e quebrar imediatamente a incomunicabilidade imposta a meu marido".

## DESAPARECIDO-II

ESP-11/3/75

Deu entrada ontem, no Superior Tribunal Militar, a ordem de "habeas corpus" impetrada em favor do engenheiro Ali Aldersi Saab, desaparecido dia 5 e que, segundo a petição, estava na fazenda de seu pai, em Ivaiporã, no Paraná, quando foi preso por agentes policiais. Na tarde do mesmo dia, consta ter sido visto no interior de uma viatura, juntamente com mais quatro pessoas, em direção a São Paulo. Dias antes, sua casa havia sido invadida por elementos que se identificaram como policiais do Codi-Doi de São Paulo.

## DESAPARECIDO-III

ESP-14/3

O advogado Idíbal Almeida Piveta enviou carta ao ministro Armando Falcão, da Justiça, pedindo informações sobre o paradeiro de Issami Nakamura Opano, desaparecido há nove meses. Ele cumpriu pena de dois anos de prisão, condenado pela 2.a Auditoria de Guerra da 2.a CJM, e estava há um ano e meio em liberdade.

## DESAPARECIDO-IV

ESP-14/3

O advogado Oswaldo Mendonça impetrou habeas-corpus, ontem, junto ao Superior Tribu-

al Militar em favor do engenheiro João Felipe Sampaio Lacerda, preso na ultima segunda-feira, em seu escritório no centro do Rio. Como autoridades catoras são cidades o comando do 1.º Exército e do DOPS.

Outro habeas-corpus foi apresentado ao STM pelo advogado José Carlos Dias, de São Paulo, em favor do jornalista Hiran de Lima Pereira, de 62 anos, que está desaparecido desde a segunda quinzena de janeiro. As tentativas de localizá-lo junto ao 2.º Exército e ao DOPS, em São Paulo, e no 1.º Exército, no Rio, foram infrutíferas.

## DESAPARECIDO-V

ESP-15/3

Autoridades da área de segurança, advogados e a própria OAB permanecem na mesma posição com respeito à situação do ex-deputado Jaime Amorim de Miranda, desaparecido a 4 de fevereiro, pois autoridades, 1.º Exército e Ministério da Justiça negam sua prisão. Sua esposa, Elza Rocha de Miranda, denuncia: "ele me disse que foi preso por indivíduos que se diziam da área de Segurança, na Guanabara, em 4 de fevereiro.

ESP-3/75



Encontra-se desaparecido, sem nenhum motivo de ordem pessoal, desde o dia 15 de janeiro, o Sr. Elson Costa, filho de João Soares da Costa e Maria de Novas Costa, natural de Prata, Estado de Minas Gerais, nascido a 26 de agosto de 1913. Respondeu a diversos processos políticos e era conhecido também pelo nome de Manoel Souza Gomes. Segundo a vizinhança onde morava, à rua Timbiras, 199, Santo Amaro, foi dali retirado por um grupo de pessoas e colocado num automóvel junto às Auditorias Militares, DEOPS, Superior Tribunal Militar e Ministério da Justiça, foram, inúteis, até agora, as diligências empregadas para descobrir seu paradeiro. Sua mulher, desesperada, apela para as autoridades de todo o país para que ajude-na a descobrir seu marido, podendo qualquer informação ser fornecida para rua Paes de Araujo, 31, Itaim.

São Paulo, 10 de março de 1975  
OGLAER DE SOUZA COSTA

## PESSOA DESAPARECIDA

ESP-31/1/75



## Eduardo Collier Filho e Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

Estão desaparecidos desde 23 de fevereiro de 1974 quando visitavam parentes na Guanabara, EDUARDO COLLIER FILHO, 25 anos, estudante de Direito, que respondia a um processo por atividades políticas na 2.a Auditoria Militar de São Paulo e seu amigo FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, 26 anos, casado, que residia à Rua Diana, 699 — SP, funcionário do D.A.E. do mesmo Estado e estudante de Direito. Indagações formuladas junto a Hospitais, Necrotérios e Autoridades, inclusive ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR foram inúteis e a família de Eduardo Collier Filho, desesperada, apela a quem souber do destino de Eduardo e de seu amigo Fernando Augusto. Informações à Rua Santa Clara n.ºs 358/101, Copacabana, Rio. GB, ou pelo telefone 235-9177 ou em Olinda, Pernambuco, à Rua Manoel de Barros Lima, 210 — Telefone 29-0442.

RISOLETA MEIRA COLLIER  
Rio, 22 de janeiro de 1975



ESP-31/1/75



## JOAQUIM PIRES CERVEIRA JOÃO BATISTA RITA PEREDA

Está desaparecido desde 5 de dezembro de 1973, o ex-Major do Exército Brasileiro, Joaquim Pires Cerveira e o estudante brasileiro, João Batista Rita Pereda. Foi pedido pelo advogado do Major Cerveira, no Rio de Janeiro, a reabertura do processo que ele responde na 2.a Auditoria da Marinha.

Houve indagação de seu destino junto a todos os órgãos de segurança, o que resultou inútil. Rogamos a quem tiver qualquer informação de seu paradeiro, entre em contato com Maria de Lourdes Cerveira ou Neusa Cerveira, pelo telefone: 235-0707, na rua Barata Ribeiro n.º 189, apto. 603, Copacabana, Rio de Janeiro, GB. Ou com seu advogado — Dr. Moesto da Silveira.

Neusa Cerveira.

## PROFESSOR SEQUESTRADO CONTINUA DESAPARECIDO

Das sucursais **ESP**  
22/3/75

Durante todo o dia de ontem os familiares do professor de Matemática e Física Décio Nunes Floriano, preso quinta-feira em sua residência, em Porto Alegre, tentaram localizá-lo, sem êxito. Uma filha do professor comunicou a prisão ao líder do MDB na Assembléia Legislativa gaúcha, deputado Léllo Souza, contando que seis homens, vestidos à paisana, invadiram sua casa quando almoçavam, prendendo Décio Nunes Floriano sem a apresentação de nenhum mandado judicial.

Segundo ela, os desconhecidos disseram ser agentes da Polícia Federal, mandaram as mulheres sair da sala e revistaram toda a casa, apanhando quatro ou cinco livros que se encontravam na biblioteca do professor, entre os quais "Ascensão e Queda do III Reich", de William Shirer. A filha de Nunes Floriano também informou ao líder oposicionista que os homens, antes de sair — em dois carros, um Opala e um Corcel, levando o professor — disseram que "não deveríamos fazer escândalo, porque não queriam cometer violências".

Ex-professor do Colégio Estadual Julio de Castilhos, expurgado em 1964, Nunes Floriano ultimamente vinha se submetendo a um rigoroso tratamento gastro-intestinal além de não possuir um dos pulmões e a vesícula biliar, o que levou os familiares a ficarem preocupados com o seu desaparecimento, diante do seu estado de saúde.

Também em Porto Alegre, o presidente da Seção da Ordem

dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul, Justino Vasconcelos, informou ontem que até agora não obteve nenhuma resposta do ofício que enviou quinta-feira ao general Oscar Luis da Silva, comandante do III Exército, tentando estabelecer contato com três advogados e dois jornalistas presos na capital gaúcha. Mesmo assim ele foi conversar com o auditor de Guerra, Dorvalino Tonin, em nova tentativa para quebrar a incomunicabilidade dos detidos e encaminhar-lhes as roupas enviadas por seus familiares.

Durante o encontro, o auditor prometeu que mandará funcionários da Auditoria de Guerra às residências dos presos, a fim de buscar os pacotes que os parentes queiram enviar-lhes. Dorvalino Tonin também prometeu que procurará transmitir aos familiares "as mensagens que os presos tenham para mandar-lhes".

Além dos jornalistas João Batista Aveline (chefe de reportagem de "Zero Hora") e Anibal Carlos Bendatti, da Editora Milha, continuam incomunicáveis os advogados José Gay Cunha, Honorio Campos Peres e Fernando Barcelos de Almeida, supondo-se que o professor Nunes Floriano esteja na mesma situação.

Ontem, deram entrada no Supremo Tribunal Militar duas ordens de habeas corpus impetradas pelos advogados Airtton Soares e Elizabeth Diniz Souto em favor dos advogados José Gay Cunha e Ieda Santos Delgado, esta presa em São Paulo dia 11 de abril de 1974.

Na petição, argumentam que José Gay Cunha foi preso dia 18, em seu local de trabalho, na

Caixa Econômica Federal de Porto Alegre, por agentes que diziam pertencer ao Codi e ao DOI, embora não tivessem apresentado qualquer ordem escrita de autoridade competente. Poucas horas após a prisão, segundo os advogados, a residência do suspeito foi invadida à força por oito homens, "numa demonstração de arbitrariedade e vandalismo".

Airtton Soares e Elizabeth Diniz Souto apontam como autoridades coatoras o comandante do III Exército, o Codi, a Polícia Federal e o DOPS do Rio Grande do Sul.

Na ordem impetrada em favor de Ieda Santos Delgado, esclarecem que ela foi presa em 11 de abril de 1974, em São Paulo, por elementos que se diziam do DOPS e, logo após a prisão, sua mãe, d. Eunice Santos Delgado, recebeu um telefonema anônimo informando-lhe que a filha estava detida no DOI de São Paulo. Em outubro de 1974, d. Eunice recebeu outro telefonema, igualmente anônimo, de uma pessoa que afirmou ter visto a advogada presa no DOI.

Os advogados de Ieda Santos Delgado argumentam, no pedido apresentado ao Superior Tribunal Militar, que todas as buscas feitas com o objetivo de localizá-la, desde a sua prisão, foram frustradas, "inclusive através de três habeas corpus impetrados junto ao STM".

Airtton Soares e Elizabeth Souto apontam, como sendo as autoridades coatoras, os comandantes do I e II Exército, o comandante da 4.ª Região Militar (Minas Gerais), as Polícia Federal, os DOPS, os Codi e DOIs de São Paulo, Guanabara e de Minas Gerais.

**OAB**

ESP  
21/3/75

## em reunião permanente

Apesar da nota divulgada na noite de quarta-feira, pelo comandante do III Exército, general Oscar Luis da Silva, se responsabilizando pelas prisões de seis elementos — entre eles três advogados e dois jornalistas — ocorridas em Porto Alegre há quatro dias, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio Grande do Sul, continua em reunião permanente, tentando obter uma informação sobre o paradeiro e a situação dos detidos. Ontem à tarde, o presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Justino Vasconcelos, dirigiu ofício ao comandante do III Exército nesse sentido, embora o bacharel Dorvalino Tonin, titular da 1.ª Auditoria da Justiça Militar, tenha visitado os detidos, informando que "eles estão sendo bem tratados e não sofreram violência de qualquer espécie". De acordo com suas informações, os presos permanecerão dez dias em regime de incomunicabilidade e, findo esse prazo, poderão receber visitas de familiares e parentes.

Conversando com familiares dos advogados e jornalistas que estiveram ontem à tarde na OAB, em busca de uma orientação, Justino Vasconcelos afirmava que tentará nas próximas horas um contato pessoal com os presos. A esposa do jornalista João Batista Aveline, secretário do jornal "Zero Hora", disse ontem que sua maior preocupação, além da falta de notícias, é que ele sofre de uma úlcera no estômago e precisa tratar-se com medicamento especial e dieta rigorosa.

## ENTIDADE DEFENDE ENGENHEIRO PRESO

ESP-22/3/75

O presidente em exercício do Clube de Engenharia, Wilson Ribeiro Gonçalves, informou ontem que anunciará segunda-feira as providências que couberem à entidade em face das denúncias sobre torturas sofridas na prisão pelo engenheiro Pedro Celestino da Silva Pereira Filho.

Wilson lembrou que, quando da prisão, o Clube enviou ofício ao secretário da Segurança, general Antonio Faustino da Costa, pedindo-lhe que Pedro Celestino recebesse um tratamento condigno. O general confirmou a presença do engenheiro numa prisão do DOPS, sob a acusação de infração da Lei de Segurança Nacional, e acrescentou que ele estava sendo bem tratado.

## PRISÕES CONFIRMADAS

ESP-18/3/75

O DOPS da Guanabara comunicou à Justiça Militar, ontem, a prisão do engenheiro Joat Felipe Sampaio Lacerda, preso em seu escritório, no centro do Rio, no dia 10 deste mês. O ofício não esclarece o motivo da prisão, que se sabe estar ligada às diligências que apuram atividades subversivas do extinto Partido Comunista Brasileiro. No Superior Tribunal Militar há um pedido de habeas corpus em favor do engenheiro, que já foi presidente do sindicato da classe.

O advogado carioca Evaristo de Moraes Filho deu início, ainda ontem, na Guanabara, à procura do inspetor escolar Celso Cordeiro, desaparecido desde o dia 12. Sua família só obteve informações no colégio "Café Filho", de Vila Kennedy, na manhã de sábado, apurando então que Celso Cordeiro foi sequestrado por indivíduos armados que se identificaram como militares e orientaram o diretor do colégio para nada dizer à família.

ESP-4/3/75

O gabinete de comando do 1.º Exército confirmou, ontem, a prisão do jornalista Fausto Guimarães Cupertino — 1.º secretário da Associação Brasileira de Imprensa — esclarecendo que ele se encontra no batalhão da PE, na Tijuca. A informação foi prestada ao presidente da ABI, desembargador Elmano Cruz, que compareceu àquela unidade em companhia de Wilma Santana Areas, mulher de Fausto. No sábado, fontes do mesmo gabinete confirmaram, também, a prisão do engenheiro Pedro Celestino.

Nenhuma notícia foi obtida, no entanto, com relação ao paradeiro dos advogados Jaime Amorim Miranda e Roberto Camargo, o primeiro desaparecido desde o dia 4 de fevereiro e o segundo preso na sexta-feira, em seu escritório. Não havendo recebido resposta ao telegrama que enviou às autoridades a esse respeito, o presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Guanabara, Virgílio Donnici, solicitou audiência ao general Rey-

naldo Mello de Almeida, comandante do 1.º Exército. O encontro deverá ser o segundo que o presidente seccional da OAB mantém com o general Reynaldo, pois há 15 dias já estivera em seu gabinete, em companhia do advogado José Ribeiro de Castro Filho, presidente do Conselho Federal da Ordem.

ESP-13/3/75

O juiz-auditor Mário Moreira de Souza, da 1.ª Auditoria de Aeronáutica, enviou ofício ao comandante do 1.º Exército, general Reginaldo Mello de Almeida, autorizando os advogados Augusto Sussekind de Moraes Rego, Manoel de Jesus Soares e Alcione Pinto Barreto a avistar-se com o jornalista Fausto Guimarães Cupertino, preso no último dia 26. Primeiro-secretário da Associação Brasileira de Imprensa, Cupertino está recolhido ao quartel da Polícia do Exército e indiciado no inquérito que apura atividades subversivas do extinto Partido Comunista Brasileiro.

# JORNALISTAS JORNALISTA TORTURADO

## TORTURADOS

ESP-11/3/75

Somente ontem, 13 dias depois que foram presos e — segundo afirmam — espancados por policiais do DOPS, em Belo Horizonte, é que foram extraídas as guias do exame de corpo de delito que os jornalistas Gilson Menezes e Carlos Antonio Barbosa terão de fazer por determinação da Corregedoria de Polícia, que apura a denúncia. Ambos disseram que foram espancados para contar quem havia escrito uma matéria referente à prisão de algumas pessoas e que teria desagradado aos policiais.

Os dois jornalistas foram presos dia 24 de fevereiro quando se encontravam na Lanchonete "Quibelanche", no centro de Belo Horizonte, pelos policiais Geraldo Ferreira, Dirceu Antonio e Antonio Marcelino, que estavam acompanhados do subinspetor Romeu Rocha. Gilson Menezes, ao depor na Corregedoria, disse que viu seu colega ser torturado pelos agentes do DOPS. Carlos Antonio declarou que, além de socos, levou choques elétricos e acabou "assinando uma confissão onde afirmava ser homossexual e viciado em maconha". Na Corregedoria, negou o teor de seu depoimento e explicou que assinou a confissão "por medo de novas torturas".

O subinspetor Romeu Rocha, em seu depoimento, disse que resolveu prendê-los porque "os rapazes se apresentavam da maneira típica dos hippies, com cabelos e barbas grandes e bolsa a tiracolo". Os policiais envolvidos já estão suspensos de suas funções e serão inquiridos pela Corregedoria.

O jornalista Antônio Carlos de Carvalho foi libertado ontem pelas autoridades do Dops, às 13 e 30, depois de um sequestro que durou 15 horas e meia, com quase duas horas de espancamento. Os agentes da Segurança Nacional pretenderam extrair do jornalista informação sobre o paradeiro de um parente de sua mulher, há vários dias foragido. Na mesma hora em que Antônio Carlos foi detido — anteontem, às 22 horas — agentes do Dops prenderam um cunhado do foragido político, Antonio Negro de Sá, solto junto com o jornalista.

Depois do interrogatório sobre o paradeiro do seu parente afim, e identificado como jornalista dos quadros de "O Estado de S. Paulo", Antônio Carlos foi submetido a outra linha de indagação: os agentes queriam saber que funcionários da sucursal do jornal eram encarregados de buscar em São Paulo "as páginas censuradas". A resposta foi que ninguém ia a São Paulo e que as páginas eram encaminhadas à sucursal do Rio, como às outras sucursais, por determinação da direção, que assim agia para manter o pessoal informado da ação da censura. Como indagação final, os agentes tentaram envolver Antônio Carlos de Carvalho numa reunião de apoio à reeleição do deputado Lisaneas Maciel. Ante a negativa, o interrogatório foi suspenso.

### Espancamento

Assim que chegou ao aparelho policial, Antônio Carlos recebeu ordem para despir-se e vestir um macacão sem mangas e de calça curta. Encapuçado desde o momento em que foi preso em sua casa, em

Lins de Vasconcelos, Antônio Carlos começou a perceber os preparativos para o interrogatório.

Pouco menos de uma hora antes, ele estava em casa, quando três agentes do Dops o prenderam. Toda a sua residência foi revistada. Os agentes procuravam "o jornalzinho" e o endereço do primo de sua mulher, Henrique João Cordeiro Filho. Em meio à revista, Antônio Carlos perguntou se os agentes tinham o mandado de busca.

Foi-lhe mostrado um papel e ele conseguiu ler o seu nome. Porém, não deixaram que lesse o nome de quem exarara o documento. Uma rubrica aparecia sobre a palavra "autoridade". Feita a revista, os agentes reuniram uns papéis e um livreto de Franklin de Oliveira, devolvidos na hora da libertação.

Numa das salas do aparelho policial, para onde foi levado num "Corcel", Antônio Carlos começou a ser indagado sobre o paradeiro de Henrique. Não sabia. Encontrara-se pela última vez com ele no Natal, em reunião da família. A pergunta se repetia: onde está Henrique João? A resposta era a mesma. Minutos depois, os agentes começaram o espancamento.

Os socos se sucediam, no estômago, nos rins, no fígado. As mãos dos agentes pareciam estar com luvas. Depois, os socos passaram para a cabeça, de cima para baixo. Para isso, ele foi posto ajoelhado. O efeito que esses golpes provocaram era quase insuportável. Enquanto batia, o agente gritava: "Você quer ficar maluco?" A indagação se repetia e era tão torturadora quanto as pancadas.

## DEA ESPERA RESPOSTA SOBRE COLLIER

ESP-1/3/75

A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, em ofício enviado à mãe de Eduardo Collier Filho — um dos presos políticos apontados como desaparecidos — informou que o governo brasileiro solicitou prorrogação do prazo para o envio de informações a seu respeito e de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. O pedido do Brasil é datado de 6 de fevereiro.

No ofício, assinado pelo secretário-executivo, Luis Requz, e procedente de Washington, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos comunica que solicitou informações sobre os dois presos políticos ao governo brasileiro em duas oportunidades, a 14 de agosto e 17 de dezembro de 1974. Neste último ofício, a comissão reiterava o pedido de informações do primeiro, conforme decisão tomada no 34.º período de sessões da CIDH, em outubro.

Enquanto isso, em Brasília, durante visita à Câmara, a mãe de Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira dizia aos deputados do MDB: "É mentira, mentira, mentira. Não creio que ele esteja desaparecido. Ele disse a mim que nunca sairia do País sem me avisar". Familiares de Eduardo Collier Filho, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Isis Dias de Oliveira e Ieda Santos Delgado estiveram ontem com os líderes da oposição na Câmara e Senado, com o presidente do Congresso, senador Magalhães Pinto, e com o ministro Alomar Baleeiro, do Supremo Tribunal Federal, solicitando sua interferência para a localização dos presos.

# Uma família pressionada para denunciar o foragido

ESP-21/3/75

O DOPS do Rio de Janeiro prendeu um irmão, um cunhado e um primo afim do jornalista Henrique João Cordeiro Filho — a quem procura sob acusação de exercer atividades subversivas — e revistou ainda a residência de seu cunhado, o ator e compositor Mário Lago. Diante desses fatos e da constante vigilância a residências de outros parentes do jornalista, sua família comunicou ao advogado Evaristo de Moraes Filho "o estado de insegurança em que se encontram seus membros", mantidos sob "limitada ameaça, que pesa sobre não se sabe quantas pessoas".

As prisões começaram no último dia 10, quando o inspetor educacional Celso Cordeiro — irmão do jornalista procurado — foi detido no Colégio Café Filho, onde trabalha, no subúrbio carioca de Vila Kennedy, sendo submetido a maus tratos e a cerrado interrogatório para dizer onde se encontrava Henrique. Celso foi solto anteontem à tarde.

À noite, os agentes do DOPS prenderam o jornalista Antonio Carlos de Carvalho, sub-secretário da Sucursal—Rio de "O Estado", casado com uma prima de Henrique João Cordeiro Filho. Na mesma noite, foi pre-

so Antonio Negrão de Sá, casado com uma irmã de Henrique. Os dois foram libertados ontem, depois de 15 horas e meia de detenção.

### BUSCA

"Onde está Henrique?" foi a pergunta insistentemente repetida ao ator Mário Lago, sua mulher e seus filhos, quando, ainda na noite de anteontem, dois agentes da polícia política estiveram em sua casa, exibindo mandado de busca e apreensão contra o jornalista. Os policiais revistaram o quarto de Celso Cordeiro, cunhado de Mário Lago.

### CARTA A GEISEL 13/3

Jurema Andreotti Guidetti, residente em São Paulo, enviou carta ao presidente da República informando que seu pai, Marcos Andreotti, metalurgico aposentado, membro das Direções da Associação dos Metalurgicos Aposentados do Estado e da Sociedade de Melhoramentos do Bairro de Capuava, em Santo André, está sendo procurado por agentes do DOI-CODI do 2.º Exército. Segundo a carta, ao saber que os agentes o procuravam, Andreotti fugiu em companhia da mulher. Agora, de acordo com informações de vizinhos, Jurema diz-se ameaçada de prisão, juntamente com seu marido e filhos, "a fim de obrigar meu pai a se entregar". Ela pede que o presidente lhe dê garantias. "Já consultei meu pai e ele me disse que confia no sr. e que, por isso, ao sr. ou a quem o sr. determinar ele se apresenta, pois nada tem a temer, a não ser a violência dos agentes do DOI-CODI do II Exército".

# OPERARIOS ESPANCADOS PELA POLICIA

ESP-28/2/75

Para quem, como nós, vem acompanhando a gradativa expansão da violência, não constitui surpresa o espancamento de operários pelos componentes de algumas viaturas policiais, chamados horas antes para acalmar os mais exaltados, que, no canteiro de trabalho, protestavam contra o jantar que lhes era oferecido.

Os reclamantes, aliás, tinham razão, tanto que os responsáveis pela construção rescindiriam o contrato com a empresa fornecedora de refeições. Os agentes, porém, não quiseram saber de nada. As 23 horas os trabalhadores estavam dormindo quando foram acordados pelos policiais militares, armados de longos "cassetetes"

e metralhadoras, distribuindo pancadas e disparando rajadas para o ar e para o chão. Ninguém escapou. Houve mesmo quem se atirasse do segundo pavimento (ou fosse jogado pela janela), tal a ferocidade da carga.

Seiscentos homens, distribuídos em cinco dormitórios, foram atacados. Os operários acordavam, eram espancados, corriam para a escada, eram novamente espancados, acabavam encostados na parede, com as mãos na nuca, quando então recebiam ameaças de repetição da dose. Como saldo, oitenta feridos, com mãos, braços e pernas quebradas, rostos inchados, vergões pelo corpo (um com bala de metralhadora no

pé), os quais foram levados pela firma construtora para o Hospital São Paulo, da Faculdade Paulista de Medicina.

Ninguém tem condições de entender como fatos dessa ordem possam acontecer em uma cidade civilizada como São Paulo. Estamos diante da pior de todas as violências, porque praticada por indivíduos que, teoricamente, deveriam garantir a ordem. Que são pagos para assegurar a tranquilidade da população, que inclui o sono dos homens cansados, que passam o dia no trabalho pesado das construções. E que chegam ao ponto de investir contra operários humildes, que repousam em dormitórios coletivos, arrancados do leito aos golpes

furiosos de soldados que amanhã talvez sejam dados como anjos inocentes, pois teriam agido "no estrito cumprimento do dever legal".

Os responsáveis por essa inadmissível agressão estão certos da impunidade, convencidos de que basta ser da polícia para fazer jus à simpatia popular, bem assim à "compreensão" de certas autoridades. Se não forem reprimidos, continuarão a fazer multiplicadas violências, porque em São Paulo, cada dia que passa, a força bruta mais prevalece sobre os sentimentos das criaturas.

Esse episódio não envergonha apenas os que nele se envolveram. Envergonha, isso sim, todo o povo de São Paulo.

## CARTA A GEISEL DENUNCIA TORTURAS

"Senhor presidente: Após um mês de aflições e insegurança, período durante o qual eu, meus filhos, advogados e amigos, batemos às portas dos Ministérios da Justiça e do Exército, do Congresso, de guarnições e de delegacias do Rio e de S. Paulo na busca desesperada de uma informação correta sobre o paradeiro e a verdadeira situação de meu marido, o ex-deputado federal Marco Antonio Tavares Coelho — após tudo isso, Senhor Presidente, rompeu-se afinal o silêncio desumano e por 10 minutos foi levantado, no DOI em S. Paulo, o regime de incomunicabilidade em que ele se acha preso. E eu pude vê-lo.

Mas, Senhor, o que vi foi o bagaço de um homem descarnado pela tortura e os maus tratos. Meu marido perdeu em um mês cerca de 30 quilos; seus braços — que os algozes nem me procuraram esconder, como se houvesse o propósito de aniquillar-me com uma exibição de força ao mesmo tempo esmagadora e feroz, indubitável e impune — apresentam-se roxos e inchados, tais e tantas marcas visíveis dos golpes e picadas da tortura; estão desarticulados e as mãos insensibilizadas pelos choques elétricos que lhe aplicam... (três palavras ilegíveis)... limitados às suas mãos agora insensíveis — mas também aos ouvidos, fato sem dúvida capaz de levar qualquer ser humano à loucura ou, na melhor das hipóteses, à surdez.

Isto, Senhor Presidente, o que me foi dado ver nos dez minutos que me concederam o II Exército e as autoridades do DOI, em São Paulo.

E debaixo de ameaças tais como: seu marido sabe muito senhora, e ele vai ter que contar tudo o que sabe; a senhora não diga nada lá fora para não

ficar pior. Com veladas ameaças, também a mim e a meus filhos.

Matem o meu marido, mas não o torturem! Não o aviltem, pelo amor de Deus! Peço a V. Exa. uma providência urgentíssima no sentido de fazer cessar a tortura, confiá-lo à Justiça, levantar o silêncio e a incomunicabilidade que sofre, uma providência que faça conforme o que disse em seu pronunciamento pela televisão o senhor ministro da Justiça, isto é: que os presos políticos seriam processados e condenados legalmente pela Justiça do País. E apresse-se, senhor presidente, se apresse, ou a Justiça e o mundo passarão pelo dissabor de vir a saber que a violência e a intolerância fizeram neste País mais um cadáver. Respeitosamente, Terezinha de Castro Tavares Coelho".

### Nota do ministro

é contestada ESP 1/3/75

Advogados da Guanabara manifestaram ontem sua estranheza pelo fato do ex-deputado Marco Antonio Coelho não ter sido imediatamente apresentado a um juiz de Execuções Penais e recolhido ao presídio onde deveria cumprir pena a que está condenado. O ex-parlamentar está detido no DOI de São Paulo, acusado de atividades subversivas.

Por outro lado, o laudo emitido quarta-feira pelos médicos Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, do Instituto Médico Legal de São Paulo, sobre o estado de saúde do ex-parlamentar e divulgado pelo Ministério da Justiça, está sendo considerado "uma simples descrição anômica" por médicos cariocas.

Segundo estes, o laudo contém 200 palavras na definição do biotipo do preso, o que

nada tem a ver com a perícia, e somente oito palavras para dizer que se constatou "apenas discreto edema na região maleolar direita", isto é, no rosto.

Os médicos frisam que o laudo deveria se alongar mais neste ponto, "já que um edema, embora discreto, não é normal no corpo humano". Segundo eles, caberia à perícia apurar a natureza e a origem desse fato anormal, "pois é para isso que se fazem exames de corpo de delito".

Em São Paulo, o boletim do Centro de Informações Ecclesia acrescentava que o cardeal Arns foi impedido de visitar o ex-parlamentar pelas autoridades do II Exército.

ESP-4/3/75

### CARTA REPELE FILME

Dona Terezinha Tavares Coelho, mulher do ex-deputado federal Marco Antonio Coelho, cassado em 1964, enviou carta ao líder do MDB na Câmara, deputado Laerte Vieira, reiterando as denúncias apresentadas de que seu marido foi torturado física e mentalmente no Departamento de Operações Internas (DOI) de São Paulo.

Ela afirma que Marco Antonio sofreu choques elétricos, que não deixaram marcas, e foi dependurado no "pau de arara", ficando com marcas nos braços. Diz ainda que os maltratos sofridos por seu marido somente seriam visíveis em "close" ou se o filme há dias exibido pela televisão fosse a cores.

### CONTATO

Em outro trecho da carta, a mulher do ex-deputado afirma que para avaliar o quanto seu marido está magro e abatido seria necessário que fossem mostradas fotografias dele antes da prisão, que o filme não mostrou.

## EXERCITO PROCESSA

### JORNAL ESP-5/3/75

A Coordenação de Relações Públicas do Ministério da Justiça informou, ontem, que o ministro Armando Falcão, atendendo à solicitação do ministro do Exército, determinou a abertura de inquérito contra o **Jornal de Brasília**, "por ter publicado notícia com referências caluniosas e infamantes a órgãos de segurança". O anúncio da Coordenação é o seguinte:

"O ministro da Justiça recebeu aviso do ministro do Exército solicitando a adoção de medidas legais que chamem a responsabilidade os dirigentes do matutino **"Jornal de Brasília"** que, na edição de 28 de fevereiro recém findo, publicou notícia contendo referências caluniosas e infamantes a órgãos de segurança. O ministro da Justiça já determinou, em consequência, ao Departamento de Polícia Federal, a instauração do competente inquérito, com base na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional".

A informação da Coordenação de Relações Públicas foi anexada a matéria que provocou a abertura de processo, e que é a seguinte:

"Segundo a sôbra e a irmã de Marco Antonio Tavares Coelho, o tratamento que ele recebeu no DOI é "medieval", e as visitas têm que entrar no prédio encapuçadas. Na porta, são recebidas por homens bebados, portando metralhadoras, que não respeitam ninguém. Lá, eles dizem que fazem o que querem e que ninguém, nenhuma autoridade, pode se meter, e que advogado só entra preso. Até os motoristas de taxi se recusam a nos deixar na porta, largam a gente a um quarteirão de distância", relataram".

## 23 FORAM CONDENADOS

ESP-14/3/75

Em São Paulo, dos 39 indiciados julgados ontem na 1.ª Auditoria de Guerra da Justiça Militar, 23 foram condenados a penas de 4 e 5 anos de reclusão e outros 16 foram absolvidos por insuficiência de provas. Todos eram acusados de atividades subversivas através do Partido Comunista do Brasil, de linha chinesa.

As condenações foram as seguintes: 5 anos — Angelo Arroyo, Dinéias Fernandes de Aguiar, Elza de Lima Monnerat, José Genóino Neto, Luis Vergati, Maurício Grabois, Pedro Ventura Felipe de Araujo Pomar, João Amazonas de Sousa Pedroso, Carlos Vitor Alves Delamonica, Roberto Ribeiro Martins e Cesar Augusto Teles.

A 4 anos foram condenados Celia Maria Medeiros da Rocha Paes e Manuel Geraldo Cação Pereira. A 1 ano Valquiria Queirós da Costa. A 9 meses Cesar Ramon dos Anjos Carneiro (já cumprida preventivamente). A 7 meses Carmen Calegari Martins, Luis Gonzaga D'Avila Filho, Genebaldo de Lima Queirós, Horacio Martins de Carvalho, José Augusto Pereira, Leopoldina Brás Duarte, Maria Amelia de Almeida Teles, Nelde Richopo (já cumpridas preventivamente).

Foram absolvidos por insuficiência de provas Sonja Barbosa Camargo Iglioni, Mary Etuko Amanaka, Manuel Verissimo dos Santos, Manuel Ferreira, Helio Consolaro, Gil Brás de Lima, Francisco Romanini, Francisco Marsiglia, Francisco Antonio Ferreira Damazio, Dalmo José Rosalem, Clementina de Lurdes Teixeira da Costa, Arlindo Moreira Sales, Amaury Pinto Monteiro de Castro Junior, Maria Rosa Buonfiglio, Maria José dos Santos Rossi e Osvaldo José Fernandes.

## 3 ESTUDANTES CONDENADOS

ESP-21/3/75

### Condenação

O Conselho Permanente de Justiça da 4.ª Região Militar, sediado em Juiz de Fora, condenou ontem a dois anos de reclusão três estudantes de Belo Horizonte, que foram detidos no ano passado sob a acusação de pertencerem ao comando regional de Minas da APML — Ação Popular Marxista Leninista.

De acordo com a acusação, os estudantes — Jorge Ricardo dos Santos Gonçalves, Jorge Antonio Pimenta Filho e Fernando Barjonas de Freitas Morgado de Moura — tinham em seu poder "livros clandestinos e documentos que provavam sua participação nesse movimento clandestino em Minas Gerais".

Dos três, apenas Fernando Barjonas não se encontrava presente, sendo julgado e condenado à revelia. A pena será cumprida na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, onde ficam os presos acusados de crimes políticos em Minas. Lamentando a sentença, os

advogados de defesa, Lino Machado Filho, Geraldo Magela de Almeida e Antonio de Castro Teixeira, criticaram a posição do Conselho Permanente de Justiça, por condenar alguém "só porque encontra em seu poder livros considerados pouco ortodoxos".

## 27 FORAM CONDENA- DOS EM SÃO PAULO

ESP-22/3/75

A 2.ª Auditoria de Guerra da Justiça Militar em São Paulo concluiu ontem um dos maiores processos sobre terrorismo e subversão do Estado, condenando 27 réus, absolvendo 50, declarando extinta a punibilidade de 12, excluindo do processo 17 e declarando sobrestado o processo para 13 indiciados, que foram banidos do País pelo Ato Institucional n.º 13.

O julgamento começou segunda-feira última, e as sentenças foram anunciadas ontem à tarde, depois de uma sessão secreta, que durou 13 horas. O processo consta de 23 volumes, em que estão envolvidos 137 indiciados, acusados de assaltos, furtos de viaturas, falsificação de documentos, proselitismo e arregimentação de adeptos para a Aliança Libertadora Nacional (ALN).

A defesa dos réus foi feita por 20 advogados. O procurador militar Henrique Vailati Filho pediu a condenação de 86 indiciados e justiça para outros 15, por falta de provas. Dezoito foram excluídos do processo, por terem sido julgados anteriormente, no processo relativo aos padres dominicanos e à morte do ex-lder, terrorista Carlos Marighela.

### AS SENTENÇAS

As condenações foram as seguintes: 33 anos de reclusão — Manuel Cirilo de Oliveira Neto; 32 anos — Aton Fon Filho; 12 anos — Boanerges de Sousa Massa; 6 anos — Carlos Henrique Knapp e Francisco Gomes da Silva; 4 anos — Celso Antunes Horta, Denilson Luís de Oliveira, Luis Felipe Raton Mascarenhas, Magno José Villela, Osvaldo Augusto Rezende Junior; 3 anos e 4 meses — Sergio Roberto Correia; 3 anos — Ana Corbisier Mateus, Aluisio Nunes Ferreira Filho, Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha, Carlos Linchstein, Itobi Alves Correia Junior, Maria Aparecida Costa, Maria Aparecida Santos e Vinícius Medeiros Caldevilla; 2 anos e seis meses — Leslie Denise Beloque; 2 anos e 4 meses — Geraldo Santana; 2 anos e 3 meses — José Alprim Filho; 1 ano e seis meses — Antonio Carlos Madeira e Nilson Furtado; 1 ano e 4 meses — Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque; 1 ano e 3 meses — Renato Guedes de Siqueira; 6 meses de detenção — Viriato Xavier de Melo.

Foram suspensos por 10 anos os diretos políticos de todos os condenados a mais de 2 anos de prisão.

### BANIDOS

O processo foi sobrestado para os banidos Rolando Frati, Argonauta Pacheco e Silva, Carlos Eduardo Pires Fleury, Chizwo Ozava, Diogenes José Carvalho de Oliveira, Edmur Pericles de Camargo, Fernando de Paula Naglei Gabeira, Jeová Assis Gomes, João Leonardo da Silva Rocha, Otavio Angelo, Takao Amano; Vladimir Gracindo Soares Palmeiro e Washington Alves da Silva.

Foi declarada extinta a punibilidade, pela prescrição da ação, as penas de Cícero Silveira Viana, Davi Hunowichii, Fernando Leite Perrone, Francisco Pereira de Araujo, Lindolfo Silva, Maria Amelia Araujo Silva, Nestor Veras e Osvaldo Lourenço.

As absolvições foram as seguintes: Americo Lourenço Lacombe, Abel Bela, Ana Maria Palmeira, Antonio Dela Verde Mendonça, Antonio Flavio Medice de Camargo, Alrton Medeiros Caldevilla, Benedito Artur Sampaio, Caio Sergio Monteiro Tuma, Caio Venancio Martins, D'va Maria de Faria Burnier, Dorgival Souza Damasceno, Francisco Augusto Carmil Cação, Francisco Bispo de Carvalho, Francisco Nilson Modesto, Franklin de Souza Martins, Genesio Homem de Oliveira, Genesio Inacio de Souza, Helio Garcia, Honorino Gomes Ribeiro, Jaques Emile Frederic Breyton, João Adolfo Castro da Costa Pinto, Jethero Faria Cardoso, João Amano, João Severino da Silva, Joans Alves de Almeida Neto, José Alexandre Ermel, José Carlos Clóne Cardoso, José Luiz Novais de Lima, José Maria Domingos dos Santos, Josef Bartholo Calvert, Ligia Aparecida Cardieri de Mendonça, Manoel Marques da Silva, Marcelo Percival Alves Pinto, Marcelo Tozzi, Maria Clara J. de Camargo, Miguel Nakamura, Modesto de Souza Bastos Carvalhosa, Nair Benedita, Nel da Costa Falcão, Norberto Nehring, Osenilda Alice Garcia, Paulo Canabrava Filho, Rodolfo Cavalcante Bezerra Filho, Rui Carlos Vieira Berbert, Sandra de Negrais Brizola, Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães, Sebastião Mendes Filho, Sergio Francisco Barguil, Toshio Kawamura e Yara Regina Gouvêa.

## POLICIAIS QUE MATARAM SARGENTO RAIMUNDO SOARES ABSOLVIDOS

ESP-22/3/75

O juiz Antonio Augusto Fernandes impronunciou, em Porto Alegre, dois delegados de polícia e três inspetores, acusados de terem assassinado o ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares, porque concluiu que "não há indícios veementes de que os denunciados foram os autores ou co-autores da morte". Ainda assim, o juiz afirmou em sua sentença: "que houve tortura contra a vítima, houve; que o mataram, é óbvio ululante".

O promotor substituto, Moacyr Poester de Mello, tem prazo até terça-feira para recorrer da sentença, mas ainda não sabe como irá proceder. Para a defesa, representada pelo advogado Osvaldo de Lia Pires, "não poderia haver outra sentença porque realmente não havia prova contra os acusados". O juiz Antonio Augusto Fernandes ainda afirmou: "Como magistrado, permito-me dizer que o dia mais feliz de minha vida seria aquele em que me trouxessem a notícia de que nas prisões não há mais torturas".

O ex-sargento Manoel Raimundo Soares, expurgado do Exército sob a acusação de atividades subversivas, foi preso, em Porto Alegre, às 17 horas, do dia 11 de março de 1966, e levado ao quartel da Polícia do Exército. Depois, foi entregue ao delegado Enir Barcelos da Silva, do Dops, que no dia seguinte mandou-o para a Ilha Presídio, cumprindo ordem assinada pelo delegado Itamar Fernandes de Souza. Depois de cinco meses de prisão, Manoel Raimundo Soares foi retirado da ilha "por ordem superior". Durante esse tempo, três habeas-corpus impetrados a seu favor, a pedido de sua mulher, Elizabeth Challupe Soares, foram inúteis. De qualquer modo, ficou provado que no dia 13 de agosto de 1966, o ex-sargento foi devolvido ao Dops e recebido pelo delegado Teodoro Carbone. Embora houvesse ordem superior para soltá-lo, Teodoro Carbone preferiu deixar a tarefa para o delegado Enir Barcelos da Silva. Nesse momento, começou o mistério do "caso das mãos amarradas", como ficou conhecido o assunto na imprensa gaúcha.

## PENA CONFIRMADA

28/3/75

O Superior Tribunal Militar confirmou, em Brasília, a pena de 20 anos de reclusão a que foram condenados Marco Aurelio Spinola e Agnaldo Aurelio de Moura, ambos acusados de praticar assaltos a bancos em São Paulo. O STM também decidiu, face ao artigo 10 do AI-5, não tomar conhecimento do pedido de habeas-corpus impetrado por Irum Santana, em seu favor, que está preso in-comunicavel no Rio.

## CORONEL AMEAÇA PRESOS POLITICOS

ESP - 5/3/75

"Enquanto estiverem compe-  
neirados de que são homens  
condenados pela Justiça Militar,  
por crimes cometidos contra a  
Segurança Nacional; de que são  
assassinos, bandidos, comunis-  
tas, inimigos do regime, todos  
serão respeitados nos seus di-  
reitos de seres humanos" —  
disse ontem o secretário de Se-  
gurança Pública de São Paulo,  
coronel Erasmo Dias, a 33 pre-  
sos políticos ontem transferidos  
para o presídio "Komaço Gome-  
s, no Barro Branco.

O secretário alertou os pre-  
sos para que "não tenham a  
menor dúvida: a partir do mo-  
mento em que se esquecem de  
que estão aqui não porque es-  
tavam rezando, mas porque  
mataram, assaltaram e seques-  
traram em nome de ideologias  
incompatíveis com o regime, se-  
rão tratados sem a menor com-

placencia pelas autoridades en-  
carregadas deste estabeleci-  
mento. Aqui ninguém será to-  
cado ou sofrerá qualquer tipo  
de sevícia e todos gozarão dos  
direitos previstos na portaria  
elaborada pela Justiça Militar,  
através da 1.a, 2.a e 3.a Audi-  
torias da 2.a Circunscrição Ju-  
diciária Militar e publicada no  
Diário Oficial, devendo, por ou-  
tro lado, obedecer às determi-  
nações que ali estão estabeleci-  
das".

Os 33 presos, segundo se in-  
formou, estavam na Casa de  
Detenção, no DOPS e unida-  
des do Exército na Capital.  
Agora estão em quatro celas,  
cada uma com capacidade pa-  
ra 10 pessoas, com beliches. No  
presídio há um refeitório com  
televisão, sala de visitas, pátio  
para banhos de sol e ativida-  
des esportivas. A transferên-

cia dos presos foi iniciada se-  
gunda-feira e concluída ontem,  
na presença do secretário de  
Segurança, do juiz auditor Jo-  
sê Paulo Paiva, da 1.a Audito-  
ria da 2.a Circunscrição Judi-  
ciária Militar, do comandante  
da Polícia Militar, coronel  
Francisco Torres, do padre  
Victor Ribeiro Neckelsburg, da  
Comissão de Justiça e Paz da  
Arquidiocese de São Paulo.

Os presos receberam cópias  
da Portaria assinada pelos ju-  
izes auditores da Justiça Mill-  
tar, publicada no Diário Oficial  
do último dia 7. A portaria es-  
tabelece que, no regime carce-  
rário, os condenados ou pro-  
cessados por crimes contra se-  
gurança nacional têm direito  
de: correspondência epistolar,  
exclusivamente por intermédio  
da direção do presídio; recebi-  
mento no pátio ou refeitório,

aos domingos, das 8 às 17 ho-  
ras, em dois turnos de três ho-  
ras cada um; tratamento con-  
digno e respeitoso à sua pes-  
soa; petição à direção do esta-  
belecimento para comunicação  
de irregularidades, pedidos e  
queixas; assistência médica,  
odontológica e farmacêutica in-  
dispensáveis à saúde.

A portaria também estabele-  
ce que os presos têm direito a  
conversar pessoal e reservada-  
mente com o advogado de sua  
livre escolha; assistência reli-  
giosa segundo seu credo e de-  
sejo; aquisição de objetos de  
consumo próprio; prática es-  
portiva; banho de sol diário;  
leitura de jornais, revistas, li-  
vros, audição de rádio, discos,  
fitas, desde que não atentató-  
rios à moral e à ordem Cons-  
titucional vigente.

## PRESOS POLITICOS ESCREVEM PARA CNBB

ESP - 9/3/75

Em extensa carta enviada ao  
secretário geral da Conferên-  
cia Nacional dos Bispos do  
Brasil, dom Ivo Lorscheider,  
quatro presos políticos que  
cumprem pena na Penitenciá-  
ria Lemos Brito, em Salvador,  
pedem que a Igreja interceda,  
com mais energia, junto ao go-  
verno, em favor dos presos po-  
líticos brasileiros em geral.

Depois de rápida análise da  
realidade brasileira atual, os  
detentos lembram o espírito  
de fraternidade que caracteri-  
za o atual Ano Santo, em que  
o Papa Paulo VI pediu aos go-  
vernos do mundo que conce-  
dessem anistia para os presos  
políticos particularmente na Es-  
panha, no Chile e no Brasil,  
países tradicionalmente católi-  
cos.

Os presos aludem "ao obsti-  
nado silêncio" da igreja cató-  
lica em relação ao pedido do  
Papa Paulo VI, manifestam sua  
perplexidade diante do fato e  
solicitam que "reconsiderem a  
posição que está sendo assumi-  
da pela Igreja".

Acrescentam os detentos que

"somos torturados" na fase do  
inquérito policial-militar, con-  
denados a penas altíssimas pe-  
la chamada Justiça Militar e so-  
fremos todo tipo de arbitrarie-  
dades por parte das autoridades  
carcerárias. Todos esses fatores  
provocaram (e provocam) lutas  
que vão de simples representa-  
ções às auditorias militares —  
quase sempre sem efeito — a  
greves de fome. Poucas foram  
as vezes que se levantaram em  
defesa dos presos políticos, al-  
gumas por omissão, outras por  
imposição da censura, como é o  
caso da imprensa".

A carta é assinada pelos pre-  
sos Theodomiro Romeiro dos  
Santos, Arthur Geraldo Bonfim  
de Paula, Edwal Araújo Xavier  
e Paulo Santos da Silva. Theo-  
domiro, que encabeça a lista,  
condenado à morte pela Justi-  
ça Militar pelo assassinio do  
sargento Valter Xavier de Li-  
ma, em 1969, na Bahia, foi pos-  
teriormente beneficiado pelo  
STM, que transformou a pena  
em prisão perpétua, e anteon-  
tem o STF converteu sua pena  
a 30 anos.

## PRESOS POLITICOS FAZEM DENUNCIA

ESP - 22/3/75

O secretário de Justiça do  
Estado do Rio de Janeiro, Lau-  
do Almeida Camargo, conside-  
rou ontem como "estudo priori-  
tário" a situação dos presos  
políticos atualmente cumprin-  
do penas no Instituto Penal da  
Ilha Grande. Os presos enca-  
minharam uma carta aos depu-  
tados da Assembléia Consti-  
tuinte, na qual denunciam o  
tratamento dispensado a eles  
e pedem para ser transferidos  
"para um local que ofereça  
as garantias mínimas para nos-  
sa sobrevivência e integridade  
física".

A carta assinada por 30 pre-  
sos políticos, datada do dia 10  
de março de 1975 e que será  
lida segunda-feira em plenário  
na sessão da Constituinte, de-  
nuncia o tratamento dispensa-  
do aos presos como sendo "o  
pior possível", visando, em úl-  
tima instância, sua destruição  
física e psicológica. Acusam  
ainda "toda série de pressões,  
ameaças e agressões perpetradas  
justamente por sermos  
presos políticos".

Afirmam ainda que "esta  
constante hostilização ficou  
mais nitida durante o tempo  
que permanecemos em prisões  
militares, especialmente em

nossa recente "experiência" no  
presídio do Exército (Fortale-  
za de Santa Cruz), em virtude  
de serem os carcereiros in-  
divíduos diretamente ligados  
aos mesmos órgãos de seguran-  
ça responsáveis por nossas pri-  
sões e torturas".

Por outro lado, o secretário-  
geral da Conferência Nacional  
dos Bispos do Brasil, dom Ivo  
Lorscheider, colocou-se à dis-  
posição da família do jornalista  
Henrique João Cordeiro Fi-  
lho — procurado pelo DOPS do  
Rio de Janeiro — e pediu que  
o mantenha constantemente  
informado, comunicando-lhe  
qualquer fato que comprove  
a continuação das ameaças que  
vem sofrendo, desde que foram  
presos e maltratados três pa-  
rentes de Henrique, na tentati-  
va de extrair deles informa-  
ções sobre o seu paradeiro.

Dom Ivo observou que a pri-  
são de parentes de uma pessoa  
suspeita para os órgãos de se-  
gurança, bem demonstra a  
oportunidade do documento  
aprovado anteontem pela  
CNBB quando a Igreja proclama-  
u a necessidade de prote-  
ger-se a família dos perigos que  
a rondam.

## CNBB PEDE ANISTIA

ESP - 9/3/75

Memorial solicitando a con-  
cessão de anistia aos presos po-  
líticos, contendo 90 assinaturas,  
foi entregue, em Brasília, ao  
chefe da Casa Civil da Presi-  
dência da República general  
Golbery, reconhecendo ainda  
que, no encontro com o chefe  
da Casa Civil, os bispos tive-  
ram dificuldade de conceituar  
exatamente o que fosse um  
preso político. Reconhecendo  
que há presos políticos que  
"realmente empunham armas  
e chegaram a matar" dom Ge-  
raldo Fernandes explicou seu  
conceito sobre o problema: "O  
preso político que eu gostaria  
de entender como tal seria

O secretário-geral da CNBB,  
em entrevista coletiva, infor-  
mou que nenhuma resposta foi  
dada ao memorial pelo general  
Golbery, reconhecendo ainda  
que, no encontro com o chefe  
da Casa Civil, os bispos tive-  
ram dificuldade de conceituar  
exatamente o que fosse um  
preso político. Reconhecendo  
que há presos políticos que  
"realmente empunham armas  
e chegaram a matar" dom Ge-  
raldo Fernandes explicou seu  
conceito sobre o problema: "O  
preso político que eu gostaria  
de entender como tal seria

aquele que está preso por seu  
pensamento ou sua forma de  
palayrear, comentários à or-  
dem vigente".

Segundo o vice-presidente da  
CNBB, o general Golbery ma-  
nifestou interesse pelo caso  
dos presos políticos, frisando  
que o governo quer que não  
haja mais esse tipo de proble-  
ma. Golbery prometeu também  
que todas as prisões serão co-  
municadas aos parentes e às  
famílias, embora algumas ve-  
zes, por força das investigações,  
seu local de detenção não  
seja revelado.

## MDB PEDE ANISTIA - 12/3/75

Ao solicitar ontem da  
tribuna do Senado a con-  
cessão de ampla anistia "co-  
mo fórmula para superar o  
atual impasse brasileiro e,  
assim, garantir a obra da  
redemocratização nacional",  
o senador Marcos Freire  
(MDB-PE) declarou estran-  
har o clima de tensão cria-  
do em torno das iniciativas  
parlamentares da oposição.  
"Só a inapetência democrá-  
tica de alguns — observou  
— poderia explicar temores  
de que, no campo das ideias  
e dos fatos, os represen-  
tantes do povo possam di-  
vergir até calorosamente".

## MDB PODE CRIAR COMISSÕES PARA DEFENDER PRESOS

ESP-5/3/75

O MDB deverá criar nos Estados um órgão auxiliar de âmbito nacional consubstanciado em uma comissão permanente de legisladores com a finalidade de dar assistência a pessoas que tenham sido presas por autoridades de segurança e a seus familiares. A sugestão é do deputado Airton Soares, de São Paulo, feita numa carta que encaminhava ao deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro, na qual denuncia "toda espécie de arbitrariedades praticadas pelas autoridades responsáveis pelos órgãos de segurança".

Na mesma carta, o deputado Airton Soares explica os objetivos desta comissão permanente de legisladores: atender todo e qualquer cidadão que traga notícia responsável sobre prisão ilegal, violação de domicílio, incomunicabilidade ilegal, prática de tortura física ou moral etc; tomar por tempo o fato denunciado, perante duas testemunhas, discriminando circunstâncias de hora, local, quantidade de agentes, tipo de veículo empregado, tratamento dispensado aos demais familiares ou afins, material apreendido, autoridades procuradas, respostas obtidas.

A comissão também teria a atribuição de oficial à OAB, Comissão de Justiça e Paz da Igreja ou qualquer outra entidade que tenha interesse pelo caso, a fim de obter informações complementares; atuar as informações colhidas, formalizando processos individualizados que serão enviados à direção nacional do MDB que, por sua vez, atribuirá aos líderes no Senado e na Câmara a denúncia em plenário, além da adoção de outras medidas que julgar cabíveis.

Ainda na carta, Airton Soares, depois de denunciar os abusos, "sob pretexto de infração à segurança nacional", afirma que efetuadas as prisões, "prosseguem os órgãos de segurança na espiral de ilegalidade e arbítrio quando conduzem os presos a locais incertos e

não sabidos, para nessas verdadeiras prisões clandestinas praticarem torturas físicas e morais contra os prisioneiros, mantendo-os sob regime de incomunicabilidade absoluta".

"As famílias e afins dos prisioneiros, desesperados", prossegue a carta, "encetam verdadeira peregrinação às mais variadas autoridades, procurando notícias nas prisões, nas delegacias, nos quartéis, nas auditorias militares, enfim, perante

todas as autoridades supostamente responsáveis pela prisão. Invariavelmente não obtêm informações. O medo, a insegurança, a necessidade de obter notícias fazem que os familiares ou afins de presos recorram às diversas entidades civis e religiosas, em busca de informações e providências. O MDB, juntamente com a Igreja e a OAB, tem sido constantemente solicitado".

### O presidente e a Igreja

VISÃO-10/3/75

O encontro do presidente Geisel com os bispos Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheiter selou o início de uma etapa de aproximação e colaboração maiores entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo. Dom Aloísio levou ao presidente uma nova lista de pessoas desaparecidas e aceitou as explicações que lhe foram dadas por Geisel a respeito da questão do divórcio: o presidente declarou que, independentemente de sua posição pessoal a respeito, está impedido de intervir no problema, posição que a Igreja respeita e aceita. O mesmo, porém, não acontece com o cardeal Dom Eugênio Salies, que não esconde seu descontentamento com a atitude do Governo diante da questão do divórcio. Outra aresta que permanece no terreno da Igreja, embora por motivos diversos, é o cardeal Dom Evaristo Arns, de notória firmeza de atuação no terreno dos direitos humanos. Após algumas tentativas frustradas de aproximação, está encerrado, no momento, o diálogo do Planalto com Dom Evaristo. Isto para não falar em Dom Hélder Câmara, cuja excomunhão política já vem de longa data.

## CONTROLE DE EMISSÕES

JB-3/75

Brasília — Até o final de 1977 o Ministério das Comunicações deverá ter implantado a primeira etapa da Rede Nacional de Radiomonitoragem que tem como objetivo principal a fiscalização da radiofrequência, o controle das emissões clandestinas ou deficientes e as interferências de uma emissora sobre outras.

A informação é do Secretário de Telecomunicações do Ministério, Sr Hélio Kestelman, que assinou ser a Rede Nacional de Radiomonitoragem uma das ferramentas que auxiliarão o Governo na fiscalização do setor de radiodifusão, não meramente policial mas, sobretudo técnica, com vistas "à otimização do espectro de frequência".

## "CRITICA" PELA ANISTIA

Trecho Editorial  
Semanaário Critica  
de Lu a 16/3/75

EM SEGUIDA, é necessária e urgente a reforma constitucional, que expurgue a Carta Magna do contubérnio com o AI-5, para que todos possam defender seus direitos perante os tribunais. E, finalmente, a anistia geral a todos os brasileiros que sofreram lesões em seus direitos, por motivos políticos, e que foram impedidos de bater a porta da justiça para resguardá-los. Sem isso e antes disso, a restauração democrática e a descompressão gradual serão apenas uma carta de intenções ou um estado de espírito.

VEJA-26/2/75

TFP

## Chefe acidentado

Desde o dia 3 de fevereiro passado, o fundador e chefe nacional da incansável Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, Plínio Corrêa de Oliveira, 65 anos, solteiro, advogado, está aquartelado no mais caro apartamento do Hospital Santa Catarina, na avenida Paulista, em São Paulo. Recupera-se de uma investida, não dos tradicionais inimigos contra os quais armou a organização, mas aparentemente de sua aparatosa, ilegal e atabalhoada guarda pessoal.

A origem do internamento estaria numa das curvas da estrada Jundiá—Amparo, onde um ônibus teria abalroado o Mercedes-Benz preto que transportava o chefe da TFP para o campo de treinamento de milícias juvenis numa fazenda em Amparo. O acidente seria fruto do excessivo zelo de um dos dois carros batedores que sempre acompanham o Mercedes, geralmente levando jovens armados com metralhadoras INA e Thompson. Uma manobra mal feita deixou o carro na contra-mão, ocorrendo uma tríplice colisão, da qual saíram feridos, ainda, um motorista e um homem da segurança.

Sangue especial — Militantes da organização, no entanto, nada dizem sobre a doença de seu chefe e guardam diuturnamente o hospital. Dois ficam no acesso da escada, dois sentados num sofá no meio do corredor do 5.º andar, um perto do telefone, um de cada lado da porta do elevador e pelo menos três na ante-sala do apartamento 315, onde está Oliveira. O único que disse alguma coisa garantiu que estava tudo bem: "Não existe nada de anormal. Foi apenas uma luxação no braço".

A julgar pelas fichas médicas, uma luxação muito séria. Os registros da sala de raios X indicam que, no dia seguinte ao internamento, Oliveira submeteu-se a radiografias do crânio, bacia, tórax, osso femural, mão e braço esquerdos. A operação repetiu-se mais cinco vezes, só que em lugar de o paciente descer ao térreo, a complicada aparelhagem é que subiu ao 5.º andar. Além disso, outros cuidados estão sendo dedicados ao líder. Não se alimenta de comida do hospital, seu apartamento permanece quase sempre com todas as janelas fechadas, e o sangue para transfusões só pode vir de doadores escolhidos, não se aceitando plasma de bancos sanguíneos, mais suscetíveis à indesejável frequência de pecadores.

Sobre o fato, consta inclusive que o bispo de Campos, Antônio de Castro Mayer, amigo de Oliveira, teria ido ao local do acidente, para assisti-lo. Mas ninguém da TFP ousa confirmar ou desmentir esta ou qualquer outra versão a respeito.

# Governo quer entrosar polícia civil e militar

ESP-15/2/75

Da Sucursal de  
BRASILIA

O entrosamento entre policiais civis e militares — a fim de evitar o prosseguimento dos atuais atritos entre essas corporações — a adoção de uma nova filosofia de trabalho e o aperfeiçoamento dos métodos de combate ao crime serão a tônica da reunião entre o ministro Armando Falcão, da Justiça e os secretários estaduais de Segurança Pública, a ser convocada na segunda quinzena de março.

Do encontro — o primeiro de uma série — participaram também, o coronel Moacyr Coelho, diretor do Departamento de Polícia Federal. O aperfeiçoamento policial é necessário,

segundo o Ministério da Justiça, para reduzir a defasagem entre a sofisticação cada vez maior dos criminosos e as formas usuais de combatê-los.

Durante as reuniões, o ministro Armando Falcão irá propor um relacionamento maior entre o Departamento de Polícia Federal e as Secretarias de Segurança, que já se vem verificando em alguns Estados, como o de São Paulo, onde a Delegacia de Estrangeiros — atividade típica do DPF — está a cargo do DOPS.

Outro problema que vem merecendo cuidados especiais e será discutido nos encontros é o relacionado com os limites estaduais, que dificultam a atuação policial. Criminosos abandonam seus Estados de origem e se fixam em outros, sem

qualquer dificuldade. Assim, para a Pasta da Justiça, haveria necessidade de um contato mais rápido e eficiente entre as Secretarias de Segurança, para localização e captura de fugitivos.

Para um controle mais eficiente, o Ministério está acelerando os estudos sobre o registro único das pessoas naturais, que levará à implantação de uma Central Única de Informações, inteiramente computarizada, a nível nacional. O registro reunirá num só documento todas as indicações sobre determinada pessoa, permitindo, em espaço de tempo reduzido, sua identificação, localização e verificação da existência ou não de antecedentes criminais em qualquer ponto do País.

## Ministérios civis assumem responsabilidade plena por ação de segurança nacional

JB-27/3/75

Brasília — O Presidente Geisel assinou ontem decreto atribuindo aos Ministros civis responsabilidade direta pelos "encargos de segurança nacional, de mobilização e de informação" em seus ministérios.

Os diretores de divisão segurança e informações nos ministérios deverão ter curso na Escola Superior de Guerra, ou curso "A" da Escola Nacional de Informações, ou ainda curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ou equivalente nas Forças Armadas).

### NOVAS DIVISÕES

O decreto também autoriza os órgãos de administração federal, direta e indireta, bem como fundações instituídas por lei federal e recebendo subvenção da União, a criarem assessorias de segurança e informações. Os chefes desses órgãos e das funções assumem — independentemente da existência dessa assessoria — responsabilidade igual à dos Ministros de Estado, pelos encargos de segurança, informação e mobilização.

Segundo o decreto, as divisões de segurança e informação integram o Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações (SISNI) e se subordinam ao SNI. O Departamento Administrativo do Pessoal Ci-

vil (DASP) terá uma Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), "com atribuições e organização definidas em regulamento próprio."

### DEFINIÇÃO

O decreto também faz a observação de que as divisões de segurança e informações "não realizarão nem coordenarão atividades de policiamento ou de segurança física de pessoas ou instalações." As tarefas são: 1 — "reduzir, neutralizar ou eliminar óbices, potenciais ou existentes, que afetem a segurança nacional"; 2 — "fornecer dados para estudos do SISNI"; 3 — "orientar e dirigir o planejamento e execução, no ministério, das normas do SISNI."

## SEGURANÇA TERA NOVO ESQUEMA

ESP-2/3/75

No campo da segurança interna, conforme destaca a mensagem presidencial, estão sendo efetivadas medidas capazes de fazer com que o Departamento de Polícia Federal responda às exigências constitucionais mediante uma ampla reformulação que já vinha sendo proposta há vários anos.

A principal meta dessa reformulação é o aprimoramento do policial federal, simultaneamente ao aumento do efetivo, pois, hoje, o DPF vem dividindo funções tanto entre as áreas de segurança como entre as Secretarias estaduais do setor, por absoluta falta de meios para a ação. Assim, a principal diferença no setor foi deixar de lado idéias tímidas de reformulação para abranger todo o órgão.

Outra diferença que pode ser apontada no campo da segurança interna é um melhor alinhamento do DPF ao Ministério da Justiça, sem prejuízo de um bom entrosamento entre todas as áreas de segurança. Isso se reflete, conforme destaca a própria mensagem presidencial, num trabalho repressivo bastante satisfatório devido à estreita colaboração que vem sendo mantida.

Como exemplo, o presidente Geisel cita o êxito de uma operação no Pará, "um pequeno núcleo de fanáticos" pretendia agir através de guerrilhas e foi eliminado. Ainda sobre a subversão, a mensagem destaca "o modo adequado" de como vem sendo combatida, embora não se refira a atitude nova de veicular fatos como prisões e desaparecimento de presos políticos, que constitui uma quebra de antigos tabus revolucionários.

Por outro lado, sem qualquer caráter ostensivo, vem o governo promovendo a reintegração de subversivos jovens à sociedade, chegando a permitir que alguns estudem e trabalhem em regime de liberdade vigiada. Também um abrandamento no julgamento de processos no Superior Tribunal Militar vem sendo efetivado, dentro de nova orientação governamental, sem que isso implique em relaxamento que possa pôr em risco a segurança ou mesmo constitua um risco calculado maior.

Assim, paralelamente a uma ação repressiva tecnicamente mais aperfeiçoada, o governo vem promovendo uma espécie de "distensão" que pretende alcançar jovens envolvidos em atividades subversivas de menor realce, e a partir de 1968, de forma a reduzir os chamados focos de polarização negativa, com reflexos nitidamente políticos.

## MIN. JUSTIÇA CUIDARÁ DA SEGURANÇA

ESP-31/1/75

O dado novo da presença do ministro na televisão é que por ela confirmam-se as indicações de que as questões de segurança passarão agora a ser tratadas através do Ministério da Justiça, canalizando-se as operações de repressão e salvaguarda da segurança interna aos organismos civis específicos, de cujo reaparelhamento e qualificação se cuida aceleradamente, a fim de que se libertem das missões que a ele ordinariamente competem os órgãos militares que delas passaram a desincumbir-se emergencialmente a partir de 1968.

Os comunicados e anúncios de prisões, que vinham sendo feitos por intermédio das notas oficiais expedidas pelos organismos militares de informações, sairão agora por intermédio do Ministério da Justiça, através do qual serão canalizadas todas as informações que dizem respeito às operações só de segurança. O ministro Armando Falcão passa a assumir, além da missão político-partidária atribuída à sua pasta, as funções de coordenação das ações que se fizerem necessárias para o controle da segurança interna.

O que se cuida é de evitar que os organismos de segurança e repressão adquiram autonomia, mediante a qual se praticam excessos, com os quais não se solidariza o governo, e que terminam por produzir problemas e gerar um clima tendente a alimentar os próprios núcleos geradores da subversão que se procura eliminar.



## OPOSIÇÃO QUER MAIOR DIALOGO COM GOVERNO

ESP  
11/05/75

O líder do MDB no Senado, Franco Montoro, confirmou ontem a orientação de sua bancada de procurar contatos com ministros de pastas civis e militares, sempre que for oportuno e estiver em causa o interesse público. "Se conversarmos com estrangeiros — observou — por que não podemos dialogar com brasileiros que têm responsabilidades da maior importância na vida pública brasileira?".

Também o secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, e outros parlamentares da oposição consideraram positiva a sugestão de uma aproximação do partido com os setores militares, para troca de impressões sobre o processo político, tendo como finalidade a normalização institucional do País. A idéia deste diálogo fora sugerida pelo deputado José Carlos Teixeira, do MDB de Sergipe, e apresentada à bancada oposicionista no Senado por Agenor Maria, do Rio Grande do Norte.

### INTEGRAÇÃO

Para Franco Montoro, as For-

ças Armadas não são adversárias do MDB. Ao contrário, "vêm no partido da oposição uma organização política legalmente organizada, com estatutos registrados na Justiça Eleitoral e exercendo função estabelecida pela Constituição", daí ser natural o diálogo proposto e aprovado pela bancada que lidera.

Montoro relatou que o senador Agenor Maria informou os seus colegas acerca da conversa que mantivera com o ministro do Exército sobre o problema do serviço militar do homem do campo, no Nordeste, e sobre a excelente acolhida que recebeu. Isto o animou a procurar o ministro da Agricultura para debater o mesmo assunto e propor à bancada que multiplique os encontros, o que mereceu o apoio de todos, embora não haja decisão do partido a respeito.

Por sua vez, o senador Lázaro Barbosa, do MDB do Goiás, considerou muito natural que parlamentares da oposição busquem entendimento junto aos escalões do governo, civis e militares, em todos os casos em que estiverem em jogo altos interesses públicos, nacionais ou regionais. A seu ver, esses contatos serão úteis para, inclusive, dirimir dúvidas quanto ao comportamento patriótico e democrático de to-

dos os homens da oposição. "A oposição, esclareceu, não vê nas Forças Armadas adversárias, mas brasileiros, originários de todas as classes sociais, integrando a instituição militar que têm, como os políticos, atribuições e responsabilidades, de cujo empenho depende a integridade da Pátria, seu bem-estar, seu desenvolvimento".

### POVO INFORMADO

Depois de considerar positiva a sugestão do deputado José Carlos Teixeira, de que a oposição deve aproximar-se dos setores militares para troca de impressões sobre o processo político, o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, advertiu que, se houver receptividade por parte dos setores militares a essa iniciativa, o diálogo deve processar-se de tal forma que o povo seja mantido permanentemente a par dos entendimentos realizados.

"Sem prejuízo de nossa disposição para o diálogo — disse o parlamentar — é fundamental que tudo seja feito às claras, pois a franqueza constitui, precisamente, um dos requisitos básicos para qualquer espécie de diálogo honesto".

No entender do deputado Alceu Collares, do MDB do Rio

Grande do Sul, a aproximação de seu partido com os setores militares seria o caminho lógico para que incompreensões decorrentes da quase absoluta ausência de diálogo entre as duas partes fossem rapidamente superadas. Collares frisou que tanto o MDB quanto os militares são suficientemente esclarecidos e maduros para debaterem qualquer problema que diga respeito aos interesses nacionais, com pleno respeito mútuo por opiniões eventualmente divergentes. Para o deputado gaúcho, não se trata de uma tentativa de fazer proselitismo político, mas da busca de pontos em comum para que o processo de redemocratização tenha consequências práticas, a fim de que liberdade e segurança se completem em vez de se excluírem.

"Tudo se resume — concluiu Collares — em acreditar-se, ou não, no poder das idéias e na honestidade de propósitos de quem pretende dialogar. Certamente não irá o MDB militarizar-se nem os militares se tornarem militantes oposicionistas. Uma abertura para o diálogo entre partes que, embora divergindo politicamente em determinados pontos, têm em comum o ideal de servir ao Brasil é o que realmente importa neste momento, é o que o MDB julga necessário".

## "Wall Street Journal" destaca política liberalizante de Geisel

Nova Iorque — O Wall Street Journal disse ontem que "nem mesmo o General Geisel, apesar de toda a sua boa vontade, conseguiu restaurar a democracia no Brasil. Contudo, os otimistas demonstram confiança em que, se existe alguém capaz dessa façanha, essa pessoa é o General Geisel, considerado por muitos um humanista na melhor tradição dos militares brasileiros".

Diz o Wall Street Journal que "ao observar o desenvolver desse drama, à medida que essa vasta nação se esforça para se converter na primeira grande potência tropical dos tempos modernos, resta somente esperar que essa confiança seja justificada".

"Desde que o General Ernesto Geisel — o quarto militar consecutivo — assumiu a Presidência do Brasil, há 14 meses, a liberalização avançou a um rit-

mo vertiginoso" — diz o jornal. JB-30/5/75

Acrescentou o jornal, de influência nos meios financeiros, que nas eleições de novembro do ano passado, "as primeiras genuinamente livres desde a Revolução, o Partido da Oposição, MDB, ganhou mais de 60% dos votos".

"Durante a campanha, em que obteve livre acesso à televisão comercial, o MDB pôde denunciar a posição do Governo em relação aos direitos humanos, inflação, censura e investimentos de empresas estrangeiras no Brasil. Posteriormente, Geisel felicitou publicamente o MDB pelo êxito alcançado".

O jornal disse que "não existe uma perspectiva imediata de restauração do Governo democrático.

## GENERAL NEGA DEBATE POLITICO COM A OPOSIÇÃO

ESP-24/4/75

O comandante do III Exército, general Oscar Luis da Silva, desmentiu ontem, em nota oficial publicada pelo "Diário de Notícias" a intenção atribuída a grupos militares de discutir com representantes da oposição os problemas institucionais do País. O general destaca ainda a unidade e a coesão das Forças Armadas em torno do presidente Geisel.

O desmentido ocorreu em consequência da publicação de uma matéria domingo, por este jornal, analisando o encontro havido recentemente entre o general Oscar Luis da Silva e o presidente do diretório regional do MDB, deputado Pe-

dro Simon. Segundo o reporter Felipe Tarta, autor da matéria, haveria, há muito tempo, um desejo velado de grupos militares discutirem com a oposição sobre problemas institucionais do Brasil.

A íntegra da nota do comandante do III Exército é a seguinte: A edição de hoje do conceituado jornal publica, com destaque, matéria intitulada Encontro de Simon com general Oscar, uma necessidade". Na referida nota foram atribuídas a este comando intenções e palavras que não existiram durante o citado encontro. O comandante do III Exército sempre tem recebido e continuará a receber todas as pes-

soas que o procurarem. Em seu grande comando, dedicado única e exclusivamente às suas lides profissionais, não existem grupos interessados em discutir os chamados problemas institucionais". De acordo com a orientação do excelentíssimo senhor ministro Silveiro Couto Coelho Frota, unido e coeso em torno do seu comando, o III Exército apoia e respeita a atuação esclarecida, firme, serena e altamente patriótica do comandante supremo das Forças Armadas, o excelentíssimo senhor presidente Ernesto Geisel".

Em um dos trechos de sua matéria, o reporter Felipe Tarta assinalava que uma das fra-

ses que mais teria impressionado o general durante o encontro com Pedro Simon foi esta, dita pelo deputado: "Buscamos o equilíbrio. Não queremos cair nos extremos". E a matéria prosseguia: "Esta frase, segundo apuramos, foi que despertou a atenção do general Oscar Luis da Silva e foi aí que ele disse algo. Revelou o temor das Forças Armadas de que se repita no Brasil o mesmo fenômeno que ora acontece em Portugal, onde as Forças Armadas fizeram um movimento para derrubar uma ditadura e agora aquele movimento está nas mãos do Partido Comunista".

# AUMENTAM OS DEFICITS DA A.L.

PAULO ROBERTO TAVARES

Com exceção do pequeno grupo de quatro países exportadores de petróleo, a América Latina apresenta atualmente um quadro desalentador no comportamento de suas relações externas, face aos elevados deficits da balança comercial e do balanço de pagamentos em conta corrente.

Para alguns países, como o Brasil e o México, as consequências dessa situação puderam ser minoradas com um maior ingresso de recursos externos. A Argentina, mesmo enfrentando uma série de dificuldades, conseguiu melhorar a posição de suas internacionais. Nos países restantes, não exportadores de petróleo e de menor desenvolvimento relativo, os problemas são da maior gravidade.

No pequeno grupo dos exportadores de petróleo — Bolívia, Equador, Trindade e Tobago e Venezuela — a preocupação dos técnicos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é de que o resultado dos benefícios seja eficientemente aplicado no desenvolvimento sócio-econômico, o que parece não estar ocorrendo, por uma série de fatores limitativos.

## Fim do ciclo

Nos países latino-americanos não exportadores de petróleo diminuiu, nos últimos anos, o estrangulamento externo experimentado durante a década de 50 e na primeira parte dos anos 60. O rápido crescimento das exportações de manufaturados verificados a partir da segunda metade da década passada, a obtenção de mais financiamentos externos e a evolução excepcionalmente favorável dos preços das matérias-primas exportadas pela região a partir de 1972, e sobretudo em 1973 e no primeiro semestre de 1974, criaram a sensação de que a restrição externa tendia a deixar de ser uma limitação fundamental para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

No primeiro semestre do ano passado continuou, e encerrou-se, a tendência de alta dos preços dos produtos básicos, de modo que, mesmo com o início da tendência inversa no segundo semestre, a média do ano foi, todavia, de um período de preços bons para os bens primários.

Naquele mesmo ano intensificou-se os aumentos dos preços dos bens que a América Latina importa, tanto dos manufaturados como dos próprios produtos primários, entre eles o petróleo e alguns alimentos. Assim, para os países não exportadores de petróleo da região, os preços das importações cresceram em 1974 a uma taxa ligeiramente maior do que as das exportações. Por sua parte, a quantidade das exportações cresceu pouco no ano, enquanto que o volume físico das importações aumentou a

um nível sem precedentes de 27%. A taxa de crescimento do produto bruto destes países, associada com o incremento das importações, foi também muito alta, ocorrendo o paradoxo de que num mundo onde os países industrializados tiveram um crescimento de apenas 0,25%, os da América Latina — apesar de não exportar petróleo, e mesmo importá-lo em alguns casos — cresceram a uma taxa bastante alta.

Segundo estudo da CEPAL, há de se ter em conta que as importações estão crescendo há vários anos, não apenas pelas necessidades de bens intermediários e de capital da economia, mas também em virtude de uma política de maior abertura ao exterior aplicada por muitos países, facilitando uma maior afluência de financiamentos externos.

O que significou para a balança comercial dos países latino-americanos não exportadores de petróleo esse conjunto de fatores? Segundo os técnicos da CEPAL, para esse grupo de nações, o deficit da balança comercial, que era de 637 milhões de dólares em 1973, cresceu para 8.726 milhões de dólares em 1974. Todavia, agregando-se a este deficit o montante do pagamento de juros e dividendos das inversões estrangeiras, o deficit total do balanço de pagamentos em conta corrente foi de 12.966 milhões de dólares no ano passado, cifra que corresponde a quase a meta das exportações do ano. Esse deficit foi compensado, basicamente, por elevado ingresso de capitais autônomos.

## Situação brasileira

Alguns casos são particularmente curiosos no grupo de países latino-americanos não exportadores de petróleo. O do Brasil é um deles. Seu deficit comercial passou de 713 milhões de dólares em 1973 para 5.700 milhões em 1974. Adicionando-se o pagamento de juros e dividendos, e de outros serviços não procedentes de fatores produtivos, seu deficit do balanço de pagamentos em conta corrente se elevou a alta cifra de 6.800 milhões de dólares, quase tão grande quanto as exportações do país, que foram de 7.850 milhões de dólares no ano. Mesmo com o ingresso de capital da ordem de 5.800 milhões de dólares, se produziu um deficit no balanço de pagamentos da ordem de um bilhão de dólares, situação que o País não experimentava há muitos anos.

No México, o deficit do balanço de pagamento em conta corrente duplicou entre 1973 e 1974, atingindo neste último ano o montante de três bilhões de dólares, contra uma exportação de 3.640 milhões de dólares.

## Situação muda no Peru

Também no Peru o deficit do balanço em conta corrente elevou-se acentuadamente, passando de 170 milhões de dólares em 1973 para 840 milhões em 1974, cifra esta superior à metade das exportações do ano que foram de 1.550 milhões de dólares. Desde 1968 este país vinha tendo dificuldades de acesso ao financiamento externo, em virtude de sua política de nacionalização da propriedade de empresas estrangeiras. Esta situação se modificou em 1974 e se reativaram novamente as entradas de capitais (utilizando parcialmente "eurodólares"), em quantidade que tornou possível duplicar as importações sem diminuir suas reservas internacionais.

Na América Central também ocorreu no ano passado uma grave situação deficitária, que motivou excessivas preocupações, particularmente em Honduras, Costa Rica e Nicarágua. Nestes países, o deficit de conta corrente do balanço de pagamentos excedeu a 50% do valor das exportações. Em Honduras ascendeu a 216 milhões de dólares, contra 260 milhões de exportações, estas afetadas seriamente pelo furacão "Fifi". Na Costa Rica e na Guatemala, o grande ingresso de capitais externos não foi suficiente para evitar a diminuição de suas reservas internacionais.

Em Barbados, o deficit de conta corrente também foi forte: em 1974 chegou ao montante de 70 milhões de dólares, frente a uma exportação de 150 milhões. Alguns países do Caribe que exportam açúcar e bauxita (República Dominicana, Jamaica e Guiana) foram favorecidos pelos altos preços destes produtos, facilitando o aumento dos ingressos de exportação em cifra sem precedentes. A Guiana e a Jamaica conseguiram reduzir consideravelmente seu deficit de conta corrente.

Também o Uruguai, o Panamá e o Haiti tiveram acentuados deficits no balanço de pagamento em conta corrente no ano de 1974, tanto em cifras absolutas, como em comparação com as exportações. No Uruguai, a forte expansão das importações e o fraco desempenho das exportações, como consequência das dificuldades de colocação de seus produtos, motivaram um deficit global externo com a diminuição das reservas internacionais.

Contrasta com todos esses casos o verificado na Argentina, país não exportador de petróleo, onde o movimento de fundos estrangeiros continuou sendo negativo e persistiu a política de melhoramento da posição

E.S.P.—maio de 75  
liquida externa sobre a base do excedente comercial, que, mesmo tendo diminuído em 1974, devido ao aumento das importações, pode fortalecer suas reservas internacionais líquidas em cerca de 250 milhões de dólares.

Entre os países não exportadores de petróleo do continente, que experimentaram expressivos deficits no balanço de pagamentos em conta corrente, a orientação dada ao ingresso de capitais continuou favorecendo alguns deles. Manteve-se o predomínio do Brasil e do México quanto aos volumes de capitais recebidos: 5.800 e 3.200 milhões que afluíram a eles, respectivamente, representaram 74% do capital total recebido pela região.

## Novos ricos

No segundo grupo dos países latino-americanos — o dos exportadores de petróleo — a situação foi completamente inversa, embora continue tendo graves problemas de desenvolvimento econômico e social. Neste grupo, integrado pela Bolívia, Equador, Trindade e Tobago e Venezuela, o aumento dos preços do petróleo gerou um incremento muito grande das importações. Para o conjunto, a taxa de expansão em 1974 foi de 162,5% e em cada um dos quatro, particularmente, superou os 100%. A passagem de mercado comprador para mercado vendedor, em virtude das decisões da OPEP, modificou fundamentalmente o funcionamento do setor externo, proporcionando a estes quatro países uma oportunidade de pouco comum de dar passos decisivos em seu desenvolvimento econômico. Ademais, foram gerados fortes excedentes no balanço de pagamentos em conta corrente, sobretudo na Venezuela, que se converteu em exportador de capitais.

Mesmo que o crescimento do valor das exportações destes países petrolíferos tenha sido similar, o comportamento de seus balanços de pagamentos apresentou em 1974 muitas diferenças. Na Venezuela o crescimento das importações foi grande, porém muito menor que o das exportações, provocando um saldo positivo apreciável em sua balança comercial; mesmo depois de compensar o pagamento de juros e financiamentos externo (que cresceram paralelamente às exportações de petróleo), o país registrou um superavit de 8.080 milhões de dólares em balanço de conta corrente.

De outro lado, no Equador e em Trindade e Tobago as importações cresceram de tal forma em 1974 que absorveram grande parte do valor das exportações. Mesmo assim, esses dois países tiveram superavits na balança comercial e na de pagamentos. Todavia, os excedentes foram modestos se se considerar a magnitude, a rapidez do poder de compra das exportações.